



Universidade de Aveiro Departamento de Economia, Gestão, Engenharia
Industrial e Turismo
2017

Ana Maria da Paixão Duarte

ENSAIOS SOBRE A ADOÇÃO DAS IFRS NO CASO DO BRASIL



Universidade de Aveiro
Ano 2017

Departamento de Economia, Gestão, Engenharia
Industrial e Turismo

Ana Maria da Paixão Duarte

ENSAIOS SOBRE A ADOÇÃO DAS IFRS NO CASO DO BRASIL

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Contabilidade, realizada sob a orientação científica da Doutora Irina Saur-Amaral, Professora Auxiliar da Universidade Europeia e Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo, Professora Coordenadora do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho a Eduardo pela incansável paciência.

o júri

Presidente

Doutor **António Manuel Melo de Sousa Pereira**, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Doutora **Irina Adriana Saur-Amaral**, Professora Auxiliar da Universidade Europeia (orientadora)

Doutora **Helena Coelho Inácio**, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Doutor **Jonas da Silva Oliveira**, Professor Auxiliar do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutor **Luís Filipe Marinho Lima Santos**, Professor Coordenador do Instituto Politécnico de Leiria

Doutora **Teresa Maria Aragonez Afonso Bicho**, Professora Adjunta do Instituto Português de Administração de Marketing do Porto

agradecimentos

Inicialmente, ao Pai Celestial, simplesmente, pela minha existência;

À minha família, que contribuiu, direta ou indiretamente, para a conclusão do curso;

Aos meus orientadores científicos, Professora Doutora Irina Saur-Amaral e Professora Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo, pela valorosa contribuição e dedicação para a conclusão desse estudo;

Ao corpo docente do Programa de Doutoramento em Contabilidade da Universidade de Aveiro e da Universidade do Minho, pelos ensinamentos atualizados que nos foram ministrados;

Aos secretários do Programa de Doutoramento em Contabilidade da Universidade de Aveiro e da Universidade do Minho, pela paciência e atenção no trato comigo, estrangeira, no início do curso;

Aos meus colegas do Doutoramento em Contabilidade, pelo companheirismo. Em especial, Conceição, Marcelo Porte, Telma e Rui, muito obrigada pelas orientações que me deram, ajudando-me no processo de construção da tese e na minha passagem por Portugal;

Às Professoras Ana Carolina Feitosa de Vasconcelos e Silvana Karina de Melo Travassos pelos ensinamentos académicos ao longo de todo curso;

Ao Professor Doutor João Gil Luna da Universidade Estadual da Paraíba, pelo ensinamento estatístico, sem o qual meu curso não seria concluído;

Por fim, registro o meu especial abraço, aos portugueses, pela maravilhosa acolhida.

palavras-chave

Qualidade da contabilidade; convergência e adoção das IFRS; adoção das IFRS pelas PMEs.

resumo

Esta Tese tem como objetivo primário desenvolver uma compreensão holística acerca do processo de convergência e adoção das IFRS, no caso do Brasil, um país que recentemente implementou as normas internacionais de contabilidade com base nas IFRS, tanto para o setor privado como para o setor público. Para atender esse objetivo, foram desenvolvidos três ensaios.

O primeiro ensaio consiste na elaboração da revisão sistemática da literatura sobre a adoção das IFRS e a qualidade da Contabilidade. O ensaio aprofundou o entendimento de que a qualidade da contabilidade desparsa, pelo menos, os determinantes: normas de contabilidade, sistemas político e legal dos países e, também, pelos incentivos de cada país, contribuindo para informar sobre a pesquisa existente nesta área e orientar a investigação nos ensaios seguintes.

O segundo ensaio apresenta uma abordagem qualitativa. O estudo contribuiu para a revisão de literatura relacionada com a temática do processo de convergência e adoção das IFRS, mais especificamente com uma abordagem sociológica sobre o caso do Brasil.

O terceiro ensaio apresenta uma abordagem quantitativa. As modalidades da estruturação da prática social, proposta pela Teoria da Estruturação e confirmadas em uma MEE, forneceram os meios para verificar o nível de aplicação dos procedimentos de transição e de não transição, no que se refere à adoção da NBC TG 1000, na prática da contabilidade, pelas PMEs no contexto social brasileiro. Desta forma, espera-se contribuir para a revisão de literatura relacionada com a temática sobre a adoção das IFRS simplificadas (sistema de normas de contabilidade financeira) para as PMEs, em um país que adotou as *full* IFRS para as grandes empresas, suportada pela Teoria da Estruturação.

Como resultado, a Tese ampliou a revisão de literatura relacionada com a temática do processo de convergência e adoção das IFRS com a inclusão do caso do Brasil. Ao fazer isto, o estudo compreendeu a mudança do regime de normas de contabilidade para as normas por IFRS, normas de melhor qualidade, e apresentou a especificidade relativa às principais interações sociais e fatores institucionais que influenciaram e foram influenciados no contexto social brasileiro.

A Tese também aprofundou a compreensão sobre como um novo sistema de normas de contabilidade é estruturado na prática da contabilidade pelas PMEs, em um contexto social que adotou as *full* IFRS, tanto para o setor privado como para o setor público. Assim, este estudo contribui para a literatura relacionada com a adoção e a aplicação das IFRS de várias formas.

keywords

Accounting quality; convergence and adoption of the IFRS; Adoption of the IRFS by PMES.

abstract

This thesis aims to develop a holistic view of the convergence process and adoption of the IFRS, in the case of Brazil, a country which has recently implemented the accounting international standards in both the private sector and the public sector based on in accordance with the IFRS. Three essays have been developed to achieve the objective of this thesis.

The first essay consists a systematic review of the literature with a subjacent view that accounting quality is intrinsically related to some determinants such as accounting of standards and political and legal system of countries and incentives provided by those countries, contributing to inform the existing research in this area and guide research in the essays following.

The second essay with a qualitative approach has contributed to a literature review of the convergence process theme and adoption of the IFRS. More specifically, it contains a sociologic approach of the reality in Brazil.

The third essay one has a qualitative approach concerning modalities of structuring a social practice proposed by the Theory of Structuration and found in a MEE, which provides tools to analyze the application level of transition and no transition procedures in relation to the adoption of NBC TG 1000 in accounting practice by PMEs in Brazilian context. In this way, it is expected to contribute to a literature review of the theme on the adoption of simplified IFRS (a system of standards of financial accounting) for PMEs in a country that has adopted the full IFRS for large companies advocated by the Theory of Structuration.

Thus, the work expanded the literature review concerning the issue of the convergence process and adoption of the IFRS including the case of Brazil, comprising the change of the system of the accounting standards into those of the IFRS regarded as better quality standards. Also, it considered the specificities related to the main social interactions and institutional factors that have influenced the social reality in Brazil or have even been affected by other factors. Besides, the work investigated how a new system of standards of accounting could be structured into an accounting practice through PMEs in a social context which has adopted full IFRS in both private sector and public sector. Hence, this study used a literature related to the adoption and application of the IFRS in different ways.

ÍNDICE

Agradecimentos	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Tabela de Conteúdos	viii
Lista de Figuras	xi
Lista de Tabelas	xii
Lista de Siglas	xiii
Introdução	1
Contexto e motivação	3
Objetivos e metodologias	6
Estrutura da tese	15
Ensaio 1 - Adoção das IFRS e a Qualidade da Contabilidade: uma revisão	19
1.1 Introdução	21
1.2 Revisão da Literatura	23
1.2.1 Fundamentos da adoção das IFRS	23
1.2.2 Determinantes da qualidade da contabilidade	25
1.2.2.1 Normas de contabilidade	25
1.2.2.2 Sistemas políticos e legais do país	27
1.2.2.3 Incentivos para a divulgação das dos relatórios financeiros	29
1.3 Metodologia de Pesquisa	34
1.4 Apresentação e Discussão dos Resultados	35
1.5 Considerações Finais	40
Ensaio 2 – Processo de Convergência e Adoção das IFRS: Estudo de Caso do Brasil	43
2.1 Introdução	45
2.2 Revisão da Literatura	46
2.2.1 Processo de convergência e adoção das IFRS	47
2.2.2 Enquadramento das normas brasileiras de contabilidade	48

2.2.3 Modelo conceptual	50
2.3 Metodologia de Pesquisa.....	53
2.4 A Análise e Apresentação de Resultados	55
2.4.1 Descrição da coleta dos dados.....	55
2.4.2 Síntese das fontes de informações empíricas recolhidas	56
2.4.2.1 Nível económico e político	56
2.4.2.2 Nível do campo organizacional.....	57
2.4.2.3 Nível organizacional	59
2.5 Discussão	60
2.6 Considerações Finais.....	62
Ensaio 3 – Análise do nível de aplicação inicial da NBC TG 1000 pelas PMEs que mais crescem no Brasil.....	65
3.1 Introdução	67
3.2 Revisão da Literatura	70
3.2.1 Estudos anteriores que se relacionam com as IFRS para as PMEs	70
3.2.2 Descrição da Teoria da Estruturação e desenvolvimento das hipóteses de investigação.....	72
3.3 Metodologia de Pesquisa.....	76
3.3.1 Instrumento de pesquisa	76
3.3.2 Amostra.....	78
3.3.3 Modelo econométrico.....	79
3.3.3.1 Variável dependente	79
3.3.3.2 Variáveis independentes e de controlo.....	81
3.3.4 Técnicas de análise dos dados	82
3.4 Análise e Interpretação dos Resultados	83
3.4.1 Avaliação e validação da MEE	83
3.4.2 Estatística descritiva	89
3.4.3 Análise multivariada e análise de regressão múltipla	90
3.5 Considerações Finais.....	92
Considerações Finais	97

Contribuições Esperadas	105
Sugestões para Investigação Futura	106
Apêndices.....	109
Apêndice A – Base de dados.....	111
Apêndice B – Carta de apresentação.....	129
Apêndice C – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	130
Apêndice D – Tabela de dados.....	132
Apêndice E – Questionário	137
Apêndice F – Carta de apresentação	141
Anexos.....	145
Anexo A – Relação das PMEs que mais crescem no Brasil.....	145
Referências	155

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Determinantes da qualidade da contabilidade	24
Figura 2	Modelo conceptual adaptado para fundamentação teórica do estudo	53
Figura 3	Visão global da convergência e adoção das IFRS, no caso do Brasil	62
Figura 4	As dimensões da dualidade da estrutura em interação	73
Figura 5	Especificação da MEE	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Identificação das possíveis fontes de informações	10
Tabela 2	Relação dos autores, com mais de uma publicação, por universidades filiadas	36
Tabela 3	Total de publicações por ano	37
Tabela 4	Títulos da fonte pelo total de publicações	38
Tabela 5	Total de publicações por categorias da <i>Web of Science</i>	38
Tabela 6	Total de publicações por tipo de documento	38
Tabela 7	Total de publicações por áreas de pesquisa	39
Tabela 8	Total de publicações por idioma	39
Tabela 9	Total de publicações por país	39
Tabela 10	Procedimentos de transição para a NBC TG 1000 e procedimentos de não transição	78
Tabela 11	Avaliação do modelo de mensuração	84
Tabela 12	Validade discriminante pelo critério de Chin (1998) e pelo critério de Fornell e Larcker (1981)	85
Tabela 13	Avaliação do modelo estrutural	86
Tabela 14	Valores dos coeficientes de caminho (Γ) do modelo ajustado	87
Tabela 15	Estatísticas resumo obtidas a partir dos cinco conjuntos de itens, bem como do nível de aplicação da NBC TG 1000 pelas PMEs	89
Tabela 16	Matriz de correlação das variáveis: dependente, independentes e de controlo	91
Tabela 17	Estimativas dos coeficientes de regressões múltipla com os respectivos valores da estatística t-Student e nível descritivo p .	92

LISTA DE SIGLAS

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
AMCON	Ambiente da Contabilidade
AMEMP	Ambiente da Empresa
APIMEC Nacional	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
ASIC	<i>Australian Securities Investments Commission</i>
A _U	Adotantes Últimas
BACEN	Banco Central do Brasil
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
C _{CO}	Crítérios do Nível do Campo Organizacional
C _{EP}	Crítérios do Nível Económico e Político
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGC	Comitê Gestor da Convergência no Brasil
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPC-PME	Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Pequenas e Médias Empresas
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ECBC	Estrutura Conceitual Básica de Contabilidade
ESINT	Esquema Interpretativo
EU	European Union
EUA	Estados Unidos da América
FACIL	Facilidade
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FRRP	<i>Financial Reporting Review Panel</i>
FVA	<i>Accounting Value Fair</i>
GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
I	Inovadoras
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>

IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IFRS for SMEs	<i>International Financial Reporting Standards for the Small and Medium-Sized Entities</i>
ISI	<i>Institute for Scientific Information</i>
ITG	Interpretação Técnica Geral
JBEP	<i>Journal of Business & Economic Policy</i>
LG	<i>Local Standard</i>
MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEP	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Princípios de Contabilidade
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
POp	Práticas Operacionais
RBGn	<i>Review of Business Management</i>
ROA	Retorno dos Ativos
SEC	<i>Securitie Exchange Comission</i>
SMEGA	<i>Accounting and Financial Reporting Guidelines for Small and Medium-sized Enterprises</i>
SPSS	<i>Software Package for the Social Science</i>
SSCI	<i>Social Sciences Citation Index</i>
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TG	Técnica Geral
EU	União Europeia

Introdução

[Esta página foi propositadamente deixada em branco]

Contexto e motivação

Durante os últimos anos, as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), rapidamente, emergiram como um conjunto único de normas de contabilidade financeira aceites globalmente. Essa aceitação ocorreu tanto em função da forte influência política do IASB (Whittington, 2005), como da promoção das mesmas como normas que melhoram a qualidade da contabilidade (Duarte, Amaral, & Azevedo, 2015), porque aprimoram os processos de tomada de decisão (Ashbaugh-Skaife & Pincus, 2001); aumentam a confiabilidade dos utilizadores (Bertin & Moya, 2013; Lai, Li, Shan, & Taylor, 2013; Lee, Kang, & Cho, 2015); contribuem para atrair investidores (Chen, Ng, & Tsang, 2015; Tan, Chatterjee, Wise, & Hossain, 2016); reduzem o custo de capital (Li, 2010; Pownall, Vulcheva, & Wang, 2014); e são mais comparáveis para os participantes do mercado de capital internacional (DeFond, Hu, Hung, & Li, 2011). Além disso, esta aceitação também foi influenciada pela decisão da União Europeia (UE), pois, a partir de 01 de janeiro de 2005, e em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento n.º 1606/2002/CE, as empresas com valores admitidos à negociação nos mercados regulamentados de qualquer Estado membro da UE estavam obrigadas a apresentar os seus relatórios financeiros consolidados segundo as *International Accounting Standards / Internacional Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS) adotadas pela UE.

A Diretiva da Modernização Contabilística, Directiva n.º 2003/51/CE, datada de 18 de junho de 2003, alterou uma série de outras anteriores e tinha como finalidade, garantir a conformidade das normas contabilísticas europeias com as normas internacionais de contabilidade, ou seja, visava dar seguimento ao estipulado no Regulamento n.º 1606/2002/CE, exigindo assim que as mais de 8.000 empresas listadas nas bolsas de valores dos Estados membros da UE, a partir de 01 de janeiro de 2005, adotassem compulsoriamente as IAS/IFRS, na preparação dos relatórios financeiros consolidados (Guerreiro, Rodrigues, & Craig, 2011).

É dentro deste contexto que se insere o fenómeno da convergência e da adoção das normas internacionais de contabilidade, com base nas IFRS, pelos países. Tal fenómeno surge a partir de uma perspectiva de que a mudança, das normas de contabilidade doméstica para as IFRS, proporcione informações financeiras mais comparáveis e, portanto, de qualidade mais elevada, no âmbito do mercado global, não só nos países desenvolvidos, como também nos países em desenvolvimento. Neste cenário, tanto os Estados membros da UE adotaram as

IFRS, como vários outros países seguiram essa tendência mundial. Como exemplo, temos o caso da Austrália (Psaros, 2007), da Romênia (Albu, Nicolae Albu, Bunea, Artemisa Calu, & Mădălina Girbina, 2011), dos Emirados Árabes Unidos (Aljifri & Khasharmeh, 2006), e que, somando, já são mais de 140 países, que estabeleceram acordos parciais ou totais com o IASB para adotar as IFRS (Foudation IFRS, 2012).

No Brasil, em 1986, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), motivada pelo objetivo de alinhar o desenvolvimento do mercado de capital ao nível do contexto internacional, aprovou mudanças importantes nas normas de contabilidade. Assim, a CVM criou a ‘Estrutura Conceitual Básica de Contabilidade (ECBC)’ para atender aos objetivos amplos da contabilidade, a exemplo do que acontecia nos Estados Unidos (EUA), onde as normas de contabilidade eram definidas para fornecer informações para a tomada de decisões pelos agentes económicos (Lopes & Martins, 2005). Desta forma, essa estrutura foi fortemente influenciada pela escola de pensamento norte-americana. Em 2005, a CVM reconheceu que essas normas já estavam desatualizadas novamente para oferecer informação financeira comparável e transparente, da forma que o mercado de capital eficiente e integrado exigia (Guerreiro *et al.*, 2011). Como resultado desse reconhecimento, antes mesmo das IFRS se tornarem compulsórias no Brasil, foi exigido, por meio da Deliberação n.º 488, de 03 de outubro de 2005, a apresentação dos relatórios financeiros, das empresas de capital aberto, em harmonia com as IAS/IFRS. No exercício seguinte, o Banco Central do Brasil (BACEN) tomou a mesma iniciativa, através do Comunicado n.º 14.259, de 10 de março de 2006, criando procedimentos que mudariam as normas de contabilidade e de auditoria para as normas internacionais do IASB e da *International Federation of Accountants* (IFAC), aplicáveis às instituições financeiras e às demais instituições autorizadas a funcionar por este órgão regulador.

As iniciativas isoladas, tanto da CVM como do BACEN, eram inspiradas nas IFRS. Neste contexto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), levando em consideração as manifestações internas do país e a crescente importância da internacionalização das normas de contabilidade, estabeleceu cooperação com o IASB para adotar as IFRS no Brasil, tanto para o setor privado como para o setor público. No caso específico do Brasil, os sancionamentos das Leis n.º (s) 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941, de 28 de maio de 2009, foram no sentido de autorizar e facilitar a mudança da lógica, de normas de contabilidade baseadas em regras, aplicada na prática da contabilidade, para as normas internacionais de contabilidade baseadas em princípios – IFRS, obrigatoriamente a partir de 2010. Essa mudança ocorrida no

Brasil consistiu em: i) proporcionar informações financeiras com enfoque mais na substância econômica do que na substância legal; ii) refletir os ganhos e as perdas, das empresas, de forma mais rápida; e iii) restringir os critérios de historicidade permitidos pelo sistema de normas até então vigente (Guerreiro *et al.*, 2011).

Contudo, os argumentos na literatura científica não são uniformes sobre os efetivos resultados da adoção das normas internacionais de contabilidade, baseadas em princípios, para comparar as informações financeiras em torno do mundo. Neste sentido, Soderstrom e Sun (2007, p. 695) argumentam que “a qualidade da contabilidade (informações financeiras) perpassa pelos fatores institucionais de um país, tais como: i) a qualidade da norma; ii) o sistema político e legal do país; e iii) os incentivos dos relatórios financeiros”. Nesta mesma linha de raciocínio, Burgstahler, Hail, e Leuz (2006) e Miller (1994) destacam que a qualidade da contabilidade depende do ambiente institucional em que a empresa opera, tendo em vista que “a relação entre os métodos de mensuração, por exemplo, e a vida dos diversos atores que gravitam em torno de uma empresa é algo muito visível” (Filho & Machado, 2004, p. 45). Desta forma, os esforços mundiais da convergência para as IFRS com o intuito de harmonizar os relatórios financeiros divergem com as diferenças ambientais e idiosincrasias de cada país (Salter & Douppnik, 1992).

Paralelamente, outros estudos (Ball, 2006; Ball, Kothari, & Robin, 2000; Zhang, Uchida, & Bu, 2013) revelam que a mudança de um sistema de normas de contabilidade para as IFRS é impactante, por conta dos diferentes sistemas existentes mundialmente, sobretudo quando eles são oriundos dos modelos *code law* ou *commom law*, também conhecidos como modelos baseados em regras e em princípios, respectivamente, ou, ainda, como modelos da Europa Continental ou Anglo-saxão (Carmona & Trombetta, 2008; Iudícibus & Lopes, 2004). O sistema de normas de contabilidade baseado no modelo *code law* é mais detalhista, e é considerado como um modelo mais conservador (Albu *et al.*, 2011; Callao, Jarne, & Láinez, 2007). Por outro lado, o sistema baseado no modelo *commom law*, é mais pragmático, é fundamentado nos costumes e tradições e possui mais proteção para os investidores (Iudícibus & Lopes, 2004; La Porte, Lopez-de-Silanes, Shleiffer, & Vishny, 1998). Como as IFRS são consideradas um sistema de normas baseadas no modelo *common law* (Albu *et al.*, 2011), é provável que a adoção dessas normas pelos países, onde o sistema de normas de contabilidade anterior era baseado no modelo *code law*, encontre dificuldades para a mudança, devido às diferenças existentes entre as duas culturas, como é o caso do Brasil. Inclusive, as diferenças nos sistemas de normas de contabilidade são susceptíveis de acontecer, no seu próprio

ambiente, em função das influências institucionais e dos profissionais (Chand, 2005; Hopwood, 2000; Pope, 2003; Saudagaran & Diga, 2000).

Mais recentemente, outra modalidade de estudo (Albu *et al.*, 2011; Guerreiro, Rodrigues, & Craig, 2014; Hassan, 2008; Irvine, 2008) apresenta uma explicação mais completa, sobre a forma como um novo sistema de normas de contabilidade – as IFRS – emerge e muda num dado contexto institucional, histórico e social, ganhando destaque na literatura pela revelação da especificidade de cada país. Dentro do contexto desta modalidade de estudo, o processo de convergência e adoção das IFRS no Brasil, ocorrido obrigatoriamente a partir de 2010, em conformidade com a Lei nº 11.638 sancionada em 2007, que autorizou a mudança do padrão de contabilidade doméstico para o padrão de contabilidade internacional, tornou-se um caso interessante para ser investigado. A motivação para este caso, prende-se ao facto de que, diferentemente dos estudos já realizados, (Albu *et al.*, 2011; Guerreiro *et al.*, 2014; Hassan, 2008; Irvine, 2008), o Brasil além de ser um país pertencente ao modelo *code law*, é um país que tem autonomia política para escolher o sistema de normas de contabilidade que melhor atenda aos seus interesses.

No Brasil, a exemplo de Portugal, as normas de contabilidade foram ao longo do tempo, baseadas “principalmente na legislação societária, comercial e fiscal, o que faz com que a incorporação das tendências internacionais dependa do processo legislativo, normalmente demorado” (Weffort, 2005, p. 214). Assim, este trabalho pretende responder às várias lacunas de investigação identificadas na literatura. Por exemplo, como ocorreu o processo de convergência e adoção das IFRS no contexto social brasileiro? As PMEs de facto estão aplicando as normas internacionais de contabilidade na elaboração dos seus relatórios financeiros? Para o efeito, pretende-se desenvolver uma compreensão holística acerca do processo de convergência e adoção das IFRS, no caso do Brasil, um país que recentemente implementou as normas internacionais de contabilidade com base nas IFRS, tanto para o setor privado como para o setor público.

Uma vez apresentado o contexto e motivação desta tese, de seguida desenvolve-se o propósito e questões de pesquisa.

Objetivos e metodologias

O objetivo primário desta tese é desenvolver uma compreensão holística acerca do processo de convergência e adoção das IFRS, no caso do Brasil, um país que recentemente implementou as normas internacionais de contabilidade com base nas IFRS, tanto para o setor

privado como para o setor público. Desse modo, esta tese compreenderá um estudo realizado em três ensaios, onde:

i) o primeiro ensaio envolve uma revisão sistemática na literatura científica, com ênfase nos estudos que apresentavam os termos ‘adoção das IFRS’ e ‘qualidade da contabilidade’, ambos, no campo *Topic* (que envolve título, resumo e palavras-chave) (Porte & Sampaio, 2015), na base de dados multidisciplinar *Web of Science*, com o recorte temporal, compreendido para a pesquisa, do ano de 2007 até 2013 (o ano de 2007, se justifica pelo facto deste ensaio seguir a investigação de Soderstrom e Sun (2007), que foi publicada neste ano e o ano de 2013, se justifica pelo facto de ser o ano completo disponível à data deste estudo);

ii) o segundo ensaio compreende um estudo de caso, com fundamentação teórica resultante das definições da estrutura social: significação, dominação e legitimação, sugeridas no modelo de Guerreiro *et al.* (2014), combinadas com os níveis hierárquicos dos sistemas sociais: nível económico e político, nível do campo organizacional e nível organizacional, propostos no modelo de Dillard, Rigsby, e Goodman (2004), para analisar o processo de convergência e adoção das IFRS e compreender as influências institucionais e as interações sociais envolvidas no contexto social brasileiro;

iii) o terceiro ensaio realiza um estudo de levantamento, com fundamento na Teoria da Estruturação, para verificar o nível de aplicação dos procedimentos de transição, no que se refere a adoção da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) Técnica Geral (TG) 1000, na prática da contabilidade, pelas Pequenas e Médias Empresas (PMEs) que mais crescem no Brasil.

Para atingirmos os objetivos propostos, partimos de várias questões de investigação a seguir discriminadas:

1 Ensaio relacionado com a adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade:

1.1 De que forma a literatura tem debatido a questão da ‘adoção das IFRS’ e a ‘qualidade da contabilidade’ no período compreendido entre o ano de 2007 e o ano de 2013?

2 Ensaio relacionado com os fatores institucionais (sistema político e legal) no processo de convergência e adoção das IFRS:

2.1 Como ocorreu o processo de convergência e adoção das IFRS no contexto social brasileiro?

- 2.2 De que forma as dinâmicas relacionais fluíram pelas ações dos reguladores, gestores, preparadores e aplicadores das normas internacionais de contabilidade, baseadas nas IFRS, institucionalizadas no Brasil?
- 3 Ensaio relacionado com a aplicabilidade das normas internacionais de contabilidade, baseada nas IFRS, na prática da contabilidade pelas PMEs:
- 3.1 Qual é o nível de aplicação dos procedimentos de transição, no que se refere à adoção da NBC TG 1000, na prática da contabilidade, pelas PMEs que mais crescem no Brasil?
- 3.2 De que forma a teoria da estruturação explicará a reprodução da prática da contabilidade convergente com as normas internacionais, por meio das ações das PMEs?

Em termos metodológicos foram adotadas diferentes abordagens. O primeiro ensaio reveste-se de uma revisão sistemática da literatura, o segundo apresenta uma abordagem qualitativa e o terceiro uma abordagem quantitativa, conforme descrito de seguida:

No primeiro ensaio, para a análise da literatura, inicialmente foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Lakatos e Marconi (2009), abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]. Com base nessa pesquisa bibliográfica, foi levantado o artigo publicado por Soderstrom e Sun (2007), que tem como título '*IFRS adoption and accounting quality: A Review*'. Em seguida, a partir deste documento foi realizada uma revisão sistemática da literatura, utilizando os termos '*IFRS adoption*' e '*accounting quality*', ambos, no campo *Topic*, com o período compreendido entre 2007 e 2013, restritas às citações *Social Sciences Citation Index (SSCI)*, na base de dados multidisciplinar '*Web of Science*', por se tratar de uma base de dados que tanto facilitou a pesquisa dos artigos subscritos utilizando um conjunto comum de campos de pesquisa, simultaneamente, de forma a obter resultados mais abrangentes, como possui uma ferramenta de pesquisa própria, o EndNote. Estas condições facilitaram a revisão sistemática da literatura.

Da pesquisa efetuada, resultaram 59 publicações que foram refinadas de acordo com os seguintes parâmetros: seleção das categorias do *Web of Science* relacionadas com o tema, seleção do tipo de documento, seleção da área de pesquisa, seleção dos autores com mais de uma publicação, seleção do idioma e seleção dos países/territórios com mais de uma contagem de registro. Ao final destes refinamentos, o novo resultado encontrado foi de 49

publicações que serviram para a análise da literatura e a análise bibliométrica, com fundamento nos determinantes da qualidade da contabilidade propostos por Soderstrom e Sun (2007). De acordo com Saur-Amaral (2010, 2011), o processo de revisão de literatura de uma forma metodológica garante a qualidade do modelo conceptual e permite que os pesquisadores efetivamente mapeiem o campo de estudo e vinculem as suas pesquisas às escolas de pensamento relevantes.

Após estes procedimentos, foi considerado um universo formado por 49 publicações para a análise bibliométrica. Em seguida foi desenvolvida uma base de dados (Apêndice A), contendo as seguintes variáveis: i) autores das publicações; ii) ano da publicação; iii) tipos de documento – foram selecionados apenas artigos; iv) área de pesquisa – foram selecionados negócios económicos; v) idiomas – foram selecionados artigos em inglês; vi) revista de publicação; vii) países que publicaram os artigos; viii) objetivos e conclusões dos artigos, garantindo desta forma uma maior segurança na análise e discussão dos resultados apresentados.

No segundo ensaio, para melhor compreensão do desenrolar de todo o processo de convergência e adoção das IFRS no contexto social brasileiro, em 2010, em decorrência da alteração introduzida pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, foi selecionada a abordagem qualitativa e utilizado o estudo de caso como estratégia de pesquisa, porque de acordo com Creswell (2010, p. 210) é “uma estratégia apropriada para explorar processos, atividades e eventos ou aprender sobre o comportamento amplo de compartilhamento de cultura de indivíduos ou grupos”. Além disso, essa estratégia focaliza acontecimentos contemporâneos (Yin, 2005). Para isso, foi delimitado o campo de análise, através das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) n.º (s) 1.055, de 07 de abril de 2005, e 1.103, de 05 de outubro de 2007, que revelaram as entidades constituídas para a condução do processo de mudança das normas de contabilidade (Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC) e Comitê Gestor da Convergência no Brasil (CGC), respectivamente), e através de uma amostra de profissionais da contabilidade aplicadores dessas normas. Deste modo, foram identificados para o campo de análise, o CPC, o CGC e a amostra de profissionais da contabilidade, como as possíveis fontes de informações, conforme Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Identificação das possíveis fontes de informações

FONTES DE INFORMAÇÕES	PARTICIPAÇÃO	GUIÃO
Presidente do CFC	Gestor/regulador/ preparador	A
Presidentes e/ou representantes das organizações que compõem o CPC (ABRASCA, APIMEC Nacional, BM&FBOVESPA, CFC, FIPECAFI e IBRACON)	Preparador	B
Presidentes e/ou representantes dos organismos que compõem o CGC (BACEN, CVM, CFC e IBRACON)	Gestor/regulador	C
Profissionais ativos da Contabilidade e membros dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) das Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste.	Aplicador	D

Em seguida, foram correlacionadas as fontes de informação em função de cada nível do sistema social, disposto no modelo conceptual adaptado para este estudo. Desta forma, foram planeados 4 (quatro) guiões de entrevistas semiestruturadas, nomeadamente os guiões A, B, C e D, incluídas na tabela de dados (Apêndice D), que serviram para coletar os dados, de forma espontânea e focada, dos intervenientes reguladores, gestores, preparadores e aplicadores das normas de contabilidade no Brasil (Quivy & Campenhoudt, 2013; Yin, 2005).

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2013, p. 69), “as entrevistas exploratórias têm, como função principal revelar determinados aspectos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, complementar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras”. Por essa razão, é essencial que a entrevista decorra de uma forma muito aberta, confiável e que o pesquisador evite fazer perguntas numerosas e demasiado precisas.

Todas as questões das entrevistas foram desenvolvidas em função das definições dos tipos de estruturas sociais, significação, dominação e legitimação, propostas no modelo conceptual de Guerreiro *et. al.*, (2014), e distribuídas em conformidade com cada nível social: nível económico e político, nível do campo organizacional e nível organizacional, sugerido no modelo conceptual de Dillard *et. al.*, (2004).

Assim, foram organizados os procedimentos de campo para a coleta dos dados, além da identificação das fontes de informações, anteriormente citadas, relacionadas com os 4

(quatro) guiões de entrevistas. Foi também elaborada a carta de apresentação (Apêndice B) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C). A organização dos procedimentos resultou numa tabela de dados (Apêndice D) que conjuga em cada nível social, nível económico e político, nível do campo organizacional e nível organizacional; as três dimensões da estrutura social, significação, dominação e legitimação; as fontes de informações competentes para cada nível; e as respectivas questões norteadoras da entrevista.

A elaboração da carta de apresentação incluiu: i) o logotipo da Universidade de Aveiro e da Universidade do Minho; ii) a explicação do propósito das entrevistas; e iii) a disponibilização do *e-mail* do pesquisador ao Presidente do CFC, aos membros do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aos membros do Comitê Gestor da Convergência no Brasil e aos profissionais da contabilidade, para quaisquer esclarecimentos relacionados com a entrevista em questão.

A elaboração do TCLE (Apêndice C) foi no sentido de estabelecer acordos entre as partes, entrevistador e entrevistado, para os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa, e também para assegurar que o nome do entrevistado será mantido sob um rigoroso sigilo. Além disso, foi acordado que os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Aveiro e na Universidade do Minho, em Portugal, podendo ser publicados posteriormente. Por fim, os dados e os materiais utilizados na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador.

Além dos dados provenientes das entrevistas, também foram utilizados dados provenientes de documentos para corroborar e valorizar as informações obtidas pelas entrevistas (Yin, 2005), tais como: leis ordinárias; deliberações da CVM; comunicados do BACEN; resoluções do CFC; além do regimento interno e dos relatórios de atividades do CPC. De acordo com Yin (2005), nenhuma destas fontes de informações, se sobrepõem uma sobre a outra. “Na verdade, as várias fontes são altamente complementares, e um bom estudo de caso utilizará o maior número possível de fontes” (Yin, 2005, p. 112).

Por último, os dados coletados foram codificados, por meio do *software* QSR NVivo 10, em categorias e em subcategorias, tendo por base os níveis sociais e as dimensões de estrutura social, retirados do modelo conceptual adaptado, sendo posteriormente efetuada a síntese das informações empíricas a partir das palavras (conceitos) mais frequentes encontradas nos textos (descrição do caso). Por conseguinte, a síntese das informações empíricas formou a base para a aplicação da técnica de adequação ao modelo conceptual adaptado, facilitando a discussão dos resultados.

Estas medidas adotadas criteriosamente proporcionam a validade do estudo de caso. Mais especificamente, foram utilizadas várias fontes de informações (entrevistas e documentos) para a coleta de dados; foi realizada a adequação ao padrão para a análise de dados; foi utilizada a fundamentação teórica resultante da combinação do modelo conceptual de mudança institucional proposto por Dillard *et al.* (2004) com o modelo para implementação de um sistema de normas de contabilidade baseado nas IFRS proposto por Guerreiro *et al.* (2014) como validade externa e, também, foi utilizado o protocolo de estudo de caso para a coleta de dados como forma de proporcionar maior confiabilidade na recolha dos mesmos (Yin, 2005).

No terceiro ensaio, para verificar o nível de aplicação dos procedimentos de transição no que se refere à adoção da NBC TG 1000 na prática da contabilidade pelas PMEs no Brasil, foi selecionado a abordagem pós-positivista (Creswell, 2010) e foi utilizado o *survey* (levantamento) como método de pesquisa. Os dados empíricos para este ensaio foram recolhidos através de um inquérito por questionário (Apêndice E), enviado às 250 PMEs que mais crescem no Brasil (Apêndice F). O questionário foi enviado às PMEs através de e-mail e acompanhado de uma carta de apresentação (Apêndice G). As pesquisas realizadas por meio de questionário apresentam vantagens e desvantagens. Relativamente às principais vantagens, Lakatos (2009) destaca que os questionários são ideais para obter um grande número de dados, além de atingir um maior número de pessoas simultaneamente e abranger uma ampla área geográfica. O questionário obtém respostas mais rápidas e mais precisas, pelo facto de que as respostas são mais espontâneas, contam com a condição do sigilo e não são identificados. Além disso, os questionários são uniformes, devido à natureza impessoal do instrumento, e não são influenciados pelo pesquisador. Este facto proporciona menos risco de distorção porque não deixam os respondentes apreensivos. Além disso, também proporcionam mais oportunidades para os respondentes responderem às questões dentro do espaço e do tempo que lhes forem mais convenientes.

No entanto, as pesquisas realizadas por meio de questionário também apresentam desvantagens. O percentual de respostas dos questionários é muito baixo, representando um problema para o pesquisador, pois a baixa taxa de resposta aliada com o número de perguntas sem respostas pode enfraquecer a confiança dos dados estatísticos. Além disso, muitas questões podem ser mal compreendidas e não há possibilidade de o pesquisador esclarecer a questão ao respondente. Algumas pessoas são mais propensas a responder a questionários que outras, muitas vezes influenciadas pelo nível de interesse no tema, levando as respostas a uma

uniformidade aparente. Outra desvantagem é que não há garantia de que o questionário foi respondido pela pessoa a quem o mesmo foi enviado, invalidando, portanto, o instrumento. Inclusive, a devolução tardia pode ser um agravante para a pesquisa. Sintetizando, os pesquisadores têm pouco ou nenhum controle sobre o que acontece com o questionário depois que este é enviado para o respondente (Lakatos, 2009).

O processo de elaboração do questionário seguiu uma série de cuidados, tais como: i) constatação de sua eficácia para a verificação dos objetivos porque, entre as vantagens apresentadas para a utilização do questionário, o grande número de questões aplicadas simultaneamente a 250 (duzentos e cinquenta) PMEs, em uma área geográfica ampla, foram os principais motivos para a escolha deste tipo de técnica de pesquisa; ii) determinação da forma e do conteúdo das questões, sendo o questionário elaborado com questões do tipo fechada, mais comumente utilizadas, e com fundamento em um conjunto de procedimentos de transição realizados em função das exigências dispostas na Seção 35, da Resolução CFC nº. 1.255, 17 de dezembro de 2009, que aprovou a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas no Brasil; iii) a quantidade e a ordenação das questões estão organizadas em 4 (quatro) dimensões, distribuídas em 5 (cinco) construtos: *a*) esquema interpretativo (ESINT); *b*) facilidade (FACIL); e *c*) norma (NORMA); *d*) fatores relacionados com o ambiente da empresa (AMEMP); e *e*) fatores relacionados com o ambiente da contabilidade (AMCON), desenvolvidos com o propósito de relacioná-las com as modalidades de estruturação da prática social proposta pela Teoria da Estruturação de Giddens (2009); iv) a apresentação do questionário, inicialmente foi colocado o título que se relacionava com o objetivo da pesquisa, nível de aplicação dos procedimentos de transição para a NBC TG 1000 na prática da contabilidade pelas PMEs que mais crescem no Brasil e, na sequência, foram desenvolvidas 3 (três) sub-dimensões, dentro de cada construto, para distribuir as 54 (cinquenta e quatro) questões digitadas, em um primeiro momento, no aplicativo *SurveyMonkey* e em um segundo momento no formulário do Google, com o propósito de proporcionar uma melhor aparência e maior credibilidade do questionário e, em seguida, foram enviados para as 250 empresas, acompanhado da carta de apresentação (Apêndice G) (Gil, 2009).

O primeiro constructo focou-se em questões que se relacionavam com os procedimentos exigidos para elaboração de demonstrações contábeis (transformação), em decorrência da mudança do sistema de normas de contabilidade domésticas, adotadas no país até ao ano de 2010, para o sistema de normas internacionais de contabilidade com base nas

IFRS, mais especificamente, a aplicação da NBC TG 1000. Estes procedimentos estavam relacionados com: i) os procedimentos de mudança realizados nos elementos do balanço patrimonial; ii) os procedimentos explicativos da prática contábil de transição; e iii) os procedimentos de evienciação das práticas contábeis de transição adotadas nas demonstrações contábeis atuais (Resolução CFC nº 1.255/09).

O segundo constructo focou-se na identificação das políticas e práticas contábeis de transição das normas de contabilidade (recursos). Estas políticas e práticas de transição estavam relacionadas com: i) os motivos relacionados com a mudança da norma; ii) mais responsabilidades profissionais; e iii) mais mudança nos recursos tecnológicos (Almeida & Beuren, 2012; Perera & Chand, 2015).

O terceiro constructo focou-se nos procedimentos exigidos para divulgação de demonstrações contábeis (obrigação). Estes procedimentos estão relacionados com: i) a aplicação das exigências normativas; ii) a apresentação de demonstrações contábeis para os períodos anteriores; e iii) a divulgação de informação exigida pela norma de contabilidade (Resolução CFC nº 1.255/09).

O quarto constructo focou-se em questões que se referiam aos fatores relacionados com o ambiente da empresa. Mais especificamente, estes fatores se relacionaram com: i) vendas internacionais; ii) receita líquida internacional; e iii) participação no capital social de fonte internacional (Guerreiro, Rodrigues, & Craig, 2012).

O quinto constructo focou-se em questões que se referiam aos fatores relacionados com o ambiente da contabilidade. Mais especificamente, estes fatores se relacionaram com: i) o profissional da contabilidade interno à empresa; ii) o critério de julgamento profissional; e iii) mais autonomia do profissional da contabilidade nos procedimentos da contabilidade (Panagiotidou, 2015).

A elaboração da carta de apresentação, (Apêndice G), incluiu: i) o logotipo da Universidade de Aveiro e da Universidade do Minho; ii) a explicação do propósito do questionário; e iii) os contatos do pesquisador e das respectivas orientadoras. Estes dados ficaram à disposição dos proprietários das empresas, dos gestores, dos profissionais da contabilidade e/ou dos chefes de departamento contabilidade/financeiro, para quaisquer esclarecimentos relacionados com o questionário.

Antes da carta de apresentação e do questionário serem enviados para os respondentes (atores sociais), foi realizado o pré-teste do questionário com profissionais da contabilidade para verificar a confiabilidade e a adequação das questões. A finalidade do pré-teste foi para

melhorar possíveis falhas na elaboração do questionário e analisar o tempo que o respondente levaria para responder às questões (Gil, 2009). De facto, na aplicação do pré-teste, o questionário foi reformulado, principalmente, para melhorar a redação de algumas questões, inclusive, eliminando outras, por se entender que eram questões repetitivas.

Os questionários acompanhados da carta de apresentação foram enviados por *e-mail* em janeiro de 2016, através do aplicativo *SurveyMonkey*. Passado um mês após o envio dos *e-mails*, as empresas foram contactadas por telefone com a finalidade de confirmar o recebimento do *e-mail* que foi enviado com a carta de apresentação indicando o *link* que direcionava o respondente às questões. Porém, o aplicativo apresentou problemas no envio dos *e-mails* para as empresas. Por isso, em um segundo momento, o questionário foi redigitado no formulário do Google e, em seguida, foram enviados novamente, por *e-mail*, para as 250 empresas, acompanhado da carta de apresentação (Apêndice G). O segundo envio foi também confirmado, desta vez, sempre que possível, o contato era realizado com contadores ou com pessoa vinculada ao setor da contabilidade para explicar a importância do retorno do questionário, reforçando antecipadamente o agradecimento pela colaboração no preenchimento do questionário e, conseqüentemente, com a realização da pesquisa em si. Este acompanhamento foi repetido, inúmeras vezes, até que fosse obtido um número de respostas que proporcionassem significância nos resultados estatísticos. Por último, foram utilizados o *software* SmartPLS e o *Software Package for the Social Science* (SPSS) 20 para a estatística aplicada, por meio da técnica de Modelagem de Equações Estruturais (MEE), da técnica de estatística descritiva e das técnicas de análise multivariada e de análise de regressão múltipla, que serviram para verificar o nível da aplicação dos procedimentos de transição, no que se refere à adoção da NBC TG 1000, em dezembro de 2013, na prática da contabilidade, pelas PMEs.

Estrutura da tese

A tese está composta por três ensaios, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro ensaio, com fundamento no estudo de Soderstrom e Sun (2007), refere-se a uma análise sistemática da literatura sobre a “adoção das IFRS” e a “qualidade da contabilidade”, a partir do ano de 2007 até 2013, concentrada na base de dados *Web of Science*, visando compreender como prossegue a discussão dessa temática nos dias atuais.

Este ensaio revela, a persistência na literatura, que a adoção das IFRS por si só não é uma determinante da qualidade da contabilidade. A qualidade da contabilidade esparsa pelos sistemas político e legal dos países e, também, pelos incentivos de cada país. Com base na apresentação e discussão dos resultados e nas considerações finais deste ensaio, surgiu a pista para investigação futura relacionada com a adoção das IFRS no caso do Brasil.

O segundo ensaio, com fundamento no modelo teórico resultante da combinação do modelo conceptual de mudança institucional proposto por Dillard *et al.* (2004) com o modelo para implementação de um sistema de normas de contabilidade baseado nas IFRS proposto por Guerreiro *et al.* (2014), refere-se a um estudo de caso, utilizando os dados coletados em entrevistas e em documentos relacionados com o processo de mudança das normas de contabilidade, visando compreender como ocorreu o processo de convergência e adoção das IFRS no Brasil.

Este ensaio fornece uma compreensão dos fatores institucionais e das dinâmicas relacionais envolvidas no processo de convergência e adoção das IFRS no caso do Brasil. Os critérios legais produzidos, no nível económico e político, que destitucionalizou o modelo *code law* no país e as facilidades colaborativas transnacionais entre os atores do CPC e o IASB foram fundamentais para a promoção da mudança social divergente no nível do campo organizacional. O ensaio também destaca como foram acomodadas as práticas operacionais, no nível organizacional, convergentes com as normas internacionais, e práticas operacionais sem equivalentes internacionais, ambas essas práticas regulamentadas pelo CFC. Além disso, sugeriu pista para investigação futura ao nível das PMEs. Neste sentido, foi conduzido o terceiro e último ensaio desta tese.

O terceiro ensaio, com fundamento na Teoria da Estruturação de Giddens (2000, 2009), refere-se a uma pesquisa de levantamento, utilizando os dados coletados em um inquérito por questionário relacionado com o nível de aplicação dos procedimentos de transição, no que se refere a adoção da NBC TG 1000, na prática da contabilidade, pelas PMEs que mais crescem no Brasil.

Este ensaio revela que o nível de aplicação dos procedimentos de transição para as PMEs mudarem a prática da contabilidade para atenderem ao normativo simplificado, convergente com as normas internacionais foi moderado. Contudo, a evidência empírica comprova a aderência das modalidades de estruturação da prática social proposta por Giddens (2000, 2009), para explicar a prática da contabilidade pelas ações das PMEs em interação. Neste sentido, relativo ao moderado nível de aplicação dos procedimentos de transição para as

normas internacionais, este ensaio sugere pista para investigação futura. As PMEs, neste contexto, mesmo sendo obrigadas a adotar as normas internacionais de contabilidade, por não existir um mecanismo de controle de aplicação do novo normativo para estas empresas, elas tanto podem manter as reminiscências do sistema de norma de contabilidade anterior como podem aderir as *full* IFRS na prática da contabilidade. Ao nível dessas empresas convém ampliar a pesquisa para analisar os relatórios financeiros das referidas empresas mais profundamente para verificar a persistência ou não da cultura do modelo *code law* no país.

A tese termina com a discussão das principais conclusões dos diferentes ensaios, realçando as principais evidências encontradas, suas limitações, os principais contributos e a identificação de algumas pistas para investigação futura.

[Esta página foi propositadamente deixada em branco]

**Ensaio 1 - Adoção das IFRS e a Qualidade da
Contabilidade: uma revisão**

[Esta página foi propositadamente deixada em branco]

1.1 Introdução

A literatura sobre a adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) tem-se expandido na academia. Uma discussão interessante com relação a adoção (mudança parcial ou total do padrão de contabilidade doméstico para o padrão internacional) destas normas é aquela que diz respeito à sua qualidade elevada, compreensível e aplicável proposta pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (Ball, 2006; IASB, 2005). Essa discussão se torna ainda mais pertinente à medida que os resultados apresentados na literatura não são unânimes sobre a adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade. Como exemplo, tem-se de um lado, a investigação de Jeanjean e Stolowy (2008, p. 480) que, analisando o efeito da introdução obrigatória das normas IFRS na qualidade dos resultados, mais precisamente sobre a gestão dos resultados, mostra que o perfilhamento das regras não é uma condição suficiente para criar uma linguagem comum dos negócios. Os autores ressaltam ainda que os incentivos para a gestão e os fatores institucionais domésticos desempenham um papel importante formando as características dos relatórios financeiros. Por outro lado, a investigação de Chen, Tang, Jiang, e Lin (2010) mostra que a qualidade da contabilidade melhorada é atribuível às IFRS ao invés de outros fatores, tais como: i) mudança nos incentivos da gestão; ii) características institucionais do mercado de capital; e iii) ambiente dos negócios em geral.

Neste contexto, Soderstrom e Sun (2007, p. 695) analisaram as pesquisas realizadas sobre as consequências das mudanças das normas de contabilidade (adoção das IFRS), através de uma abordagem histórica, focada na literatura contábil publicada nos principais periódicos de contabilidade selecionados a partir da década de 1990, e concluíram que os determinantes da qualidade da contabilidade, após a adoção destas normas, são articulados em três fatores: i) a qualidade das normas; ii) o sistema político e legal do país; e iii) os incentivos para a divulgação dos relatórios financeiros.

Com fundamento no estudo de Soderstrom e Sun (2007), este ensaio objetiva analisar a literatura sobre a adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade a partir do ano de 2007, centrada na base de dados “*Web of Science*”, visando compreender como prossegue a discussão acerca da adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade na literatura.

É nosso entendimento de que a relação entre a adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade não se limita à perspectiva das consequências económicas, conforme afirmam

Chen *et al.* (2010). O sistema de contabilidade de cada país é um produto de sua cultura, história económica e política incorporada em suas próprias crenças, influenciado pela forma como cada país interpreta e adota estas IFRS (Chand & Patel, 2008; Guerreiro *et al.*, 2011).

A justificativa para esse estudo se apresenta de várias perspectivas: na primeira perspectiva, a pesquisa estende a investigação de Soderstrom e Sun (2007) com uma análise dos artigos publicados a partir de 2007, centrados na base de dados “*Web of Science*”. Na segunda perspectiva, o contributo do presente estudo é perceber se o cenário atual é o mesmo cenário que Soderstrom e Sun (2007) encontrou em outro recorte temporal de 1990 a 2006 (o ano de 1990, os autores referenciam em seu artigo na página nº 676 e o ano de 2006, o nosso estudo estimou por se tratar do ano anterior a sua publicação. Por fim, este estudo apresenta uma análise da literatura que suportará ensaios futuros, relativamente às interações entre as organizações, os ambientes culturais, políticos e sociais em que a adoção das IFRS ocorre. Neste caso particular, será o caso do Brasil, através de uma perspectiva sistémica, utilizando o modelo de recursividade proposto por Dillard *et al.* (2004) e já aplicado à realidade social em Portugal por Guerreiro *et al.* (2014).

Conforme já citado anteriormente, este ensaio se centrou em uma pesquisa sistemática da literatura, na base de dados da “*Web of Science*”, conduzida pelos tópicos “*adoption of IFRS*” e “*accounting of quality*”, delimitada ao período de 2007 a 2013. Como resultado, no geral, esta análise conclui que a qualidade da contabilidade não pode ser avaliada apenas em função da adoção das IFRS, quer seja na forma voluntária, quer seja na forma obrigatória. Mais recentemente, Ahmed, Neel, e Wang (2013) também encontraram que a qualidade da contabilidade declinou após a adoção obrigatória das IFRS, ao contrário do que os estudos anteriores revelam, evidenciando um aumento na qualidade da contabilidade após a adoção das IFRS.

Este trabalho está organizado do seguinte modo: na seção 1.2 está disposta a revisão da literatura, compreendendo a fundamentação da adoção das IFRS e os determinantes da qualidade da contabilidade delineados por Soderstrom e Sun (2007) e utilizados para guiar esta análise; na seção 1.3 está desenvolvida a metodologia de pesquisa, na seção 1.4 está apresentada a análise dos resultados e, finalmente, na seção 1.5 estão apresentadas as conclusões, limitações e pistas para trabalhos futuros.

1.2 Revisão da Literatura

1.2.1 Fundamentos da adoção das IFRS

As IFRS, foram as sucessoras das *International Accounting Standards* (IAS), desenvolvidas entre as décadas de 1970 e 1990 (Soderstrom & Sun, 2007), pela “fundação do *International Accounting Standards Committee* (IASC), constituído pelos organismos de contabilidade da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido, Irlanda e os Estados Unidos” (Aljifri & Khasharmeh, 2006, p. 506), para emitir normas de contabilidade que pudessem ser aceites globalmente. Desde então, as IFRS são aplicadas como normas que:

Refletem substância econômica mais do que forma legal; refletem ganhos e perdas económicas em um tempo mais oportuno (em alguns aspectos, ainda mais do que os *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP) dos Estados Unidos (EUA); tornam os ganhos mais informativos; fornecem mais balanços úteis; e reduzem a descrição histórica da Europa Continental, fornecendo aos administradores condições para manipular provisões, criar reservas ocultas, ganhos ‘smooth’ e ocultar perdas económicas da visão pública” (Ball, 2006, p. 9).

Além dessas aplicações, a adoção das IFRS também vem se revelando como normas que promovem menos custos no processamento das informações (Beneish & Yohn, 2008), entre outros efeitos resultantes das operações financeiras e comerciais realizadas por meio destas normas no mercado globalizado.

Na década de 1990, antes das IFRS se tornarem obrigatórias, os acadêmicos já discutiam as características específicas das empresas que adotavam voluntariamente as IFRS (Gassen & Sellhorn, 2006). A partir da década de 2000, coincidindo com a reestruturação do IASB, sucessor do IASC, a *European Union* (EU) decidiu que as companhias com valores admitidos à negociação nas bolsas de valores dos Estados membros da EU deveriam aplicar as IFRS na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, a partir de 01 de janeiro de 2005 (Chen *et al.*, 2010), que atualmente são adotadas por mais de 100 países e regiões (Zhang *et al.*, 2013).

Assim, as IFRS emergiram no ambiente regulatório dos organismos de contabilidade internacional para harmonizar internacionalmente a informação contábil financeira a fim de

atender as necessidades e os interesses do sistema económico no âmbito do mercado global (Ball, 2006). Neste sentido, a literatura relacionada com a adoção das IFRS, envolve tanto a adoção voluntária como obrigatória.

Os dois tipos de adoções são inevitavelmente vinculadas com o aumento da integração do mercado mundial, que conseqüentemente são impulsionadas pela redução nos custos de processamento das informações e comunicações (Ball, 2006). Por sua vez, as relações dos custos e dos benefícios da adoção das IFRS são as questões mais emblemáticas para legitimar a qualidade da contabilidade. Neste sentido, o estudo de Soderstrom e Sun (2007) revela que a convergência para as IFRS é apenas um dos determinantes da qualidade da contabilidade. No estudo destes autores, a qualidade da contabilidade perpassa pela escolha da norma de contabilidade, pelos sistemas político e legal dos países e pelos incentivos de cada país para a divulgação dos relatórios financeiros, conforme mostra a Figura 1, a seguir apresentada:

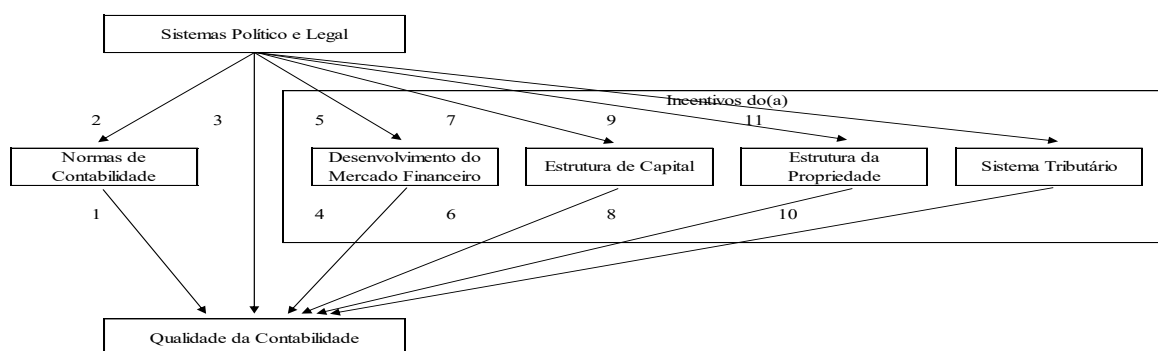


Figura 1 – Determinantes da qualidade da contabilidade
Fonte: Adaptado de Soderstrom e Sun (2007, p. 688).

Como se observa na Figura 1, por um lado, a qualidade da contabilidade é influenciada diretamente (i) pelas normas de contabilidade, (ii) pelos sistemas político e legal dos países e (iii) pelos incentivos. Por outro lado, os sistemas políticos e legais se apresentam numa posição diferenciada, pois eles também influenciam indiretamente a qualidade da contabilidade, tanto através das próprias normas de contabilidade, como através dos incentivos das informações de cada país, tais como: desenvolvimento do mercado financeiro, estrutura de capital, propriedade e sistema tributário (Soderstrom & Sun, 2007). Neste sentido, este ensaio conduzirá a sessão seguinte com a análise das publicações sobre a adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade, com base no esquema desenvolvido por Soderstrom e Sun (2007), a partir do ano de 2007, período posterior a sua publicação.

1.2.2 Determinantes da qualidade da contabilidade

1.2.2.1 Normas de contabilidade

O primeiro fator que Soderstrom e Sun (2007, p. 688) identificam como determinante da qualidade da contabilidade é a escolha da norma de contabilidade (ver seta 1 na Figura 1). Justificando esta determinação, os autores dizem que: “se o IASB continua a melhorar a qualidade das IFRS, espera-se que as informações financeiras preparadas pelas IFRS tornem-se cada vez mais confiáveis e de relevante valor”. Em um estudo mais recente, diferentemente do estudo de Soderstrom e Sun (2007), Chen *et al.* (2010) mostram que a qualidade da contabilidade é atribuída às IFRS (normas de contabilidade). Neste estudo, os autores utilizaram indicadores, como a gestão dos resultados, a magnitude dos acréscimos discricionários absolutos e a qualidade dos acréscimos, com uma *proxy* para a qualidade da contabilidade e encontraram que a maioria dos indicadores melhorou a qualidade da contabilidade após a adoção das IFRS na EU.

Mais recentemente, Gebhardt e Novotny-Farkas (2011) analisam as implicações da adoção das IFRS obrigatórias sobre a qualidade da contabilidade dos bancos, em doze países da EU, e concluíram que a restrição para reconhecer apenas as perdas incorridas no âmbito da IAS 39ⁱ reduz significativamente a flexibilização do rendimento. Porém, este efeito é menos pronunciado nos países com a supervisão bancária mais rigorosa, com as propriedades dos bancos dispersas e com os bancos da EU listados nos EUA. Estes fatores fornecem evidências sobre as questões institucionais na formação dos resultados dos relatórios financeiros.

Em adição, Aubert e Grudnitski (2011) analisam o impacto e a importância da adoção obrigatória das IFRS nas empresas da EU (20 indústrias em 13 países da Europa). Para aferir o impacto da adoção obrigatória das IFRS foram analisadas as diferenças significativas do retorno dos ativos (ROA) comparando os dois normativos (normas IFRS e normas domésticas (LG)), nos termos do mercado e da qualidade da informação financeira. Como resultado final, os autores apontam que ao comparar as diferentes informações da contabilidade construídas sob IFRS e LG, algumas diferenças podem ser encontradas. No entanto, a qualidade dos acréscimos discricionários mostrou-se significativamente maior sob IFRS do que sob LG apenas para as empresas na Finlândia, Grécia e Suécia.

Já o estudo de Chan, Hsu, e Lee (2013) demonstra que as IFRS melhoram a transparência e a credibilidade das empresas estrangeiras listadas nos EUA, reduzem os custos de informação e os riscos para os investidores norte-americanos. As evidências sugerem que a adoção das IFRS em seu país de origem (onde existe uma diferença maior entre as normas domésticas anteriores e as IFRS) beneficiam as empresas que já estão listadas ou estão procurando se listar nos EUA.

Enquanto isso, Pope e McLeay (2011) fornecem uma perspectiva acadêmica sobre o desenvolvimento do projeto de harmonização da EU com base nas IFRS, sobre os custos, os benefícios da adoção das IFRS na Europa e os desafios de pesquisa que possam surgir. Os autores sustentam que as consequências da adoção das IFRS e da qualidade da execução das IFRS estão longe de ser uniformes em toda a Europa e dependem de fatores que refletem os incentivos dos preparadores e a eficácia da aplicação doméstica.

Embora o universo das publicações encontradas para esta pesquisa seja relativamente pequeno, 49 estudos (ver análise dos resultados), é no mínimo suficiente para observar que a relação entre a adoção das IFRS e qualidade da contabilidade não pode ser estudada fora do ambiente onde as empresas operam (Miller, 1994), ou seja, no ambiente onde as empresas desenvolvem as atividades econômicas. Da mesma forma, o ambiente onde as empresas desenvolvem as atividades econômicas não pode ser independente do ambiente normativo, dos valores, da coletividade e dos papéis que compõem a estrutura da sociedade (Parsons, 1974). Aliás, “não há nenhuma sociedade (nem pode haver nenhuma sociedade) na qual as relações econômicas não estejam subordinadas às regras consuetudinárias e legais” (Giddens, 2011, p. 113).

Esta realidade pode ser observada no estudo de Francis, Khurana, Martin, e Pereira (2008) que investigaram a adoção das IAS voluntárias e explicam que os fatores das empresas dominam os fatores dos países nos países mais desenvolvidos. Enquanto que, nos países menos desenvolvidos, os fatores dos países dominam os fatores das empresas. Neste sentido, este estudo prossegue com a análise na literatura sobre a influência dos sistemas político e legal dos países na qualidade da contabilidade, de acordo com o esquema predefinido por Soderstrom e Sun (2007).

1.2.2.2 Sistemas políticos e legais do país

O segundo fator que Soderstrom e Sun (2007) identificam como determinante da qualidade da contabilidade são os sistemas político e legal dos países. Os sistemas políticos e legais dos países influenciam indiretamente e diretamente a qualidade da contabilidade. Quando Soderstrom e Sun (2007) tratam da influência indireta dos sistemas político e legal dos países na qualidade da contabilidade (ver seta 2 na Figura 1), eles dizem que a própria definição das normas de contabilidade é um processo político, na qual os usuários da contabilidade tal como autoridades tributárias, bancos, *shareholders*, gestores e sindicatos dos trabalhadores influenciam significativamente.

Esta realidade também pode ser percebida na investigação de Brown e Tarca (2007) que fornece uma revisão das atividades de dois tipos muito diferentes de conselho de aplicação independentes, o *Financial Reporting Review Panel* (FRRP) do Reino Unido e a *Australian Securities Investments Commission* (ASIC). Nesta revisão, Brown e Tarca (2007) descrevem as atividades desses organismos de contabilidade, durante o período de 1998-2004, mostrando que ambos os tipos de organismos representam um importante papel na aplicação das IFRS, embora sejam sujeitos às forças políticas.

Beneish e Yohn (2008) ao avaliarem se a adoção das IFRS reduz os custos de processamento da informação ou diminui a incerteza do investidor sobre a qualidade da informação financeira e sobre a distribuição dos fluxos de caixas futuros, verificam que os determinantes domésticos, tais como os mecanismos de proteção ao investidor, as tendências domésticas de capital familiar, têm mais peso na redução dos custos do processamento da informação do que a adoção das IFRS. Nesse estudo, os autores concluem que a adoção global das IFRS é improvável de afetar as tendências domésticas.

Dito de outra maneira, o estudo de Khurana e Michas (2011) concluiu que a tendência doméstica (por exemplo, normas por regras) dos investidores americanos não só diminui com relação aos países que adotam as IFRS obrigatórias, como também as tendências dos fatores domésticos dos investidores americanos é maior após a adoção obrigatória das IFRS, tanto com relação aos países com diferenças maiores entre IFRS e normas de contabilidade por regras (doméstica), como com relação aos países com regras de lei forte e sistema legal *common law* e com relação aos países com maior incentivo para divulgar informação financeira de qualidade alta. No geral, os resultados indicam que um conjunto comum de normas contábeis melhoram a carteira de participações dos investidores norte-americanos e

que os investidores norte-americanos consideram a aplicação das normas um fator-chave para a realização dos investimentos fora dos EUA.

Consistente com os resultados de Khurana e Michas (2011), vimos também os resultados da investigação de Barth, Landsman, Lang, e Williams (2012), que analisou se a adoção das IFRS pelas empresas não-americanas resulta em comparabilidade da contabilidade com aquelas empresas norte-americanas aplicando GAAP dos EUA. Os autores concluíram que a comparabilidade é maior para as empresas que adotam obrigatoriamente as IFRS, em países de grau de aplicação elevado e de direito comum (*common law*), nos anos mais recentes. Para Barth *et al.* (2012), a aplicação das IFRS tem aumentado a comparabilidade da informação financeira com as empresas norte-americanas, embora diferenças significativas permaneçam.

Via de regra, os sistemas político e legal tanto afetam indiretamente a qualidade da contabilidade como, conseqüentemente, afetam diretamente a qualidade da contabilidade, conforme anteriormente citado. Neste sentido, Soderstrom e Sun (2007) desenvolveram este fator nos seus estudos se reportando ao sistema legal mais tradicionais, quais sejam: o direito romano (*code law*) e o direito consuetudinário (*common law*). O direito romano (*code law*) foi desenvolvido para permitir ao governo controlar a definição e a interpretação das leis (Soderstrom & Sun, 2007), enquanto que o direito consuetudinário (*common law*) foi desenvolvido com fundamento nos costumes e tradições (Lopes, 2009)ⁱⁱ. Como se observa, as principais diferenças destes sistemas legais estão centradas na origem e na força das leis. Essa realidade é apresentada com frequência na literatura que deu suporte a esta análise. Neste sentido, esta questão da influência dos sistemas legal e político será novamente abordada na discussão e conclusão deste estudo, visto que essa seção retoma a análise sobre a influência direta dos sistemas político e legal na qualidade da contabilidade.

Soderstrom e Sun (2007) consideram existir uma influência direta dos sistemas político e legal (ver seta 3 na Figura 1) na qualidade da contabilidade em atenção à aplicação das normas de contabilidade e aos gestores e auditores contra litígios. O papel de aplicação do sistema legal é muito importante na determinação da qualidade da contabilidade, em especial, após a adoção das IFRS (Soderstrom & Sun, 2007). Esta afirmação também é reforçada nos estudos de Cohen, Krishnamoorthy, Peytcheva, e Wright (2013). Estes autores consideram que os auditores são mais propensos a restringir informações agressivas sob normas contábeis baseadas em princípios (IFRS) do que sobre normas contábeis baseadas em regras, tanto em

regime regulatório forte como fraco. Segundo Soderstrom e Sun (2007) o sistema legal é muito importante na determinação da qualidade da contabilidade, principalmente nas situações que não estão previstas nas IFRS e necessitam de uma interpretação dos princípios. O sistema político também afeta diretamente a qualidade da contabilidade (Soderstrom & Sun, 2007). De acordo com Armstrong, Barth, Jagolinzer, e Riedl (2010), a adoção das IFRS adotadas pela UE representou um marco importante para a convergência dos relatórios financeiros e ainda estimulou controvérsia atingindo os níveis mais altos de governo. Com o estudo destes autores, nós concluímos a sessão que tratou do segundo fator, sistemas políticos e legais do país, definido por Soderstrom e Sun (2007) como determinante da qualidade da contabilidade e a seguir apresentamos o terceiro fator definido por estes autores como determinante da qualidade da contabilidade, (os incentivos para a divulgação dos relatórios financeiros).

1.2.2.3 Incentivos para a divulgação dos relatórios financeiros

O terceiro fator que Soderstrom e Sun (2007) identificam como determinantes da qualidade da contabilidade são os incentivos para a divulgação dos relatórios financeiros. Essa realidade é analisada em vários estudos e de diferentes formas. Na análise formulada por estes autores, os incentivos para a divulgação dos relatórios financeiros são constituídos pelo desenvolvimento do mercado financeiro, pela estrutura de capital, pela estrutura de propriedade e pelo sistema tributário.

O primeiro incentivo da informação financeira que provavelmente afeta a qualidade da contabilidade é o desenvolvimento do mercado financeiro (ver seta 4 na Figura 1) (Soderstrom & Sun, 2007). A necessidade das informações financeiras pelos investidores faz com que os países anunciem planos para adotar as IFRS, ao invés das normas que tinham anteriormente (Brown, 2011). De acordo com o estudo de Brown (2011), parece relativamente claro que a mudança para as IFRS teve muitas consequências tanto na avaliação das ações como, nos mercados de capitais. Neste sentido, Daske, Hail, Leuz, e Verdi (2008), analisando as consequências económicas das informações tendo por base as IFRS, concluíram que em média a liquidez do mercado aumenta em todo o período de introdução das IFRS e ressaltam a importância fundamental dos incentivos das informações das empresas e do regime de aplicação dos países para o alcance da qualidade da informação financeira.

Neste contexto é importante observar que quando Soderstrom e Sun (2007) discutem este fator (incentivos das informações financeiras), eles consideram que os incentivos das informações tanto são fins em si mesmo para afetar diretamente a qualidade da contabilidade, como são meios utilizados pelos sistemas político e legal para afetar indiretamente a qualidade da contabilidade. Na realidade, todos os quatro tipos de incentivos classificados no esquema desenvolvido por Soderstrom e Sun (2007) tanto são afetados pelos sistemas político e legal para determinar a qualidade da contabilidade, como eles próprios afetam a qualidade da contabilidade. Ou seja, por um lado, a adoção obrigatória das IFRS melhora a comparabilidade das informações financeiras através dos países. Mas, por outro lado, a melhoria da comparabilidade das informações financeiras entre os países é resultante do ambiente institucional das empresas (incentivos das informações financeiras) (Yip & Young, 2012).

Com o entendimento de que há necessidade de informações harmônicas pelos participantes do mercado, Jiao, Koning, Mertens, e Roosenboom (2012) consideram que a adoção das IFRS melhorou a qualidade dos relatórios financeiros e, mais especificamente, a qualidade dos resultados das empresas. Nesse estudo, os autores contribuem para a literatura com a compreensão do efeito do uso de uma linguagem da contabilidade de alta qualidade e uniforme na utilização da informação financeira pelos participantes do mercado financeiro. Com este mesmo entendimento, Bissessur e Hodgson (2012) analisam a sincronicidade do mercado de ação, após a adoção obrigatória, em 2005, das IFRS, e verificaram que há uma diminuição geral na sincronicidade nos dois primeiros anos pós-IFRS na Austrália, seguindo por uma reversão para um nível significativamente mais elevado nos anos posteriores. Ressalte-se que para este estudo, quanto mais a sincronicidade diminuir, mais aumenta a confiança na informação financeira e a transparência, ou mesmo evidencia um grau maior de comparabilidade. Zhang *et al.* (2013) têm a mesma percepção com relação às IFRS. Estes autores referem que as normas de contabilidade são os fatores mais importantes associados com o nível de gestão dos resultados. Neste caso particular são os incentivos dos utilizadores que afetam o gerenciamento dos resultados devido a um conjunto específico de normas contábeis.

Chalmers, Clinch, e Godfrey (2011), através de uma investigação realizada sobre a adoção das IFRS e a relevância de valor das informações financeiras para as empresas listadas na Bolsa de Valor da Austrália, sugerem que até mesmo para um país classificado pela

aplicação, informação financeira de alta qualidade, proteção dos investidores forte, a adoção das IFRS afeta a relação entre a informação da contabilidade e o valor de mercado.

Essa discussão sobre o desenvolvimento do mercado financeiro como incentivo para determinar a qualidade da contabilidade também é conduzida indiretamente pelos sistemas político e legal (ver seta 5 na Figura 1). Os estudos de Peng e Bewley (2010) avaliam a viabilidade e a conveniência de uma grande economia emergente em adotar e implementar a contabilidade de valor justo (FVA), como codificada nas IFRS para os instrumentos financeiros no ambiente da China. Como resultado, estes autores consideram que os benefícios desejados pelos reguladores chineses para adotar a FVA e convergir para as IFRS poderá não ser realizado devido às características fundamentais do ambiente chinês.

O segundo incentivo da informação financeira que afeta a qualidade da contabilidade é a estrutura de capital (ver seta 6 na Figura 1) (Soderstrom & Sun, 2007). As empresas com necessidades financeiras diferentes têm incentivos diferentes para as informações financeiras (Soderstrom & Sun, 2007). Neste sentido, a adoção das IFRS consiste numa decisão que visa reduzir a assimetria da informação pelas empresas privadas adotantes e facilitar a contratação com as partes externas (Francis *et al.*, 2008).

Relativamente à adoção das IFRS, Sun, Cahan, e Emanuel (2011) analisaram o seu impacto na qualidade dos resultados das empresas americanas. Para isso, os autores selecionaram as empresas estrangeiras, listadas nos EUA, dos países que já adotavam as IFRS obrigatórias como substitutas das empresas americanas, com a finalidade de observar o efeito da adoção das IFRS nos EUA, e aplicaram cinco medidas da qualidade dos resultados das empresas. Como resultado do estudo, estes autores encontram pequenas diferenças significativas indicando melhoria na qualidade dos resultados pelas empresas listadas nos EUA com relação às empresas americanas. Os autores ainda dizem que estes resultados são surpreendentes, visto que os GAAP dos EUA são percebidos como normas de qualidade alta. Diferentemente de Sun *et al.* (2011), a investigação de Kabir, Laswad, e Islam (2010) analisando o impacto da adoção das IFRS nas contas e na qualidade dos resultados das empresas da Nova Zelândia, com base nos dados dos anos de 2002-2009, verificaram que os acréscimos discricionários absolutos são significativamente maiores tendo por base as IFRS do que tendo por base os GAAP da Nova Zelândia.

A estrutura de capital também é influenciada indiretamente pelos sistemas político e legal para afetar a qualidade da contabilidade (ver seta 7 na Figura 1). Soderstrom e Sun

(2007) referem que nos países com alta proteção dos credores, as empresas são mais capazes de obter financiamento bancário com um baixo custo. Nos países com possibilidade alta de corrupção e desapropriação do governo, a contratação, entre as partes é, muitas vezes, completada paralelamente para evitar o alcance político e social. Nesses países a informação financeira é um método utilizado com menos frequência para reduzir a assimetria da informação. Ou seja, neste particular, as empresas preparam uma informação para o governo diferente daquela informação que preparam para a instituição financeira. Por outro lado, nos países com alta proteção dos investidores, as empresas são mais capazes de utilizar a informação financeira para obter capital.

Neste sentido encontra-se o estudo de Florou e Pope (2012), que analisaram se a introdução obrigatória das IFRS leva a um aumento na procura dos investidores institucionais por capital. Estes autores, usando um grande banco de dados dos proprietários cobrindo todos os tipos de investidores institucionais de todo o mundo, descobrem que as participações institucionais aumentam para os utilizadores obrigatórios das IFRS. Adicionalmente, Florou e Pope (2012) mostram que os aumentos nas participações institucionais estão concentrados nos países em que o cumprimento da aplicação das IFRS e os incentivos das informações são mais fortes e onde as diferenças entre os GAAP domésticos e as IFRS são relativamente elevadas.

O terceiro incentivo da informação financeira que afeta a qualidade da contabilidade é a estrutura de propriedade (ver seta 8 na Figura 1) (Soderstrom & Sun, 2007). As empresas com as propriedades concentradas e grandes divergências entre o direito de fluxo de caixa e o direito do controle têm menos incentivos para a divulgação dos relatórios financeiros (Soderstrom & Sun, 2007).

Hamberg, Mavruk, e Sjogren (2013) estudaram como a propriedade estrangeira das empresas suecas são afetadas pela adoção obrigatória das IFRS. Neste sentido, os autores decompõem o grupo de investidores estrangeiros, para a análise, em investidores institucionais e não institucionais. Os investidores estrangeiros são, além disso, decompostos em investidores estabelecidos na Europa e não estabelecidos na Europa. Como resultado, Hamberg *et al.* (2013) encontram que após a adoção obrigatória das IFRS, os proprietários estrangeiros dos países que adotaram as IFRS e, particularmente aqueles dos países da EU, aumentaram os seus investimentos. Adicionalmente, os autores sugerem que o aumento das participações estrangeiras é devido às condições melhoradas para as empresas compararem ao invés da qualidade melhorada.

Khurana e Michas (2011) analisam se a adoção obrigatória das IFRS a nível do país reduz a propensão dos investidores norte-americanos para as ações domésticas excedentes em suas carteiras de ações comuns (geralmente referidas como tendências domésticas) e encontram que, em média, a tendência doméstica dos EUA diminui para os países que adotam obrigatoriamente as IFRS, denotando a influência da adoção das IFRS para dispensar a concentração da propriedade e consequentemente influenciar a qualidade da contabilidade.

Da mesma forma são discutidos que os sistemas legais podem afetar a qualidade dos ganhos indiretamente através das estruturas de propriedade (ver seta 9 na Figura 1) (Soderstrom & Sun, 2007). Estes autores referem que à medida que os países têm uma proteção para investidor mais forte, a tendência é uma concentração de propriedade mais baixa. Contrariando o estudo de Soderstrom e Sun (2007), Hamberg *et al.* (2013) consideram que a propriedade estrangeira da EU aumentou nas empresas suecas tanto nas propriedades concentradas como nas propriedades dispersas após a adoção das IFRS. Mas o resultado desse aumento é devido a melhor habilidade que as empresas têm de comparar as informações sob normas IFRS, uma vez que a Suécia já tinha cumprimento legal forte e nível baixo de gestão dos resultados antes da adoção das IFRS.

O quarto incentivo da informação financeira que afeta a qualidade da contabilidade é o sistema tributário (ver seta 10 na Figura 1) (Soderstrom & Sun, 2007). Os autores apresentam três formas possíveis para que o sistema tributário possa afetar a qualidade da contabilidade. A primeira forma é quando existe um vínculo muito forte entre a receita contábil e a receita tributável e os resultados são menos prováveis para refletir os negócios subjacentes. Adicionalmente, Morais e Curto (2009) consideram que nos países onde a fiscalidade e a contabilidade são claramente separadas, as informações da contabilidade são mais relevantes. A segunda forma, o índice tributário alto aumenta o incentivo para reduzir a receita tributável. A terceira forma, as autoridades tributárias dos países têm poder autoritário de verificar o lucro das companhias. Complementando esse quarto incentivo da informação financeira, assim como foi mostrado nas outras abordagens, o sistema político e legal também afeta a qualidade da contabilidade através do sistema tributário (ver seta 11 na Figura 1). Soderstrom e Sun (2007) consideram que ao contrário do papel da informação financeira nos países *code law*, como uma medida de pagamento dos tributos para o governo, as informações financeiras nos países *common law* reduzem a assimetria das informações das empresas.

1.3 Metodologia de Pesquisa

Para a análise da literatura, inicialmente foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Lakatos e Marconi (2009), abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito. Com base nessa pesquisa bibliográfica foi levantado o artigo publicado por Soderstrom e Sun (2007), que tem como título “*IFRS adoption and accounting quality: A review*”. Em seguida, a partir deste documento foi realizada uma pesquisa sistemática da literatura, utilizando os termos “*IFRS adoption*” e “*accounting quality*”, ambos os termos pesquisados nos campos “tópicos”, com o período estipulado entre 2007 e 2013, restritas às citações “*Social Sciences Citation Index*” (SSCI), na base de dados multidisciplinar “*Web of Science*”.

Após a pesquisa, o resultado encontrado foi de 59 publicações que foram submetidas ao refinamento de acordo com os seguintes parâmetros: seleção das categorias do *Web of Science* relacionadas com o tema, seleção do tipo de documento, seleção da área de pesquisa, seleção dos autores com mais de uma publicação, seleção do idioma e seleção dos países/territórios com mais de uma contagem de registro. Ao final destes refinamentos, o novo resultado encontrado foi de 49 publicações que serviram para a análise da literatura e a análise bibliométrica, com base no modelo de Soderstrom e Sun (2007), a partir do ano de 2007, relacionadas ao tema, “A adoção das IFRS e a Qualidade da Contabilidade”, objeto deste estudo. De acordo com Saur-Amaral (2010, 2011) o processo de revisão de literatura de uma forma metodológica garante a qualidade do modelo conceptual e permite que os pesquisadores efetivamente mapeiem o campo de estudo e vinculem as suas pesquisas para as escolas de pensamento relevantes.

Após estes procedimentos, para a análise bibliométrica foi considerado um universo formado de 49 publicações que se teve acesso ao seu conteúdo. Em seguida foi desenvolvido uma base de dados, contendo as seguintes variáveis: i) autores das publicações; ii) ano da publicação; iii) tipos de documento, que para esse estudo foi selecionado apenas artigos; iv) área de pesquisa, também selecionada, para esse estudo, apenas os negócios económicos; v) idiomas, da mesma forma, selecionados apenas os artigos em inglês; vi) revista de publicação; vii) países que publicaram os artigos; viii) objetivos e conclusões dos artigos, garantindo desta forma uma maior segurança na análise e evidenciação dos resultados apresentados.

1.4 Apresentação e Discussão dos Resultados

A Tabela 2 apresenta a relação dos autores que publicaram mais de um artigo, durante o período de 2007 a 2013, onde se observou uma predominância dos autores filiados às universidades dos EUA, seguidos das universidades da Austrália, Alemanha, China, Inglaterra e Nova Zelândia. Essa predominância dos autores vinculados às universidades dos EUA pode ser uma consequência das repetidas discussões realizadas pela *Securities Exchange Commission* (SEC) dos EUA para incorporar as IFRS no modelo de informação financeira dos EUA. Desde a reestruturação do IASB em 2001, os líderes da SEC têm indicado que a escolha lógica para um conjunto único de normas de contabilidade aplicável globalmente são as IFRS emitidas pelo IASB. No entanto, na linha com as outras grandes economias, tal como o Japão, a Índia e a China, até junho de 2012, os EUA ainda não tinham adotado as IFRS (Street, 2012). Muito embora, outro evento importante na história das IAS (antecessoras das IFRS) nos EUA, que ganhou proeminência durante o período da extrema instabilidade da informação financeira, em 2001-2002, foram as opiniões emergentes e de modo crescente apoiando as normas de contabilidade com base em princípios, ao invés das normas de contabilidade com base em regras, confrontando assim a crise da informação financeira em torno do mundo (Bhimani, 2008).








Tabela 2 – Relação dos autores, com mais de uma publicação, por universidades filiadas

Autores	Total de publicações	% de 49	Universidades que os autores são filiados
HAIL (2008, 2010, 2010)	3	61,22%	University of Pennsylvania
LEUZ (2008, 2010, 2010)	3	61,22%	University of Chicago
BARTH (2010, 2012)	2	40,82%	University Stanford, Graduate School of Business
BROWN (2007, 20110)	2	40,82%	Australian School of Business at the University of New South Wales
GEBHARDT (2011, 2012)	2	40,82%	Goeth-Universität Frankfurt am Main
JAGOLINZER (2008, 2010)	2	40,82%	Stanford University
LASWAD (2010, 2012)	2	40,82%	Massey University
POPE (2011, 2012)	2	40,82%	King's College London
RIEDL (2008, 2010)	2	40,82%	Harvard University
SELLHORN (2009, 2013)	2	40,82%	WHU - Otto Beisheim School of Management
STREET (2008, 2012)	2	40,82%	University of Dayton
TARCA (2007, 2012)	2	40,82%	Business School at the University of Western Australia
YOUNG (2008, 2012)	2	40,82%	Chinese University of Hohg Kong

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 3 apresenta o total das publicações pesquisadas, por ano, relativas aos 49 artigos que foram objeto de estudo deste ensaio, distribuídos entre os anos 2007 a 2013. Como se percebe, verificou-se um crescimento substancial das publicações durante o período de 2009 a 2013, sendo esse crescimento um possível efeito do desdobramento da decisão do Parlamento Europeu (2002), através do Regulamento (CE) n.º 1606, de 17 de julho de 2002, que obrigou todas as companhias registradas nas bolsas de valores dos Estados membros da Europa adotarem as IFRS na preparação das suas demonstrações financeiras, a partir de janeiro de 2005. Em razão deste evento, que teve grande repercussão nos mercados de capital e financeiro, houve um crescimento significativo de publicações que perfilham os determinantes e as consequências da decisão e da adoção das IFRS pelos países (Gassen & Sellhorn, 2006), a percepção do investidor da potencial adoção das IFRS nos EUA (Joos & Leung, 2013), se a adoção das IFRS melhora a comparabilidade das informações (Yip & Young, 2012), entre outros estudos.

Tabela 3 – Total de publicações por ano

Anos de publicação	Total de publicações	% de 49	Gráfico de barras
2013	16	32,65%	
2012	12	24,49%	
2011	10	20,40%	
2010	6	12,25%	
2009	2	4,08%	
2008	2	4,08%	
2007	1	2,04%	

Fonte: Dados da pesquisa

No ranque das principais “revistas” com publicações relacionadas ao tema “adoção das IFRS” e a “qualidade da contabilidade”, a *Accounting Review* e a *Australian Accounting Review* ocupam, respectivamente, o primeiro e o segundo lugar, no ranque das publicações, cada uma representando similarmente 12,24% do total das publicações pesquisadas. A *Accounting Review* é um periódico publicado pela Associação de Contabilidade Americana, com um alcance que abrange qualquer assunto relacionado com a contabilidade e qualquer metodologia de pesquisa. A *Australian Accounting Review* (2014) justifica-se como um periódico proeninentemente da Austrália que proporciona discussão e análise crítica em profundidade sobre os desenvolvimentos que afetam os profissionais que trabalham em todas as áreas de finanças, contabilidade e negócios. Neste particular, os volumes mais recentes incluíram a cobertura de questões importantes na contabilidade, tais como a mudança da contabilidade no setor público, os padrões internacionais e independência do auditor. Na sequência, da relação, vem a *Accounting Horizons*, a *Accounting and Business Research*, a *Accounting and Finance*, a *Contemporary Accounting Research*, a *European Accounting Review*, a *Journal of Accounting Research*, a *Australian Journal of Management* e o *Journal of Accounting Economics*, representando, respectivamente, 10,20%, 8,16%, 6,12%, 6,12%, 6,12%, 6,12%, 4,08% e 4,08% do universo pesquisado, conforme Tabela 4. As demais revistas obtiveram individualmente um percentual aproximado de 2% do total dos artigos publicados.

Tabela 4 – Títulos da fonte pelo total de publicações

Títulos da fonte	Total de publicações	% de 49	Gráfico de barras
ACCOUNTING REVIEW	6	12,24%	
AUSTRALIAN ACCOUNTING REVIEW	6	12,24%	
ACCOUNTING HORIZONS	5	10,20%	
ACCOUNTING AND BUSINESS RESEARCH	4	8,16%	
ACCOUNTING AND FINANCE	3	6,12%	
CONTEMPORARY ACCOUNTING RESEARCH	3	6,12%	
EUROPEAN ACCOUNTING REVIEW	3	6,12%	
JOURNAL OF ACCOUNTING RESEARCH	3	6,12%	
AUSTRALIAN JOURNAL OF MANAGEMENT	2	4,08%	
JOURNAL OF ACCOUNTING ECONOMICS	2	4,08%	

Fonte: Dados da pesquisa

O resultado final de 49 publicações obtido utilizando os critérios de seleção categorias da “*Web of Science*”, tipos de documento, áreas de pesquisa e idioma em inglês está detalhado nas Tabelas 5, 6, 7 e 8 a seguir. Do total das publicações por categorias, 89,79% das publicações foram classificadas como *Business finance*, seguida por *Economics* (8,16%), *Management* (8,16%) e *Business* (6,12%). De entre o total das publicações por tipos de documento, por área de pesquisa e por idioma, 100% das publicações foram artigos, da área negócios económicos e em inglês, respectivamente.

Tabela 5 – Total de publicações por categorias da *Web of Science*

Categorias da Web of Science	Total de publicações	% de 49	Gráfico de barras
BUSINESS FINANCE	44	89,79%	
ECONOMICS	4	8,16%	
MANAGEMENT	4	8,16%	
BUSINESS	3	6,12%	


Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6 – Total de publicações por tipo de documento

Tipos de documento	Total de publicações	% de 49	Gráfico de barras
ARTIGOS	49	100,00%	


Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 7 – Total de publicações por áreas de pesquisa

Áreas de pesquisa	Total de publicações	% de 49	Gráfico de barras
NEGÓCIOS ECONÓMICOS	49	100,00%	

Fonte: Dados da pesquisa










Tabela 8 – Total de publicações por idioma

Idiomas	Total de publicações	% de 49	Gráfico de barras
INGLÊS	49	100,00%	

Fonte: Dados da pesquisa

No ranque dos países com mais de duas publicações relacionadas com a “adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade”, os EUA ocupa outra vez o primeiro lugar no ranque das publicações, desta vez com 30,61% do total das publicações, conforme mostra a Tabela 9, a seguir apresentada. Anteriormente, apresentávamos o ranque dos autores de publicações filiados às universidades, onde os autores Hail, e Leuz (2008, 2008, 2010) ocupam o primeiro e o segundo lugar, respectivamente, com 61,22% das publicações, ambos das universidades dos EUA. Em seguida aos EUA, a Austrália (18,37%), a China (14,29%), a Inglaterra (12,25%), o Canadá (10,20%), a Alemanha (10,20%), a Nova Zelândia (10,20%), a Holanda (8,16%) e a França (4,08%) apresentam-se no ranque de total de publicações por país dentro do universo deste estudo.

Tabela 9 – Total de publicações por país

Países/Territórios	Total de publicações	% de 49	Gráfico de barras
USA	15	30,61%	
AUSTRALIA	9	18,37%	
PEOPLES R CHINA	7	14,29%	
ENGLAND	6	12,25%	
CANADA	5	10,20%	
GERMANY	5	10,20%	
NEW ZEALAND	5	10,20%	
NETHERLANDS	4	8,16%	
FRANCE	2	4,08%	

Fonte: Dados da pesquisa

1.5 Considerações Finais

Este ensaio analisou sistematicamente a literatura sobre a “*adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade*” a partir do modelo de Soderstrom e Sun (2007), condicionado a uma análise bibliométrica a partir do ano de 2007, concentrada na base de dados “*Web of Science*”. Como resultado, verificou-se na literatura que a adoção das IFRS vinculadas às normas de contabilidade, aos sistemas político e legal dos países e aos incentivos para a divulgação dos relatórios financeiros discutidos por Soderstrom e Sun (2007) para determinar a qualidade da contabilidade mantêm-se persistentes.

Relativamente às normas de contabilidade, exceto a investigação de Chen *et al.* (2010) que afirma que a qualidade da contabilidade melhorada é atribuível às IFRS, as demais investigações reforçam o entendimento de que as normas (IFRS) não são uma condição suficiente para criar uma linguagem comum dos negócios (Jeanjean & Stolowy, 2008), embora elas tenham melhorado tanto a qualidade das informações financeiras como a comparabilidade dos relatórios financeiros (Horton, Serafeim, & Serafeim, 2013; Jiao *et al.*, 2012).

Relativamente aos sistemas político e legal dos países, a investigação de Peng e Bewley (2010) evidencia que as controvérsias apresentadas na China resultantes das diferenças entre as IFRS e os GAAP/2007 da China ameaçam o sucesso dos benefícios desejados, pelos reguladores Chineses, em adotar as FVA e convergir para as IFRS, o que pode não ser realizado. Joos e Leung (2013) encontram uma reação do mercado menos positiva para as empresas com riscos de litígio, o que é consistente com as preocupações dos investidores sobre uma maior discricção, orientação e implementação das IFRS para essas empresas. No geral, os resultados são relevantes para o debate atual sobre a adoção das IFRS nos EUA e destacam a importância da convergência para os investidores.

No entanto, quando a literatura se reporta aos incentivos para a divulgação dos relatórios financeiros que podem afetar a qualidade da contabilidade, os resultados são na maioria unânimes de que é necessário levar em consideração o contexto institucional em que a empresa opera (Soderstrom & Sun, 2007). Como exemplo, tem-se a investigação de Florou e Pope (2012) que mostrou que as participações institucionais aumentadas estão concentradas nos países em que a execução e os incentivos das informações são mais fortes e onde as diferenças entre as IFRS e os GAAP domésticos são relativamente mais elevados. Yip e

Young (2012) sugerem que tanto a convergência da contabilidade como as informações de alta qualidade sob IFRS são os condutores prováveis para a melhoria da comparabilidade das informações. Em adição, há evidências de que a melhoria da comparabilidade das informações através dos países é influenciada pelo ambiente institucional das empresas. Essa realidade também foi constatada por Chen, Young, e Zhuang (2013).

Em termos globais, esta análise permite inferir que a qualidade da contabilidade não pode ser avaliada apenas em função da adoção das IFRS, quer seja de forma voluntária, quer seja de forma obrigatória. Mais recentemente, Ahmed *et al.* (2013) também verificaram que a qualidade da contabilidade declinou após a adoção obrigatória das IFRS, ao contrário do que os estudos anteriores revelam, evidenciando um aumento na qualidade da contabilidade após a adoção das IFRS.

Por último, os resultados apresentam pelo menos duas limitações. A primeira, a revisão da literatura indica que a pretensa qualidade das normas com base em princípios não é o suficiente para determinar a qualidade da contabilidade. Inclusive, Beneish e Yohn (2008, p. 433) corroboram que “é improvável que a adoção global das IFRS afete as tendências domésticas”. A segunda, diz respeito aos trabalhos pesquisados sobre adoção das IFRS que, apesar de abordarem as questões institucionais, não fazem jus à complexidade da realidade social, eles são investigações que reduzem a qualidade do contexto social à qualidade da racionalidade econômica. Essas limitações sugerem a importância de pesquisa futura para analisar no Brasil, assim como foi investigado em Portugal, o processo de convergência e adoção das IFRS no contexto social. Em Portugal, Guerreiro *et al.* (2011) aplicou o modelo de mudança institucional proposto por Dillard *et al.* (2004), que analisa as relações de interação em cascata entre os critérios e as práticas no processo de institucionalização das IFRS, e revelam que o processo de institucionalização em cascata pode inverte-se numa fase anterior à prevista por Dillard *et al.* (2004). Análise do contexto social, realizada por Guerreiro *et al.* (2011), aponta implicações para micro e pequenas empresas durante o processo de implementação das IFRS em Portugal.

[Esta página foi propositadamente deixada em branco]

**Ensaio 2 – Processo de Convergência e Adoção das
IFRS: Estudo de Caso do Brasil**

[Esta página foi propositadamente deixada em branco]

2.1 Introdução

A força da globalização e a conveniência política têm impulsionado um número crescente de países a convergirem e a adotarem as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (Chand e Patel, 2008). Neste sentido, vários estudos (Ball, 2006; Ball *et al.*, 2000; Zhang *et al.*, 2013) revelam que a mudança de um sistema de normas de contabilidade para as IFRS é impactante, sobretudo quando estes sistemas são originados do modelo *code law*, também conhecido como modelo por regras (Carmona & Trombetta, 2008; Iudícibus & Lopes, 2004). Como as IFRS são consideradas como um sistema de normas baseado no modelo *common law* (Albu *et al.*, 2011), é provável que a adoção dessas normas pelos países que utilizavam o modelo *code law* encontre dificuldades para a mudança, como é o caso do Brasil.

Mais recentemente, outros estudos (Albu *et al.*, 2011; Guerreiro *et al.*, 2014; Hassan, 2008; Irvine, 2008; Zaman Mir & Shiraz Rahaman, 2005) ganham destaque na literatura por apresentar uma explicação mais completa sobre a forma como um novo sistema de normas de contabilidade emerge num dado contexto social. Dentro do contexto desses estudos, justifica-se a investigação do processo de convergência e adoção das IFRS, ocorrido no Brasil em 2010, pelo fato de que ainda não há estudos nessa área, que tenham por base as normas brasileiras. Adicionalmente, muitos dos estudos já realizados, relativos à mudança das normas de contabilidade, são sobre países que pertencem à Comunidade Europeia e dependem de decisão do Parlamento Europeu (Larson & Street, 2004). Diferentemente desses estudos, o Brasil tem autonomia política para escolher e adotar as IFRS. Estas constatações conduziram às seguintes questões de pesquisa: Como ocorreu o processo de convergência e adoção das IFRS no contexto social brasileiro? De que forma as dinâmicas relacionais fluíram pelas ações dos reguladores, gestores, preparadores e aplicadores das normas internacionais de contabilidade, baseadas nas IFRS, institucionalizadas no Brasil?

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo geral compreender melhor como ocorreu o processo de convergência e adoção das IFRS no Brasil. Para esse efeito, pretende-se: i) explorar estudos anteriores relacionados com o processo de convergência e adoção das IFRS; ii) apresentar o enquadramento das normas brasileiras de contabilidade; e iii) adotar um modelo conceptual, resultante da combinação dos modelos conceituais propostos por Dillard *et al.*, (2004), no que se refere aos níveis hierárquicos dos sistemas sociais e por Guerreiro *et.*

al. (2014), no que se refere às definições das dimensões da estrutura social, para fundamentação teórica do estudo.

O presente estudo foi delineado numa abordagem qualitativa, seguindo o estudo de caso como estratégia de investigação (Triviños, 1987). Os dados empíricos foram provenientes de entrevistas realizadas com os representantes das entidades que compõem o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o Comitê Gestor da Convergência no Brasil (CGC), e com uma amostra de profissionais da contabilidade. Para o tratamento dos dados, adotou-se a análise de conteúdo por categoria realizada com o suporte do *software* QSR NVivo 10 e foi definido o modelo conceptual e utilizado o protocolo de estudo de caso, a fim de dar qualidade ao estudo.

Os resultados indicam que os critérios legais produzidos no nível económico e político solucionaram o emblemático problema em um país *code law* e facilitaram as relações colaborativas transnacionais entre os atores do CPC e o IASB para promover a mudança social divergente no nível do campo organizacional. Diferentemente do que prediz o modelo conceptual de Dillard *et al.* (2004), no Brasil os critérios do nível do campo organizacional foram estabelecidos em função dos critérios do IASB. No nível organizacional, foram acomodadas práticas operacionais convergentes com as normas internacionais, e práticas operacionais sem equivalentes internacionais.

Com este estudo, espera-se contribuir para a revisão de literatura relacionada com a temática do processo de convergência e adoção das IFRS, mais especificamente com uma abordagem sociológica sobre o caso do Brasil, fornecendo uma compreensão mais profunda sobre as dinâmicas dos atores sociais envolvidos no processo de mudança do sistema de normas de contabilidade baseado em regras para as IFRS.

O estudo encontra-se organizado em cinco seções. Nesta seção de introdução, é evidenciado o enquadramento teórico, a problemática e a estrutura do trabalho. Na segunda seção, foi efetuada a revisão da literatura. Na terceira seção, procede-se à definição das opções metodológicas; e, na quarta seção, realiza-se a análise e apresentação de resultados. Por último, na quinta seção, apresentam-se as principais conclusões, sem deixar de referir as limitações do presente estudo e eventuais sugestões para investigações futuras.

2.2 Revisão da Literatura

2.2.1 Processo de convergência e adoção das IFRS

Mais recentemente, os estudos sobre o processo de convergência e a adoção das IFRS tornaram-se um dos temas interessantes na área da contabilidade, sobretudo quando estes estudos emergem na literatura revelando a especificidade de cada país ao adotar as IFRS. Muitos estudos analisaram os desafios enfrentados pelos países para implementar as IFRS (McGee & Preobragenskaya, 2003; Sucher & Jindrichovska, 2004; Tokar, 2005). Outros argumentam os fatores culturais relacionados com a adoção das IFRS (Chand & Patel, 2008; Nurunnabi, 2015).

Há ainda estudos que abordam a questão dos custos da harmonização das normas domésticas relacionados com as normas internacionais (Ionaşcu, Ionaşcu, Olimid, & Calu, 2007). Chand e White (2007) apresentam uma crítica sobre a influência da globalização e a convergência das normas da contabilidade em Fiji. Além desses estudos, há estudos que abordam vantagens associadas à convergência e a adoção das IFRS (Hail, Leuz, & Wysocki, 2010a, 2010b).

De modo particular, os estudos de Guerreiro *et al.*, (2014), Alon e Dwyer (2014), Albu *et al.*, (2011), Irvine (2008), Hassan (2008), Zaman Mir e Shiraz Rahaman (2005) oferecem análises institucionais importantes relacionadas com o processo de mudança das normas de contabilidade para as IFRS. Guerreiro *et al.*, (2014) analisaram a introdução do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em Portugal, em 2010. Os autores consideram que, para a institucionalização do novo sistema de normas ter sucesso, os principais interesses dos atores sociais foram acomodados no processo de mudança das normas de contabilidade.

Alon e Dwyer (2014) examinam quais os fatores que contribuem para um país adotar as IFRS, antes de sua ampla aceitação global. Como resultado, os autores apontam que os países: i) com maior dependência de recursos; ii) com estrutura e economia mais fracas, são pioneiros e mais propensos a exigir a adoção das IFRS.

Albu *et al.*, (2011) analisaram as questões relacionadas com a implementação das IFRS, na Romênia, em duas fases, e as duas fases desse estudo obtiveram resultados diferentes. Contudo, os autores destacam que a primeira fase foi fortemente marcada pela influência do Banco Mundial.

Irvine (2008) ao aplicar a estrutura da teoria institucional, no nível social de um Estado-Nação, reconhece a existência de pressões poderosas para implantar as IFRS nos Emirados Árabes Unidos. No caso, a adoção das IFRS naquele país foi efetuada em resposta

às pressões coercitivas, normativas e miméticas, incluindo as corporações multinacionais, o Banco Mundial, o IASB, e a influência das empresas de auditoria (Big 4).

Para compreender o processo de definição das normas de contabilidade no Egito, Hassan (2008) analisou as forças políticas, económicas e sociais que moldaram a mudança dessas normas implementadas ao longo de dois períodos, começando pelo socialismo e terminando com o liberalismo. O autor concluiu que a mudança na filosofia política do Estado-Nação, as motivações dos reguladores e os processos da profissão da contabilidade forneceram um impulso para a formulação de Normas Egípcias de Contabilidade.

Zaman Mir e Shiraz Rahaman (2005) analisam a decisão do governo e dos profissionais da contabilidade para adotar as IFRS em Bangladesh. Os autores concluem que a legitimação institucional é um fator importante na decisão de adotar as IFRS por causa da pressão exercida pelas instituições internacionais financiadoras e credoras do governo de Bangladesh e das associações dos profissionais da contabilidade.

Nosso estudo revela-se oportuno, pelo menos por duas razões, quando comparado com os estudos citados. Primeiro, ainda não há estudos nessa área, tendo por base as normas brasileiras; segundo, o Brasil tem autonomia política para escolher e adotar as IFRS. Além disso, o Brasil era um país classificado no modelo *code law*, conforme o enquadramento normativo a seguir.

2.2.2 Enquadramento das normas brasileiras de contabilidade

Embora tenha sido identificada no século XIX a exigência da aplicação de uma ordem uniforme de contabilidade, através da Lei n.º 556, de 25 de junho de 1850, a primeira iniciativa sobre as normas de contabilidade no Brasil ocorreu com a Resolução n.º 530, de 23 de outubro de 1981, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essa resolução aprovou os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC) para promover o tratamento contábil uniforme aos relatórios financeiros. Por outro lado, em 1986, o Brasil teve outra iniciativa com impactos nas normas de contabilidade. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) regulamentou a Deliberação n.º 29, de 26 de fevereiro, aprovando o pronunciamento do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), denominado Estrutura Conceitual Básica de Contabilidade (ECBC), cujos fundamentos eram constituídos para atender as necessidades dos usuários das informações financeiras (Lopes & Martins, 2005).

Em 1993, o CFC atualizou os PFC, através da Resolução n.º 750 de 29 de dezembro, revogando, assim, a Resolução de 1981. Em 1994, regulamentou a Resolução n.º 774, de 16 de dezembro, com proposições sobre os PFC como uma forma de esclarecer assuntos relevantes da prática da contabilidade. Assim, passaram a vigorar no Brasil duas vertentes normativas obrigatórias que davam suporte geral aos profissionais e aos procedimentos da contabilidade. Neste contexto, tanto a estrutura do IBRACON/CVM quanto a estrutura do CFC eram fundamentadas em regras, embora derivadas de escolas de pensamento contábil distintas: a do IBRACON/CVM foi influenciada pela escola de pensamento norte-americana e a do CFC foi inspirada na escola de pensamento contábil italiana.

Em 2005, o Brasil apresentou sinais de um novo marco na contabilidade. Desta vez, adotando as *International Accounting Standards* (IAS) para alinhar o desenvolvimento do mercado de capital ao contexto internacional, conforme as Deliberações n.º (s) 488 e 489 da CVM, aprovadas em 03 de outubro de 2005 e obrigatórias para as empresas de capital aberto. A primeira era relativa à apresentação dos relatórios contábil-financeiro de acordo com as IAS. A segunda era relativa às normas que tratavam das provisões, dos passivos, das contingências passivas e ativas.

Em 2006, o Comunicado do Banco Central do Brasil (BACEN) n.º 14.259, de 10 de março, criou procedimentos que mudaram as normas de contabilidade e de auditoria para o padrão do IASB e do *International Federation of Accountants* (IFAC), aplicáveis às instituições financeiras e às demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Em 2007, o governo sancionou a Lei n.º 11.638 que provocaria mudanças obrigatórias nas normas de contabilidade, a partir de 2010. A referida lei autorizou a mudança para as normas internacionais de contabilidade, permitiu às agências reguladoras realizarem convênio com uma entidade privada que estudasse normas de contabilidade e de auditoria e inibiu a intromissão da legislação tributária na contabilidade.

Para concluirmos a breve resenha histórica relativa às ações do CFC, desenvolvidas desde 1981 aos dias atuais, destacamos as Resoluções n.º 1.282, de 02 de junho de 2010 e n.º 1.374, de 08 de outubro de 2011. Elas se destacam como documentos mais recentes que atualizam as Resoluções n.º 750/93 e n.º 774/94. Com essas resoluções, foi modificada a designação de PFC para Princípios de Contabilidade (PC) e foi adotada a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Dentro do novo contexto regulatório, o CPC, criado em 2005, através da Resolução do CFC n.º 1.055, de 07 de abril, com o objetivo de emitir os pronunciamentos técnicos sobre os procedimentos da contabilidade à luz das normas internacionais, tornou-se a única entidade preparadora das normas de contabilidade no Brasil.

O CPC é, uma entidade autônoma e independente, composto pelas seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC Nacional), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), CFC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e pelo IBRACON, designadas como entidades representadas no CPC. Além disso, o CFC ainda criou o Comitê Gestor da Convergência no Brasil (CGC), composto pelas entidades: BACEN, CVM, CFC e IBRACON, através da Resolução do CFC n.º 1.103, de 05 de outubro de 2007, a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável do país, por meio da modernização da contabilidade e da auditoria, com informações financeiras mais transparentes.

Com base nos estudos abordados, relativos ao processo de convergência e adoção das IFRS, e com base na apresentação desse enquadramento normativo, nós definimos o caso do Brasil para o suporte empírico desse estudo.

2.2.3 Modelo conceptual

O modelo conceptual de mudança institucional proposto por Dillard *et al.* (2004) reconhece o contexto social-histórico, onde os processos de institucionalização, transformação e destitucionalização ocorrem continuamente influenciados pelas ações dos indivíduos (agente humano), indicadas como critérios e práticas sociais, articuladas recursivamente e em forma de cascata, por três níveis (estrutura) do sistema social, dispostos como se segue.

No nível económico e político (EP), nível social abrangente, são estabelecidos critérios (C_{EP}), constituídos simbolicamente, que serão disseminados para os membros da sociedade nos demais níveis. No nível do campo organizacional (CO) são estabelecidos critérios (C_{CO}), formados em função dos critérios do nível económico e político (C_{EP}), fornecidos para avaliar as ações legítimas, e, assim, reproduzir práticas operacionais (P_{OP}), que serão a base reguladora para as ações no nível organizacional. No nível organizacional (O) estão as organizações individuais classificadas como organizações inovadoras (I) e organizações adotantes últimas (A_U). As inovadoras são aquelas que assimilam as práticas

operacionais consideradas legítimas no nível do campo organizacional. As adotantes últimas são aquelas que imitam as inovadoras.

Dados a natureza dualista (agente humano e estrutura) e o aspecto recursivo estabelecidos no modelo conceptual, o processo de mudança institucional movido em cascata, de cima para baixo, pode se inverter e mover-se de baixo para cima, através de ações dos agentes humanos cognoscitivos, reflexivos e experientes envolvidos no nível organizacional. Isso significa que as organizações individuais podem não aceitar essas práticas e modificá-las pelas ações dos agentes humanos dentro das organizações (Hopper e Major, 2007). Se a mudança for pequena, há apenas uma influência nos critérios (C_{CO}) e nas práticas (P_{OP}) aceites com pequenas evoluções. Mas, se a mudança for grande, significa que houve uma resistência ao processo e haverá uma mudança revolucionária no sistema social, contribuindo para uma nova instituição. Neste aspecto, o foco da mudança está nas questões de tensão e conflito (mudança social divergente), que são as questões mais prováveis de mudança institucional, independentemente do nível, sendo a recursividade a operação fundamental implícita nestas mudanças contínuas e dinâmicas provocadas pelas ações dos indivíduos (Giddens, 1978). Além disso, podem ocorrer interesses concorrentes no próprio nível social abrangente e serem estabelecidos critérios sociais alternativos que, ao longo do tempo, podem ainda sofrer modificações.

Nessa concepção, Dillard *et al.* (2004) combinaram os eixos de tensão, representação simbólica, poder e racionalização, da noção de instituição capitalista de Weber, com as dimensões da estrutura social, significação, dominação e legitimação, da teoria da estruturação de Giddens, que se separam apenas analiticamente para fundamentar o modelo conceptual e explicar que a mudança institucional ocorre por meio da ação dos indivíduos na estrutura social. A estrutura, neste contexto, não é vista como algo existindo concretamente, ela é concebida virtualmente pela mobilização das ações dos agentes humanos na reprodução da prática social (Giddens, 2009; Junquilha, 2003), formando os sistemas sociais.

Os sistemas sociais constituem modelos regulamentados por indivíduos e possuem características estruturais, implícitas nas interações sociais (Giddens, 2009). Estas características estruturais compreendem as seguintes dimensões: i) a significação; ii) a dominação; e iii) a legitimação, que no modelo conceptual de Dillard *et al.* (2004) apresentam as seguintes definições, a dimensão i) significação expressa o conjunto de conhecimentos dos agentes humanos; conseqüentemente, a dimensão ii) dominação é detentora da mobilização da

estrutura; por último, a dimensão iii) legitimação constitui as normas e valores vigentes de uma ordem (Weber, 2012). Neste modelo, as instituições são os resultados das manifestações das estruturas de significação e de legitimação reforçadas mutuamente pela estrutura de dominação. Esta última estrutura é mobilizada por meio de recursos alocativos e de recursos autoritários, em que os primeiros se relacionam com a forma de controle e os últimos se relacionam com a capacidade transformadora. Nessa relação, os esquemas interpretativos ou as normas e valores que não estão associados com os recursos são dissociados e a institucionalização não ocorrerá.

Dentro dessa contextualização, Guerreiro *et al.* (2014) analisaram a introdução do SNC baseado nas IFRS, em Portugal, em 2010. Nesse estudo, os autores não só validam o modelo conceptual de Dillard *et al.* (2004) com a aplicação empírica do caso de Portugal, como introduzem a teoria do empreendedorismo institucional, no modelo conceptual de Dillard *et al.* (2004), e propõem o modelo para implementação de um sistema de normas de contabilidade baseado nas IFRS, que, de agora em diante, passa a ser tratado no nosso estudo com o modelo conceptual de Guerreiro *et al.* (2014).

No modelo conceptual de Guerreiro *et al.* (2014), também disposto em três níveis (estrutura) do sistema social, assim como o modelo conceptual de Dillard *et al.* (2004), e em cada nível, estão dispostos: a i) estrutura de significação que é identificada pelo sistema de normas de contabilidade, e vista como um esquema interpretativo formado pelos conceitos e regras constituídos através da prática da contabilidade. A ii) estrutura de legitimação que compreende os ideais e valores de um sistema de normas que mudou o comportamento dos profissionais da contabilidade para se adequar às IFRS. E por fim, a iii) estrutura de dominação que está relacionada com o poder articulado entre os atores da contabilidade, o Estado, e a União Europeia para mudar as normas de contabilidade.

Assim, suportado pelas definições da estrutura social: significação, dominação e legitimação, sugeridas no modelo de Guerreiro *et al.* (2014), combinadas com os três níveis hierárquicos do sistema social: nível económico e político, nível do campo organizacional e nível organizacional, propostos no modelo de Dillard *et al.* (2004), foi construído o modelo conceptual adaptado para fundamentação teórica do presente estudo apresentado a seguir na metodologia de pesquisa.

2.3 Metodologia de Pesquisa

Para compreender melhor como ocorreu o processo de convergência e adoção das IFRS no Brasil, foi selecionada a abordagem qualitativa e escolhido o estudo de caso como estratégia de investigação (Creswell, 2010). Da revisão de literatura, destacaram-se os estudos de Guerreiro *et al.* (2014) e de Dillard *et al.* (2004), que forneceram conteúdos para a construção do modelo conceptual adaptado para esse estudo. Embora o estudo de Guerreiro *et al.* (2014) tenha utilizado o modelo de Dillard *et al.* (2004), o nosso estudo não utilizou o modelo de Guerreiro *et al.* (2014) na sua plenitude. Por isso, o nosso estudo preferiu a combinação dos dois modelos em conformidade com a Figura 2, a seguir:

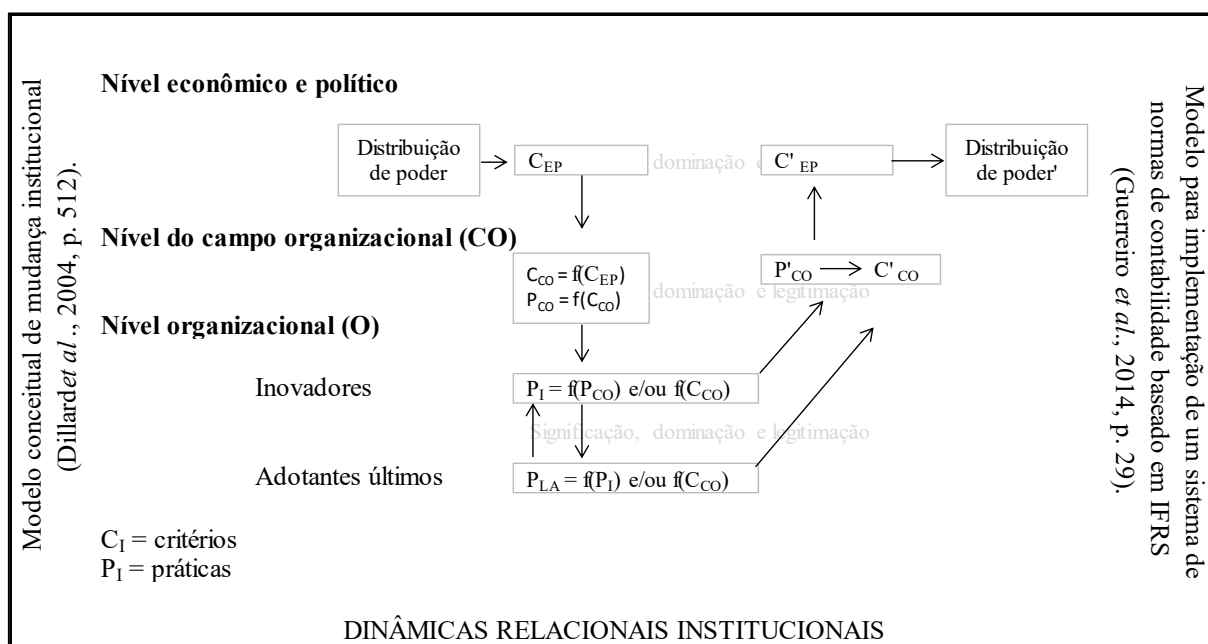


Figura 2 – Modelo conceptual adaptado para fundamentação teórica do estudo

O modelo conceptual guiará os dados que serão relevantes para serem coletados, os critérios para a estratégia de análise e apresentação de resultados e a discussão por meio da técnica de adequação. Isto ajudará a compreender como as dinâmicas relacionais fluíram do nível económico e político para o nível organizacional, pelas ações dos reguladores, gestores, preparadores e aplicadores das normas internacionais de contabilidade baseadas nas IFRS adotadas no Brasil.

O próximo procedimento foi o desenvolvimento do protocolo de estudo de caso, seguindo as orientações de Yin (2005). O mesmo é composto por objetivo, tipo e natureza do

estudo, contexto da informação, procedimentos de campo, resultando numa tabela de dados, apresentada no APÊNDICE D.

O protocolo teve como objetivo nortear os procedimentos para preparação e coleta dos dados, em estudo de caso único, com perspectivas de capturar as dinâmicas dos atores envolvidos no processo de mudança das normas de contabilidade no Brasil.

Para o contexto da informação e os procedimentos de campo, primeiramente, o campo de análise foi delimitado pelas entidades constituídas para a condução do processo de mudança das normas de contabilidade (CPC e CGC, respectivamente), e foi selecionada uma amostra que representa os profissionais da contabilidade que aplicam essas normas. Como o Brasil é um país territorialmente extenso e a quantidade de profissionais ultrapassa os 500.000 (quinhentos mil), foram delimitadas as regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste e depois foram selecionados os Estados de cada região que continham o maior número de profissionais ativos registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC). Assim, identificaram-se 8 (oito) entidades participantes do CPC e do CGC e 5 (cinco) profissionais ativos na profissão e membros dos CRC (s) pertencentes ao Distrito Federal e aos Estados da Bahia, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo. Como resultado, foram consideradas 13 fontes de informações com perfis para o estudo.

Em seguida, foram correlacionadas as fontes de informações em cada nível do modelo conceptual adaptado. O nível económico e político foi representado pelos agentes reguladores, que também são gestores no CGC, pelo facto de que estes agentes são representantes do governo. Além dos agentes identificados, o BACEN e a CVM, também foi inserido o presidente do CFC, pelo fato de que o CFC, nesse contexto, é uma autarquia especial, conforme dispõe o Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946. O nível do campo organizacional compreendeu os representantes das entidades representadas no CPC. O nível organizacional foi representado pela amostra de profissionais da contabilidade.

Dessa forma, foram planeados 4 (quatro) guiões de entrevistas semiestruturadas, nomeadamente os guiões A, B, C e D, que serviram para recolher os dados, de forma espontânea. Para o guião A, destaca-se o Presidente do CFC, pelo facto de que o CFC participa do processo de convergência às IFRS como regulador e preparador das normas de contabilidade e, também, fiscalizador do exercício do profissional da contabilidade. Para o guião B, definem-se os representantes das entidades representadas no CPC, preparadores dos pronunciamentos contábeis. Para o guião C, têm-se os representantes das entidades que

compõem o CGC, gestores das ações viabilizadas para a convergência das normas de contabilidade e de auditoria. Para o guião D, têm-se os profissionais da contabilidade aplicadores das normas de contabilidade. Além disso, foram elaborados a carta de apresentação e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Por último, os dados coletados foram codificados, por meio do *software* QSR NVivo 10, em categorias e em subcategorias, correspondentes aos níveis sociais e às dimensões da estrutura social, retirados do modelo conceptual. Depois foi descrita a síntese das fontes de informações empíricas recolhidas a partir das palavras (blocos de palavras/tema) mais frequentes encontradas nos textos das entrevistas.

2.4A Análise e Apresentação de Resultados

2.4.1 Descrição da coleta dos dados

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os intervenientes reguladores, gestores, preparadores e aplicadores das normas de contabilidade (Quivy & Campenhoudt, 2013; Yin, 2005). As entrevistas foram conduzidas em diferentes modalidades: presencialmente, pela ferramenta Skype e por *e-mail* (Creswell, 2010), com duração mínima de 30 minutos e máxima de 65 minutos, no decorrer do período de junho de 2014 a janeiro de 2015. Primeiramente foram encaminhados, por *e-mail*, os guiões de entrevista seguidos de uma carta de apresentação para conhecimento da proposta do estudo. Depois, foram contactados por telefone e presencialmente com o objetivo de garantir que a fonte de informação identificada fosse a respondente-chave para as questões planeadas. Nesses contatos, foi identificada uma fonte de informação que não estava dentre as 13 fontes consideradas para o estudo; entretanto, ela foi adicionada neste estudo, pelo facto de que essa fonte foi a idealizadora do grupo de trabalho criado pela CVM. A origem, natureza e função desse grupo de trabalho estão detalhadas no item 4.2.2., adiante.

Além das entrevistas, também foram utilizados documentos para corroborar e valorizar as informações obtidas pelas entrevistas (Yin, 2005), tais como a Lei n.º 11.638/07 e o Regimento Interno e os Relatórios de Atividades do CPC do ano de 2008 a 2013. Na fase seguinte, as entrevistas gravadas foram transcritas e submetidas ao processo de codificação com o apoio do *software* QSR NVivo 10. Assim, como os dados foram coletados em função dos três níveis (estrutura) do sistema social definido no modelo conceptual adaptado, o

processo de codificação criou três categorias no *software* QSR NVivo 10. Estas categorias eram provenientes dos três níveis referidos no modelo conceptual de mudança institucional proposto por Dillard *et al.* (2004): nível económico e político, nível do campo organizacional e nível organizacional e dos interesses desta pesquisa, que eram compreender como as dinâmicas relacionais fluíram pelas ações dos intervenientes reguladores, gestores, preparadores e aplicadores das normas internacionais de contabilidade no processo de convergência e adoção no caso do Brasil. Dando seguimento ao processo de codificação, o passo seguinte foi a criação de três subcategorias dentro de cada categoria no *software* QSR NVivo 10. Estas subcategorias eram provenientes das três dimensões da estrutura social referidas no modelo para implementação de um sistema de normas de contabilidade baseado nas IFRS proposto por Guerreiro *et al.* (2014): estrutura de significação, estrutura de dominação e estrutura de legitimação. Estas subcategorias foram criadas para incluir as falas de cada interveniente no seu nível social. Por exemplo, na categoria nível económico e político foram desenvolvidas três subcategorias: estrutura de significação, estrutura de dominação e estrutura de legitimação e em cada subcategoria foram incluídas as falas dos intervenientes (CFC e CGC) correlacionados com o nível social e com a definição de cada subcategoria. Por último, adotou-se o procedimento de codificação propriamente dito, que consistiu na codificação de unidade de texto por palavras. Estas palavras (unidade de texto) a medida que iam sendo codificadas manualmente em cada subcategoria, iam formando blocos de palavras fundamentados na linguagem real do respondente, chamados por Creswell (2010) termos *in vivo*. Estes blocos de palavras mais frequentes constituíram os principais temas das fontes de informações. Por último, obtivemos, por meio de uma matriz conceptual, a síntese conclusiva do estudo empírico apresentada na seção seguinte.

2.4.2 Síntese das fontes de informações empíricas recolhidas

2.4.2.1 Nível económico e político

Relativamente à mudança na estrutura de significação, a ação do Estado, por meio da Lei n.º 11.638/07, produziu mudanças na regulação das normas de contabilidade: inicialmente inibiu a intromissão da legislação tributária na contabilidade, e depois autorizou a CVM a expedir normas no modelo IFRS, no padrão do IASB. Esta autorização fez com que a CVM se retirasse da Comissão Consultiva (esta comissão está explicada na subseção seguinte)

criada por ela, de forma a cumprir o requisito de agência do governo. Por último, permitiu às agências reguladoras realizarem convênio com uma entidade privada que estude e divulgue normas de contabilidade e de auditoria. Em adição à mudança legal, foi introduzido o modelo contábil para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MEP)ⁱⁱⁱ, com base nas *Accounting and Financial Reporting Guidelines for Small and Medium-sized Enterprises* (SMEGA), *Level 3 Guidance*, desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e pelo CFC, no padrão das Organizações das Nações Unidas (ONU).

No que se refere à mudança na estrutura de dominação, os entrevistados apontaram a participação do CFC em todo o processo de mudança das normas de contabilidade. Por um lado, criou os comitês (CPC e CGC) e participou das suas ações e, por outro, tornou as normas de contabilidade obrigatórias para os mais de 500 mil profissionais da contabilidade do Brasil. Houve também a participação do governo por meio de agências reguladoras; inclusive, o Ministério da Fazenda autorizou que as normas de contabilidade fossem emitidas por uma entidade onde o governo fosse apenas consultado. Essa foi a motivação para a criação dos comitês: centrar numa entidade o processo de preparar normas de contabilidade e colocar as empresas domésticas em condições similares às dos seus pares internacionais.

Em relação à mudança na estrutura de legitimação, a percepção dos entrevistados relativamente à convergência das normas internacionais foi a mudança dos parâmetros fixos para o critério de julgamento do profissional nos procedimentos práticos da contabilidade para aprimorar a qualidade da informação divulgada. Adotar as IFRS foi uma necessidade para se ter apenas uma contabilidade e, para isso, as capacitações foram fundamentais para a obtenção dessa contabilidade uniforme a fim de que o mundo todo conseguisse lê-la e entendê-la.

2.4.2.2 Nível do campo organizacional

Em relação à mudança na estrutura de significação, os entrevistados afirmam que o objetivo era inserir no Brasil o melhor padrão internacional – o modelo IFRS. Este padrão tem por base uma mensuração muito mais econômica e alinha as eventuais assimetrias existentes no Brasil. Assim, coube à CVM, como agência reguladora, providenciar o *enforcement* para as empresas de capital aberto e as empresas de grande porte (as empresas de grande porte são empresas ou conjunto de empresas que possuam, no exercício social anterior, a) o ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou b) receita bruta anual

superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Ao CFC, como órgão fiscalizador dos profissionais da contabilidade, coube providenciar o *enforcement* para as PMEs. A ideia foi fazer o que estava sendo feito mundialmente: em primeiro plano, as grandes empresas (empresas de capital aberto e as empresas de grande porte), que se adaptam rapidamente; seguidamente, as PMEs; e depois as MEP, que não convergiram. Tal evolução foi gradual.

Relativamente à mudança na estrutura de dominação, os entrevistados destacam que, em 1976, foi realizada uma grande reforma nas normas de contabilidade. Ela introduziu a gênese dos Generally Accepted Accounting Principles (GAAP) americanos, através da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. O Brasil, semelhantemente a alguns países, como Portugal, França, e Espanha, só aplicavam o que estivesse na legislação. Por isso, as normas reformuladas naquela época foram inseridas na lei para não abrir espaço para uma rebeldia jurídica. Além disso, o impacto da legislação tributária na contabilidade era tão grande que o legislador tributário tinha o poder de determinar normas de contabilidade a partir da ótica da tributação. A introdução das normas americanas de certa forma minimizou esse impacto. Em 1985, a CVM, inspirada no *Financial Accounting Standards Board* (FASB), criou informalmente um grupo de trabalho composto por entidades representantes do mercado de capital brasileiro, para discutir as normas que já estavam novamente desatualizadas. Esse grupo compreendeu a CVM, a ABAMEC, hoje APIMEC Nacional, a ABRASCA, o CFC, a FIPECAFI e o IBRACON, e foi formalizado em 27 de janeiro de 1994, pela Deliberação CVM n.º 161. Dessa forma, a CVM criou a Comissão Consultiva de Normas Contábeis, anteriormente e daqui por diante, mencionada apenas como Comissão Consultiva. De acordo com os entrevistados, essa Comissão Consultiva tratou das normas de contabilidade, durante o período de 1986 até 2005, ano da criação do CPC, através do CFC, porque era ele quem tinha recursos financeiros para sustentar a estrutura. Essa Comissão é a mesma que produziu dois anteprojetos de lei. O primeiro foi arquivado pelo Congresso Nacional. O segundo foi transformado na Lei n.º 11.638/07. Assim, o CPC originou-se a partir de um grupo de trabalho criado em 1985, só que, além dos membros já existentes, foi incorporada a BM&FBOVESPA S.A. Além disso, a tendência da maioria dos países desenvolvidos e de economia em desenvolvimento é constituir uma única entidade com a participação de todos os interessados nas informações financeiras; inclusive, esse é o modelo adotado pelo IASB. Leve-se em consideração, ainda, que, no IASB, o Brasil tem a possibilidade de discutir a norma, como de facto faz, e no FASB isso nunca aconteceria, ou seja, o país iria ficar numa

atitude totalmente passiva. Esse é um ponto pouco comentado, mas foi muito considerado para a decisão pela escolha do modelo IFRS.

Em relação à mudança na estrutura de legitimação, os entrevistados relatam que abrir mão das normas por regras foi um tema bastante discutido pelo CPC, quando ele ainda era Comissão Consultiva. A adoção das normas internacionais representou um aprimoramento da contabilidade e a operacionalização dessa prática foi considerada como um desafio. Para convergir com estas normas, o trabalho incluiu um longo processo, desde a tradução das mesmas até o debate, obtendo-se um texto mais claro. Não obstante, a comparabilidade da informação das empresas brasileiras com as de outros países, o padrão do IASB atendeu à necessidade que o país tinha de normas de contabilidade com qualidade superior.

2.4.2.3 Nível organizacional

Relativamente à mudança na estrutura de significação, os entrevistados revelam que antes da modificação da Lei n.º 11.638/07, as empresas de capital aberto já publicavam seus balanços no modelo IFRS. Esse modelo permite aos contadores a se expressarem com melhor clareza, sendo as demonstrações contábeis mais reais. Esta clareza está refletida essencialmente nos itens do imobilizado, valor justo, vida útil econômica dos bens e depreciação. Quanto às MEP, a norma do CFC atendeu a demanda dessas empresas que apresentam o faturamento até R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Com referência à mudança na estrutura de dominação, os profissionais avaliam a opção pelas normas no modelo IFRS, em função do tamanho das empresas. Para as empresas de capital aberto e as empresas de grande porte, a adoção foi compulsória, a missão de adotar as IFRS era uma questão de mercado. Com relação às PME, apenas o CFC postergou o prazo, mas elas também foram obrigadas a aplicar o CPC-PME (Normativo simplificado, semelhante às *IFRS for SMES* do IASB). A barreira ainda é a dissociação da cultura estabelecida entre a contabilidade e o aspecto tributário e a questão da consciencialização da cultura empresarial com relação à informação financeira para tomada de decisão.

Com relação à mudança na estrutura de legitimação, os entrevistados apontam que o velho sistema de normas de contabilidade praticamente inutilizava a contabilidade como instrumento de tomada de decisão. A maior dificuldade tem sido mudar a cultura das pessoas em relação à influência do aspecto tributário. Quanto menor a empresa, maior peso esse aspecto tinha. Nessa mudança, a capacitação teve que acontecer e alguns cursos foram

ministrados pelo CRC local e outros através de treinamentos particulares. A mudança no processo contábil impactou numa aproximação com o usuário da informação financeira. De acordo com os entrevistados, o novo sistema reconhece não somente a importância gerencial dos números, mas também o quanto esses números valem economicamente.

2.5 Discussão

Como prediz o modelo conceptual adotado, no nível económico e político, as ações iniciadas pela Comissão Consultiva, reforçadas pela ação do Presidente da República Federativa do Brasil para alterar a Lei nº 6.404/76, constituíram a estrutura de dominação, que gradativamente dissociou a lógica do modelo por regras (Greenwood e Suddaby, 2006), para associar o padrão do IASB (C_{EP}) (estrutura de significação). A partir de 01 de janeiro de 2010, as agências do governo apenas regulamentam as normas de contabilidade e de auditoria (C_{EP}), que serão utilizadas por todas as empresas. Essas ações eram necessárias para o país ter uma contabilidade uniforme. E as capacitações foram uma condição, em decorrência da mudança de parâmetros fixos para o critério de julgamento profissional (estrutura de legitimação). Além disso, a legislação tributária foi afastada da contabilidade (C_{EP}), provocando contraditórios entre estes sistemas (Seo e Creed, 2002). Esses critérios solucionaram o emblemático problema, em um país *code law*, dentro do campo da contabilidade (Guerreiro *et al.*, 2014) e forneceram o contexto para o desenvolvimento da mudança social divergente (C_{CO}), no nível do campo organizacional.

Para implementar a mudança social divergente (C_{CO}) (Guerreiro *et al.*, 2014; Seo & Creed, 2002), no nível do campo organizacional, a estrutura de dominação foi constituída pelas ações dos atores do CPC e do IASB. Esses atores harmonizaram recursos de diferentes experiências para adotar as normas no modelo IFRS (Greenwood & Suddaby, 2006; Guerreiro *et al.*, 2014) (estrutura de significação), sem a participação do Estado (Richardson e Eberlein, 2010), diferentemente do que prediz o modelo conceptual de Dillard *et al.* (2004). Os atores do CPC reforçaram o seu poder para reproduzir a prática operacional (P_{OP}), em função dos critérios do IASB. O CPC nesse campo tornou-se num modelo de preparador de normas de contabilidade (Greenwood, Suddaby, & Hinings, 2002), mais consciente de que a prática da contabilidade pelo modelo *code law* era menos aceite no mercado (Guerreiro *et al.*, 2014; Seo e Creed, 2002). Isso valorizou a adoção das IFRS, reforçada pela qualidade da informação

financeira, e facilitou as ações do IASB no processo de adoção das IFRS no Brasil. Esse é um tipo de relação colaborativa transnacional empregada por atores poderosos (Guerreiro *et al.*, 2014; Lounsbury & Crumley, 2007), fundamentada no argumento de que o IASB é um órgão normalizador internacional e, por isso, emite um conjunto de normas superiores (estrutura de legitimação), indicadas nos produtos do CPC (pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações) e, conseqüentemente, nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

No nível organizacional, as NBC foram aplicadas pelos profissionais da contabilidade, por meio de dois modelos de práticas operacionais: i) as NBC convergentes com as normas internacionais; e ii) as NBC sem equivalentes internacionais. No primeiro modelo, as NBC são classificadas como NBC completas e NBC simplificada. As NBC completas são aplicadas pelos profissionais das empresas de capital aberto e das empresas de grande porte, que assimilaram as práticas operacionais legitimadas no nível do campo organizacional, sendo assim, para este estudo, como organizações inovadoras (Dillard *et al.*, 2004). A NBC simplificada é aplicada pelos profissionais das PME, que argumentam que a aplicação dessas normas relaciona-se mais com as penalidades do CFC do que com a aplicação da nova prática operacional. Isso revela a possibilidade de estas empresas estarem funcionando socialmente com práticas operacionais (Meyer & Rowan, 1977), mas estas práticas podem não estar associadas ao processo da contabilidade (Hopper & Major, 2007), sendo assim reconhecidas para este estudo como organizações adotantes últimas, no sentido do modelo de Dillard *et al.* (2004). No segundo modelo, a NBC específica, sem equivalentes internacionais, é aplicada pelos profissionais das MEP. Embora as pressões em ambiente institucionalizado sejam esperadas para produzir respostas pelas organizações, as respostas não são necessariamente isomórficas (Dillard *et al.*, 2004; Oliver, 1991). As MEP não convergiram para as IFRS; essa manifestação se desenvolveu logo no nível econômico e político, quando o CFC juntamente com o MDIC desenvolveram o modelo contábil para estas empresas no padrão da ONU. Todo este processo de mudança das normas de contabilidade encontra-se esquematizado na Figura 3.

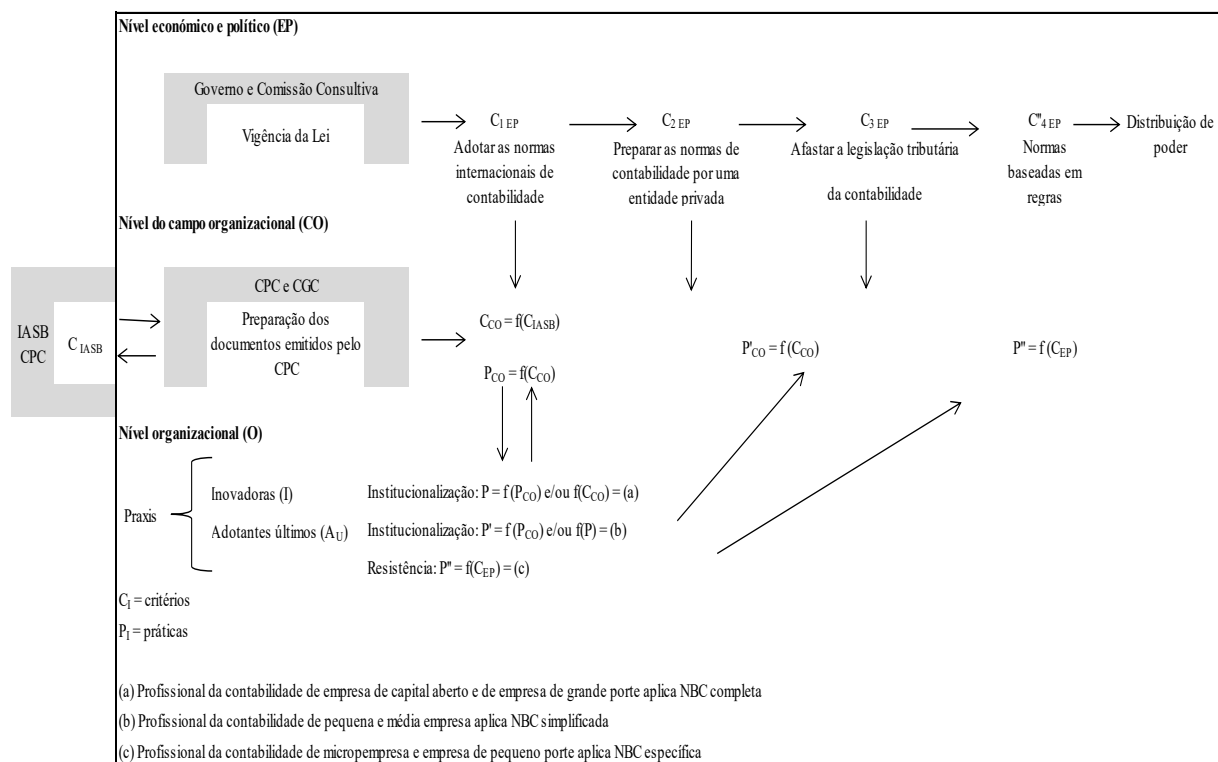


Figura 3 – Visão global da convergência e adoção das IFRS, no caso do Brasil, fundamentada no modelo de Dillard *et al.* (2004, p. 512) combinado com o modelo de Guerreiro *et al.* (2014, p. 29).

Da Figura 3, ressalta uma visão global do novo arranjo institucional no Brasil, reforçado pelas ações do CFC. Aliás, o CFC, nesse contexto, configura-se como ator central (Guerreiro *et al.*, 2014) no processo de convergência e adoção das IFRS. Ele inicia junto com os atores da Comissão Consultiva, participando do projeto de mudança da lei; é ator do CPC, participando da preparação das normas, e implementa as NBC convergentes com as normas internacionais. E ainda sustenta a NBC sem equivalentes internacionais.

2.6 Considerações Finais

Mediante o apoio da fundamentação teórica resultante dos modelos conceituais propostos por Dillard *et al.*, (2004) e por Guerreiro *et al.* (2014), o estudo revela como os níveis do sistema social fluíram (Dillard *et al.*, 2004), através das estruturas de significação, dominação e legitimação (Guerreiro *et al.*, 2014) implícitas nas ações dos atores sociais brasileiros, influenciando e sendo influenciadas, em cada nível e entre os níveis. Essas estruturas foram reproduzidas pelas ações desses atores que introduziram a mudança social divergente na estrutura social existente. A mudança social divergente foi mediada pelas

características estruturais (Giddens, 2000, 2009) indicadas nas novas práticas sociais (Guerreiro *et al.*, 2014).

Desse modo, no Brasil, país que tem autonomia para escolher as IFRS, foi primeiramente retirado o poder do Estado de legislar sobre as normas de contabilidade. Essa mudança na estrutura social, motivada pelas múltiplas ações dos atores da Comissão Consultiva interrompeu, dentro do ordenamento legal do país, a tradição do modelo *code law*.

No Brasil, o processo de mudança das normas de contabilidade ocorreu ao nível do campo organizacional. Foi estabelecido pelas características estruturais (Guerreiro *et al.*, 2014) motivadas pelas múltiplas ações dos atores do CPC. O CPC é o novo nome dado à Comissão Consultiva, com pequenas alterações. A inserção do nível económico e político dentro do nível do campo organizacional não foi para influenciar a mudança da estrutura social através dos critérios estabelecidos naquele nível, como descreveu Dillard *et al.* (2004); ao invés disso, as ações dos atores do CPC foram legitimadas em função dos critérios de uma entidade transnacional - o IASB. Assim, verifica-se que nem sempre os critérios do nível do campo organizacional são estabelecidos em função dos critérios do nível económico e político, conforme prevê o modelo conceptual de Dillard *et al.* (2004).

Desta forma, no nível organizacional, foram acomodadas as práticas operacionais consistentes com os interesses das grandes empresas (empresas de capital aberto e empresas de grande porte) e das PME, representadas nas ações do CPC, que colaborou com a institucionalização da nova base reguladora no modelo IFRS. Em adição, foi ainda acomodada a base reguladora no modelo por regras, consistente com os interesses das MEP, representadas pelas ações do CFC. Esse modelo brasileiro de representatividade (Figura 3) é bem diferente do modelo de país que pertence à UE, como foi o estudo de Guerreiro *et al.* (2014), em Portugal. Naquele país, primeiramente, os critérios do nível económico e político são estabelecidos em função da União Europeia e, essa, por sua vez, estabelece os critérios do IASB.

No geral, a fundamentação teórica aplicada no estudo mostra bem a dinâmica relacional, no nível e entre os níveis, facilitando a mudança do sistema social. As pressões exercidas pelas ações dos atores do CPC ilustram bem a influência deles no nível do campo organizacional, mudando e moldando a lógica do sistema de normas de contabilidade baseado nas IFRS, em cooperação com as ações do IASB. As ações do CFC revelam como os seus interesses foram acomodados nos três níveis do sistema social. No nível organizacional, a

aplicação solta do CPC-PME pelos profissionais da contabilidade é uma incógnita, consistente com a percepção de que algumas características estruturais do modelo anterior podem ser mantidas.

Contudo, estamos cientes que o estudo apresenta pelo menos duas limitações. A primeira, diz respeito às fontes de informações identificadas para fornecer dados relativos à aplicação das normas de contabilidade, devido à quantidade de profissionais existentes no país e à condição desses profissionais serem membros do CFC. Em segundo lugar, considerando-se o caráter exploratório do estudo (Creswell, 2010), convém ampliar a pesquisa para avaliar o nível de adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil. Ao nível das empresas de capital aberto, seria interessante comparar o antes com o depois da vigência da lei, visto que elas já adotavam as IAS antes de 2010. Ao nível das PME, seria necessário analisar em que medida estas práticas sociais foram incorporadas nas práticas organizacionais.

**Ensaio 3 – Análise do nível de aplicação inicial da
NBC TG 1000 pelas PMEs que mais crescem no
Brasil**

[Esta página foi propositadamente deixada em branco]

3.1 Introdução

As normas internacionais de contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) têm-se tornado um tema polêmico envolvendo um amplo debate internacional (Epstein & Jermakowicz, 2007; Miller, 2010; Perera & Chand, 2015). Este debate voltado para as PMEs ficou mais evidente a partir da adoção parcial ou total das *International Financial Reporting Standard* (IFRS) para as empresas de capital aberto, por mais de 140 países em todo o mundo, e do interesse pelas informações financeiras das empresas de capital fechado, devido à sua importância econômica no mercado globalizado (Kaya & Koch, 2014; Masca, 2012; Miller, 2010).

Visando tal debate, em julho de 2009, o *International Accounting Standards Board* (IASB) introduziu uma versão simplificada das *full IFRS*, denominada de *International Financial Reporting Standard for the Small and Medium-Sized Entities (IFRS for SMEs)* (Perera & Chand, 2015). Este normativo direcionado para as pequenas empresas representa a versão simplificada dos princípios de reconhecimento, mensuração e exigências para elaboração e divulgação dos relatórios contábil-financeiros. Adicionalmente, o IASB ainda focou nessas normas o paradigma de ‘reduzir a assimetria da informação’ e ‘aumentar a utilidade da decisão’ pelas PMEs mundialmente (Perera & Chand, 2015).

Neste sentido, no Brasil, observa-se, a exemplo da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) Técnica Geral (TG) 1000, que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vem se empenhando para promover o uso desse normativo pelas PMEs (CFC, 2009), em substituição das normas anteriores baseadas no modelo *code law*. O empenho do CFC está alinhado com o processo de convergência das normas internacionais e com o Pronunciamento Técnico PME (CPC-PME) preparado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a partir da IFRS para PMEs, emitida pelo IASB (CFC, 2009). As PMEs, neste contexto, são as empresas que: i) não têm obrigação pública de prestação de contas; e ii) elaboram os relatórios financeiros para fins gerais (CFC, 2009).

No caso do Brasil, as PMEs podiam utilizar procedimentos de adoção inicial mais simples (procedimentos de transição) na transição para as normas internacionais de contabilidade, ao invés de usar aqueles que estão previstos no normativo (CFC, 2009). Isso ocorreu, particularmente, naquele período como forma de facilitar a mudança da lógica da prática de contabilidade para o modelo *common law*, sem maiores conflitos ou resistência

pelos profissionais da contabilidade ou até mesmo pelas próprias empresas, em função da cultura prevalente do país do modelo *code law* (Guerreiro, Rodrigues, & Craig, 2008).

Os procedimentos de transição eram focados particularmente na elaboração de demonstrações contábeis; na utilização de práticas de isenções para a adequação das primeiras demonstrações contábeis; e na divulgação das práticas de transição do normativo, de acordo com a Seção 35 da Resolução CFC nº 1.255, 17 de dezembro de 2009, que aprovou a NBC TG 1000 (CFC, 2012). Dentro desse contexto, surgiu a questão de investigação para o presente estudo: qual o nível de aplicação dos procedimentos de transição previstos na NBC TG 1000 na prática de contabilidade pelas PMEs no contexto social brasileiro? O estudo alicerça-se numa população de 250 PMEs que mais cresceram no Brasil, publicadas na Revista Exame no ano de 2014.

Uma das motivações para realização deste estudo está relacionada ao facto de não existir na literatura, pelo menos até onde se conhece, nenhum estudo desta natureza, voltado para as PMEs no Brasil. Com exceção da investigação de Kaya e Koch (2014), evidenciando que nos países onde as *full* IFRS são adotadas para as empresas de capital aberto, a probabilidade de o país adotar IFRS para PMEs é maior. Contudo, uma verificação da aplicação dos procedimentos de transição da norma na prática de contabilidade em um país que convergiu às *full* IFRS, tanto para o setor privado como para o setor público, como foi o caso do Brasil, e ainda seguiu a proposta do IASB adotando o normativo simplificado para as PMEs é uma área a explorar. Adicionalmente, essa verificação proporcionará evidência empírica em um país classificado, até então, por um contexto institucionalizado no modelo *code law*.

Assim, este estudo tem por objetivo verificar o nível de aplicação dos procedimentos de transição, no que se refere à adoção da NBC TG 1000, na prática de contabilidade pelas PMEs no Brasil. Para esse efeito, pretende-se: i) explorar estudos anteriores relacionados com a adoção das IFRS para as PMEs noutros países; e ii) adotar a Teoria da Estruturação para fundamentação teórica e definições das hipóteses de investigação do presente estudo.

Para o presente estudo foi selecionada a abordagem positivista, seguindo o levantamento como método de pesquisa (Creswell, 2010). Os dados empíricos foram recolhidos através de um inquérito por questionário aplicado às 250 PMEs, em 2014, e a amostra final constou de 43 pequenas empresas. O inquérito por questionário foi elaborado a partir das exigências relativas à adoção inicial da NBC TG 1000, dispostas na Resolução CFC

nº 1.255/09 e a partir de questões selecionadas na literatura. Para o tratamento dos dados foram utilizadas as técnicas: i) de Modelagem de Equações Estruturais (MEE) ajustada às modalidades de estruturação da prática social da Teoria de Giddens; ii) de estatística descritiva; e iii) de análise multivariada e análise de regressão múltipla para confirmar as hipóteses formuladas.

A partir dos resultados da inferência da amostra, a evidência empírica indica que, no ano de 2014, primeiro ano após o triênio esperado para as PMEs aderirem ao normativo simplificado, o nível de aplicação dos procedimentos de transição foi moderado, no que se refere à adoção inicial da NBC TG 1000 pelas pequenas empresas. Contudo, a MEE confirma a estruturação da prática de contabilidade pelas modalidades esquema interpretativo, facilidade e norma, previstas na Teoria da Estruturação. Consistente com o fundamento teórico do presente estudo, as PMEs mobilizaram os procedimentos exigidos para elaboração de demonstração de contabilidade, as políticas e práticas de contabilidade de transição e os procedimentos exigidos para divulgação de demonstração de contabilidade, na produção da interação que, ao mesmo tempo, eram componentes estruturais do sistema de normas de contabilidade institucionalizado recentemente no Brasil, as IFRS. Isto significa que as ações das PMEs, aplicando os procedimentos de transição na prática de contabilidade, não ocorreram ao acaso, elas foram condicionadas pelas características estruturais do contexto histórico-social onde essas empresas operam (Junquillo, 2003; Miller, 1994).

Este estudo apresenta duas contribuições para a revisão de literatura relacionada com a temática IFRS para PMEs. Em primeiro lugar, preenche uma lacuna nesta área, fornecendo evidência empírica sobre o nível de aplicação do normativo em um país que adotou plenamente as *full* IFRS, como foi o caso do Brasil. Em segundo lugar, confirma a estruturação da prática de contabilidade por normas internacionais de contabilidade, por meio de uma MEE, tendo por base os preceitos das modalidades de estruturação da prática social no modo da Teoria da Estruturação (Almeida & Beuren, 2012; Giddens, 2009; Guerreiro *et al.*, 2014).

Desta forma, o estudo apresenta-se organizado em cinco seções. Nesta seção de introdução é evidenciado o enquadramento teórico, a problemática e a estrutura do estudo. Na segunda seção, desenvolve-se a revisão da literatura. Na terceira seção, procede-se à definição das opções metodológicas e, na quarta seção realiza-se a análise e interpretação dos

resultados. Por fim, na quinta seção apresentam-se as considerações finais, sem deixar de referir as limitações do presente estudo e eventuais sugestões para investigações futuras.

3.2 Revisão da Literatura

3.2.1 Estudos anteriores que se relacionam com as IFRS para as PMEs

Vários estudos abordam a adoção das IFRS pelas PMEs. Nesse sentido, relativamente à adoção dessas normas pelas PMEs, Dang-Duc (2011) destaca que a conformidade das normas de contabilidade emitidas pelo IASB direcionadas às pequenas empresas do Vietnã é limitada. Este autor (2011, p. 106) revela ainda que “as exigências legais e a percepção dos usuários externos da informação financeira são os principais critérios de conformidade das empresas com as normas de contabilidade”.

Buyts e Schutte (2011), por exemplo, analisam o impacto das exigências normativas contidas nas IFRS para PMEs com relação as exigências contidas na prática e divulgação da informação contábil das empresas da África do Sul, e como resultado, estes autores revelam que é significativa a diferença existente no conteúdo dos dois normativos.

Masca (2012), através de outro estudo realizado com empresas de vinte e seis (26) países membros e quatro (04) países não membros da Comunidade Europeia, demonstra que as opiniões dos contabilistas das empresas analisadas sobre a aplicação das IFRS eram influenciadas pela cultura da contabilidade de cada área geográfica.

Uyar e Güngörmüş (2013) investigaram as percepções e os conhecimentos básicos dos profissionais da contabilidade com relação às IFRS para PMEs. Os autores apontam que o conhecimento dos conceitos e dos métodos de avaliações em IFRS para PMEs estavam em nível moderado. A falta de adequação da formação desses profissionais e a falta de formação organizada pelas associações de profissionais eram os obstáculos mais significativos na implementação dessas normas na Turquia.

Mais recentemente, Kaya e Koch (2014) analisaram os fatores que influenciaram a adoção das IFRS para PMEs em uma amostra de 128 países. Esses autores fornecem evidências de que nos países onde as *full* IFRS são aplicadas na prática de contabilidade das empresas de capital aberto, a probabilidade de adoção das IFRS para as PMEs aumenta naquele país, consistente com a realidade brasileira. Além disso, a adoção das IFRS para PMEs é mais provável nos países que não são capazes de desenvolver sua própria norma.

Panagiotidou (2015) analisou o nível de adoção e implementação das IFRS pelas PMEs, em Kavala, na Grécia. Como resultado, o autor revela que a maior parte da amostra investigada não tinha relação com os investimentos estrangeiros e apresentava relação moderada quanto ao interesse pelas exportações, principalmente se a empresa fosse de prestação de serviço.

Dentro deste contexto, Caloian & Mirela Caloian (2007) consideram que as IFRS para as PMEs têm o objetivo de tornar as informações financeiras dessas empresas mais globais, tendo em vista que se estas empresas não se comunicam pelas IFRS, elas podem perder vantagens competitivas relativamente aos seus negócios no mercado internacional. Por outro lado, (Masca & Gall, 2008) propõem um sistema de norma de contabilidade que permita a pequena empresa escolher entre as IFRS para PMEs ou as normas de contabilidade regras a depender da necessidade da empresa.

Há ainda estudos que indicam outros obstáculos relacionados com a adoção das IFRS para as PMEs. Por exemplo, Paseková, Bialic-Davendra, Müllerová, Hvastová, Manová, Sowa, Číževská (2010) destacam que embora o setor das PMEs desempenhe um grande papel na economia, as atividades dessas empresas, além das fronteiras, estão limitadas a existência dos vinte e sete (27) diferentes sistemas de normas de contabilidade existentes na União Europeia. Principalmente quando estes sistemas de contabilidade são confrontados com a legislação tributária Europeia. A legislação tributária não aceita o resultado contabilístico, preparado por normas internacionais de contabilidade, como base de cálculo para a tributação. Dessa forma o relatório financeiro preparado por IFRS passa a ser algo extra no processo contabilístico doméstico. Adicionalmente, Baldarelli, Demartini, Mosnja-Skare, e Paoloni (2012) apontam, em uma evidência empírica, a questão do custo do fornecimento das informações financeiras preparadas por IFRS pelas pequenas empresas na Europa.

Diferentemente dos aspetos identificados nos estudos anteriores (Buys & Schutte, 2011; Kaya & Koch, 2014; Panagiotidou, 2015), o Brasil é um país que adotou as *full* IFRS, tanto para o setor privado (com exceção das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, estas empresas têm o seu modelo contábil próprio regulamentado pela Resolução n.º 1.418, emitida pelo CFC, em 21 de janeiro de 2012.), como para o setor público. A escassez de estudos sobre o nível de aplicação dos procedimentos de transição, no que se refere à adoção do normativo simplificado, na prática de contabilidade, com suporte da Teoria da Estruturação, a seguir descrita, é um tipo de evidência oportuna que os preparadores e os

reguladores das normas de contabilidade necessitam conhecer como resposta da mais recente mudança ocorrida nas normas brasileiras de contabilidade, caracterizando-se dessa forma a justificativa e a originalidade do presente estudo.

3.2.2 Descrição da Teoria da Estruturação e desenvolvimento das hipóteses de investigação

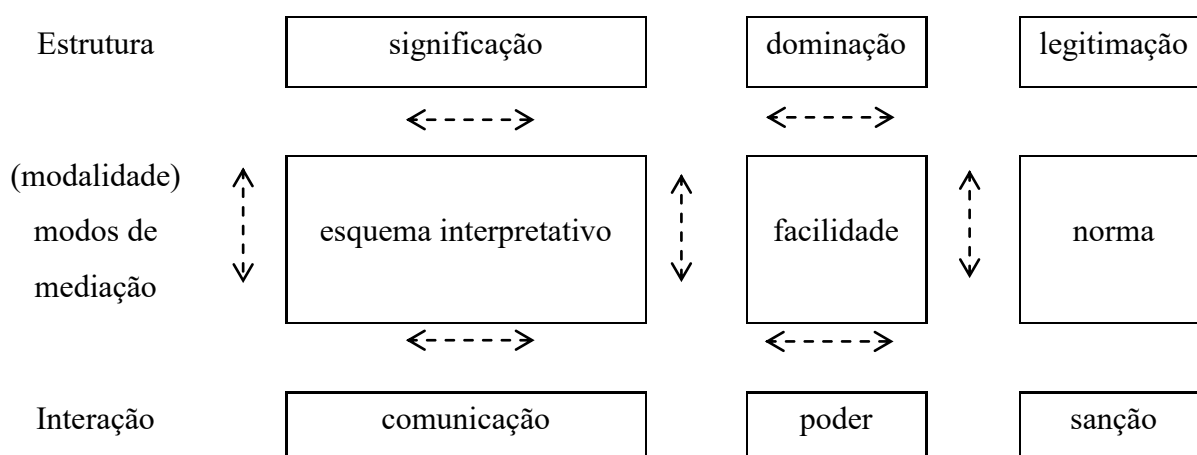
Comumente os estudos sobre a adoção das IFRS se reportam aos efeitos económicos que estas normas impactam nas informações financeiras (Lourenço & Branco, 2015). Mais especificamente, se esses efeitos estão relacionados com a noção de que as IFRS são de qualidade mais elevadas (Guerreiro *et al.*, 2008) e, conseqüentemente, proporcionam informações mais comparáveis (DeFond *et al.*, 2011), mais transparentes (Francis *et al.*, 2008), e também conduzem às empresas a minimizar os custos do processo de preparação dos relatórios financeiros (Kim, Liu, & Zheng, 2012).

Outros estudos não se limitaram apenas aos efeitos económicos da adoção das normas, eles se estenderam e foram analisados à luz de teorias sociais. Nesta perspectiva, as práticas organizacionais (incluindo a prática de contabilidade), não devem ser operadas isoladamente do amplo contexto social e institucional onde as empresas operam (Miller, 1994). Dito de outra forma, as práticas organizacionais devem ser vinculadas aos valores da sociedade, na qual as empresas operam, e os valores da sociedade devem influenciar e legitimar essas práticas. Por isso, os teóricos institucionais acreditam que as estruturas organizacionais formais refletem demandas técnicas e dependências de recurso que são formados, inclusive, pelas pressões institucionais (Guerreiro *et al.*, 2008; Scott, 2008).

Noutra perspectiva, a Teoria da Estruturação reporta que a ação humana (sujeito/agente) e o objeto social (sociedade/estrutura) são assinalados numa relação de dependência e os próprios termos não assumem relação de primazia um ao outro e vice-versa. Nesta teoria, a ideia de ‘ação’ ou ‘agência’ é percebida como um fluxo contínuo da conduta humana (Giddens, 2009). E a ideia de ‘estrutura’ diz respeito ao conjunto de regras e de recursos organizados ‘recursivamente’, sob a forma de propriedades dos sistemas sociais, implícitas na produção e reprodução desses sistemas. Aliás, a recursividade é a operação fundamental para compreender a mudança social ocorrida através do tempo e do espaço (Giddens, 2000; Junquillo, 2003).

Relativamente às regras, Junquillo (2003) define que são as convenções sociais conhecidas pelos agentes, incluindo o conhecimento do contexto social e como tal, configurando-se como guia de orientação para a conduta humana. Por outro lado, os recursos referem-se à facilidade e disposição dos agentes para eles alcançarem os seus objetivos (Junquillo, 2003). Assim, a estrutura, como propriedade estruturante, não é reconhecida no exterior à ação humana. Pelo contrário, ela faz parte da conduta humana e possui uma ‘existência virtual’. Como tal, é composta pelo conhecimento de como as coisas devem ser feitas pelos agentes (atores sociais) na produção das práticas sociais organizadas por meio daquele conhecimento, mobilizado recursivamente, e da capacidade (poder/disposição) que os agentes possuem para reprodução dessas práticas.

Dada a noção de ‘agência’ e de ‘estrutura’, põe-se em relevo o conceito de dualidade da estrutura definido por Giddens (2009), para a Teoria da Estruturação. A ‘agência’ e a ‘estrutura’ apenas metodologicamente são analisadas como dois conjuntos de fenômenos sociais. Na verdade, esses dois conjuntos de fenômenos em interação concretizam a reprodução dos sistemas sociais, como mostra a Figura 4. Por um lado, a ‘dimensão da estrutura social’, é constituída pelos elementos: ‘significação’, ‘dominação’ e ‘legitimação’, e, por outro lado, a dimensão da interação, é constituída pelos elementos: ‘comunicação’, ‘poder’ e ‘sanção’, que quando colocados em interação, eles mobilizam as formas e os meios para que a prática social se estabeleça. As formas e os meios são as ‘modalidades da estruturação’, ou seja, os modos de mediação da produção e reprodução das práticas sociais, constituídas pelo ‘esquema interpretativo’, pela ‘facilidade’ e pela ‘norma’ (Giddens, 2009).



Fonte: Giddens (2009, p. 34).

Figura 4 – As dimensões da dualidade da estrutura em interação.

As modalidades da estruturação são mobilizadas pelos ‘agentes’ (ação humana) na produção da interação e, ao mesmo tempo, são também os meios de reprodução das componentes estruturais dos sistemas de interação. Assim, Giddens (1978, p. 129) destaca que “o *locus* próprio para o estudo da reprodução social está no processo imediato da constituição da interação”. Ou seja, estas modalidades dizem respeito ao conjunto de conhecimento mobilizado pelos agentes (condutas estratégicas) para reproduzir a interação social e, ao mesmo tempo, os meios e formas de reprodução das componentes estruturais (instituições).

Mais recentemente, Barley e Tolbet (1997) argumentaram que a Teoria Institucional e a Teoria da Estruturação fornecem compreensões que se complementam; a primeira reconhece que as instituições são criadas, mantidas e mudadas pelas ações humanas, enquanto a segunda explicita a dinâmica como as ações são reproduzidas em um processo contínuo, compondo as instituições. Neste sentido, este estudo define a Teoria da Estruturação como a fundamentação teórica que irá suportar o estudo empírico relativo à verificação do nível de aplicação dos procedimentos de transição, no que se refere a adoção da NBC TG 1000, na prática da contabilidade, pelas PMEs que mais crescem no Brasil. Este normativo faz parte do conjunto de normas que foram regulamentadas pelo CFC, devido à institucionalização das normas internacionais de contabilidade, a partir de 2010, com base nas IFRS.

A Teoria da Estruturação tornou-se oportuna para este estudo porque ela fornece a explicação da estruturação da prática de contabilidade pelas ações das PMEs e porque ela já foi aplicada em investigações relacionadas com a contabilidade. De entre as investigações voltadas especificamente para a contabilidade, encontradas nesta revisão, estão os estudos de (Guerreiro *et al.*, 2014), (Almeida & Beuren, 2012) e (Macintosh & Scapens, 1990).

No estudo de Guerreiro *et al.* (2014), relativo à adoção de um regime de normas internacionais de contabilidade: a i) estrutura de significação é identificada pelo sistema de normas de contabilidade e é percebida como um esquema interpretativo formado pelos conceitos e regras constituídos através da prática de contabilidade; a ii) estrutura de dominação está relacionada com o poder articulado entre os atores da contabilidade, o Estado, e a União Europeia para mudar as normas de contabilidade; e a iii) estrutura de legitimação compreende os ideais e valores de um sistema de normas que mudou o comportamento dos profissionais da contabilidade para se adequar às IFRS.

A investigação realizada por Almeida e Beuren (2012), sobre os impactos da implantação das normas internacionais de contabilidade na controladoria, caracterizou as três

estruturas, como: i) a estrutura de significação/comunicação pelas regras sociais que informam e restringem, tornando possível a comunicação, desenhadas por meio das atividades organizacionais; ii) a estrutura de dominação/poder pelos meios que os agentes utilizam para atingir os objetivos, tais como: recursos tecnológicos e humanos e capacidade que o agente possui de agir de uma ou de outra forma e conseqüentemente de influenciar; e iii) a estrutura de legitimação/sanção pelos direitos e obrigações no meio social e pelas normas responsáveis pela articulação de comportamentos legitimados institucionalmente.

O estudo de Macintosh e Scapens (1990) revelam: i) a estrutura de significação, em um sistema de contabilidade de gestão, representada pelo conjunto de regras, conceitos e teorias formados para dar sentido às práticas organizacionais; ii) a estrutura de dominação relacionada com as assimetrias na distribuição de facilidade ou recurso, influenciando a capacidade dos agentes para alcançar os objetivos que são do seu interesse; e iii) a estrutura de legitimação mediada pelos códigos morais e normativos que sancionam comportamentos particulares.

Seguindo a descrição analítica da Teoria da Estruturação e os estudos de contabilidade que já aplicaram esta teoria, serão selecionadas as três modalidades de estruturação da prática social, i) esquema interpretativo; ii) facilidade; e iii) norma, no sentido de relacioná-las com os procedimentos de transição para as normas internacionais de contabilidade e verificar o nível de aplicação desses procedimentos na prática de contabilidade pelas PMEs brasileiras, formuladas nas seguintes hipóteses de investigação.

Hipótese 1: O nível de aplicação dos procedimentos de transição para a NBC TG 1000, na prática de contabilidade, pelas PMEs está positivamente associado com os novos procedimentos exigidos para elaboração de demonstrações contábeis (esquema interpretativo).

Hipótese 2: O nível de aplicação dos procedimentos de transição para a NBC TG 1000, na prática de contabilidade, pelas PMEs está positivamente associado com as novas políticas e práticas contábeis de transição das normas de contabilidade (facilidade).

Hipótese 3: O nível de aplicação dos procedimentos de transição para a NBC TG 1000, na prática de contabilidade, pelas PMEs está positivamente associado com os novos procedimentos exigidos para divulgação de demonstrações contábeis (norma).

Uma vez definidas as hipóteses de investigação seguindo as três modalidades de estruturação da prática social, retiradas da Teoria da Estruturação, na seção seguinte procede-se à definição das opções metodológicas para o presente estudo.

3.3 Metodologia de Pesquisa

Para verificar o nível de aplicação dos procedimentos de transição no que se refere à adoção da NBC TG 1000, na prática de contabilidade, pelas PMEs no Brasil, à luz da Teoria da Estruturação, foram selecionados a abordagem pós-positivista (Creswell, 2010) e o levantamento como método de pesquisa. A abordagem pós-positivista foi escolhida para o presente estudo por se tratar de uma filosofia determinista, na qual as causas provavelmente determinam os efeitos (Creswell, 2010). Por sua vez, o método de pesquisa de levantamento, de corte transversal, foi selecionado porque estuda os fenômenos ocorridos naturalmente e possibilita generalizar, a partir de uma amostra, as atitudes ou opiniões dessa população, em um determinado período no tempo, ou seja, o período de adoção das normas internacionais de contabilidade pelas PMEs (Creswell, 2010; Martins, 2009).

3.3.1 Instrumento de pesquisa

O instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi o inquérito por questionário, elaborado com base nos procedimentos de transição exigidos na Seção 35, da Resolução CFC nº 1.255/09 e os procedimentos de não transição selecionados na literatura.

Os procedimentos de transição exigidos pelo normativo estão relacionados com os itens EI1, EI2, EI3, NO1, NO2 e NO3, correspondentes as variáveis adaptadas ou constructos ESINT e NORMA da Tabela 10. Da mesma forma, os procedimentos de não transição selecionados da literatura estão relacionados com os itens FA1, FA2, FA3, FE1, FE2, FE3, FE4, FE5 e FE6, correspondentes as variáveis adaptadas ou constructos FACIL, AMEMP e AMCON, também, da Tabela 10, a seguir.

O questionário foi digitado no formulário do Google, em quatro dimensões para combinar as 54 questões do tipo escala nominal, e enviado por correio eletrônico. As questões estão relacionadas com os itens desenvolvidos para cada variável adaptada, em função das modalidades de estruturação da prática social proposta na Teoria da Estruturação e em função

dos fatores relacionados com o ambiente da empresa e com o ambiente da contabilidade. As variáveis adaptadas foram incluídas em uma Modelagem de Equação Estrutural (MEE), com o objetivo de testar as hipóteses e seguidamente responder a questão de investigação definidas para o presente estudo (Martins, 2009), como se segue a Tabela 10.

Na sequência, foi realizado o pré-teste do questionário por profissionais da contabilidade para melhorar possíveis falhas na sua elaboração e analisar o tempo que o respondente levaria para responder às questões (Gil, 2009). De facto, na aplicação do pré-teste, o questionário foi reformulado, principalmente, para melhorar a redação de algumas questões, inclusive, eliminando outras, por se entender que eram questões repetitivas.

Tabela 100 – Procedimentos de transição e de não transição para adoção da NBC TG 1000 pelas PMEs

Variáveis latentes	Itens (Variáveis observadas)	Autores
Procedimentos exigidos para elaboração de demonstrações contábeis – Esquema interpretativo (ESINT)	EI1	Mudança realizada nos elementos do balanço patrimonial
	EI2	Explicação da mudança realizada nos elementos do balanço patrimonial
	EI3	Evidenciação da mudança realizada nos elementos do balanço patrimonial
Políticas e práticas contábeis de transição das normas de contabilidade – Facilidade (FACIL)	FA1	Motivos relacionados com a mudança das normas
	FA2	Mais responsabilidades profissionais
	FA3	Mudança nos recursos tecnológicos
Procedimentos exigidos para divulgação de demonstrações contábeis – Norma (NORMA)	NO1	Aplicação das exigências normativas
	NO2	Apresentação de demonstrações contábeis para os períodos anteriores
	NO3	Divulgação de informação exigida pela norma de contabilidade
Fatores externos relacionados com o ambiente da empresa – AMEMP	FE1	Mais vendas internacionais
	FE2	Mais receitas líquidas internacionais
	FE3	Mais capital social de fonte internacional
Fatores externos relacionados com o ambiente da contabilidade – AMCON	FE4	Profissional de contabilidade interno à empresa
	FE5	Mais critério de julgamento pelo profissional da contabilidade
	FE6	Mais autonomia do profissional da contabilidade nos procedimentos da contabilidade

3.3.2 Amostra

Foram selecionadas aleatoriamente para participar da pesquisa, o total de 250 PMEs classificadas pela Revista Exame e pela Deloitte para receber o prêmio de empresas que mais crescem no Brasil, em 2014. As empresas deveriam atender aos seguintes critérios: i) estar em operação no mercado há mais de cinco anos; ii) ter obtido receita líquida entre R\$ 3 milhões e R\$ 350 milhões em 2013 (último triênio avaliado); iii) não fazer parte de um conglomerado empresarial com mais de 50% do seu capital controlado por estrangeiros; iv) não estar

vinculada (coligada ou controlada) a grupo empresarial com receita líquida igual ou superior a R\$ 2 bilhões por ano, independente da origem de seu capital (Deloitte, 2014, p. 3).

Os participantes mais indicados para responder ao questionário foram os proprietários, os gestores, os profissionais da contabilidade e os chefes de departamento contabilidade/financeiro, tendo em vista que eles são os agentes mais prováveis de mudança das normas de contabilidade, que impactaram em novas estruturas sociais relativamente às informações financeiras. Ao final, foram recolhidos 43 questionários eletrônicos respondidos, que foram analisados individualmente com o objetivo de os validar, correspondendo este número à nossa amostra final, com uma taxa de resposta de aproximadamente 17%. Ressalte-se que este tamanho de amostra é superior ao mínimo recomendado (Hair Jr, Sarstedt, Hopkins, & Kuppelwieser, 2014), que é de cinco respondentes por item.

3.3.3 Modelo econométrico

As hipóteses definidas e a questão de investigação objetivam, por um lado, verificar o nível de aplicação dos procedimentos de transição e de não transição, no que se refere à adoção da NBC TG 1000 pelas PMEs, e, por outro, confirmar a aplicação da Teoria da Estruturação no presente estudo.

Neste sentido, na ausência de estudos anteriores relativos à aplicação dos procedimentos de transição pelas PMEs para adotar a NBC TG 1000 (IFRS), será estimada uma medida, que é composta pela combinação dos itens relacionados com estes procedimentos que estão dispostos na Tabela 1, e que representará neste estudo o nível de aplicação dos procedimentos de adoção inicial da NBC TG 1000, quando as PMEs estavam adotando as normas internacionais de contabilidade, denominada de variável APLIC. Esta variável é dependente em um modelo de regressão múltipla, que incorporará variáveis independentes e de controlo. Na definição de Malhotra (2012, p. 432), o modelo de regressão múltipla “envolve uma única variável dependente e duas ou mais variáveis independentes”.

3.3.3.1 Variável dependente

A variável dependente APLIC é uma medida estimada a partir da soma dos escores de cada variável latente (exógena e endógena) – ESINT, FACIL, NORMA, AMEMP e AMCON –, correspondente a cada empresa, obtidos da MEE especificada na Figura 5.

A MEE compreende os princípios de análise fatorial e de análise de regressão para estimar uma série de relações de dependências entre um conjunto de conhecimento representado por diversas variáveis incorporadas em um modelo integrado (Malhotra, 2012). Ela é muito utilizada para confirmar uma teoria ou modelo através de potenciais relações entre as variáveis (Malhotra, 2012). O primeiro passo desenvolvido na MEE foi a sua especificação, conforme mostra a Figura 5.

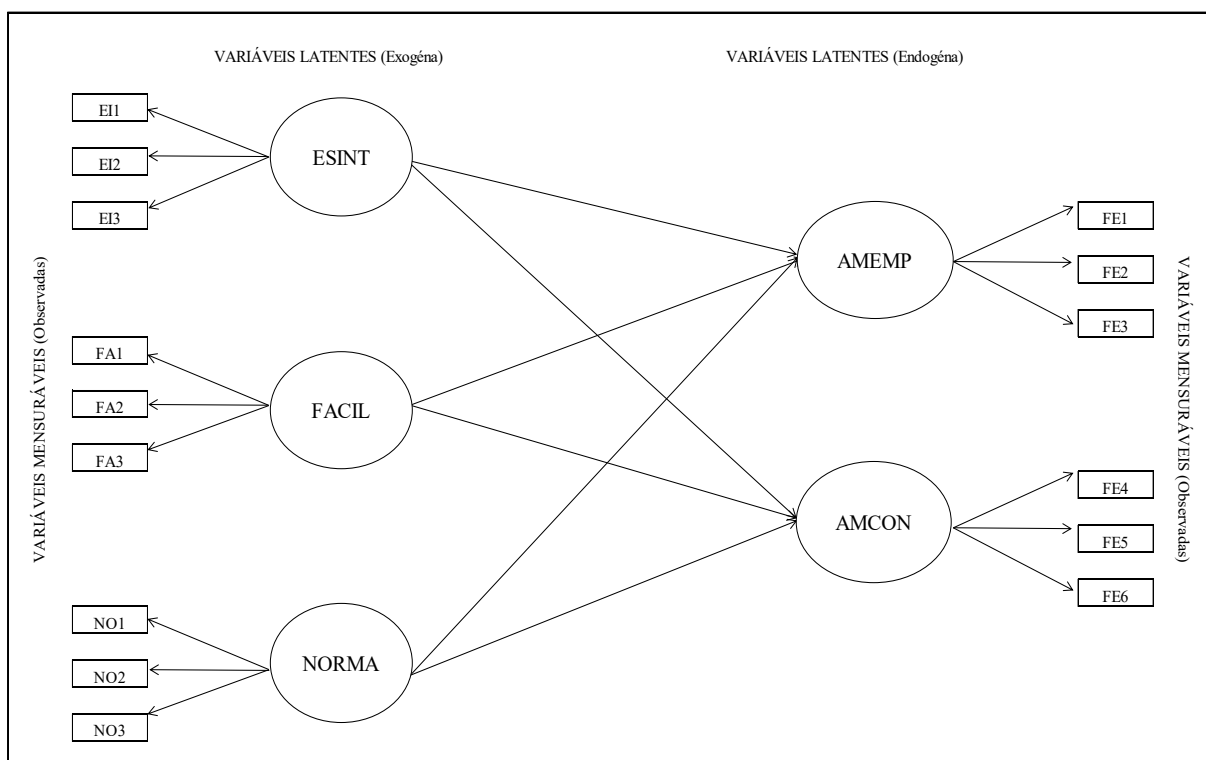


Figura 5 – Especificação da MEE.

A especificação da MEE, na Figura 5, envolveu os círculos, que representam as variáveis latentes (VL), exógenas e endógenas, os retângulos, que representam as variáveis mensuráveis (VM) ou variáveis observadas, por meio da combinação de itens escalares (EI1, EI2, EI3, FA1, FA2, FA3, NO1, NO2, NO3, FE1, FE2, FE3, FE4, FE5 e FE6), ambas as variáveis e os respectivos itens estão dispostos na Tabela 10, e as setas, que indicam as formas de relacionamentos entre as variáveis mensuráveis e as variáveis latentes (Mendes, 2006), que são testadas estatisticamente, simultaneamente, para avaliar e validar a qualidade do ajuste do modelo especificado (Malhotra, 2012).

3.3.3.2 Variáveis independentes e de controlo

As variáveis independentes, i) ESINT; ii) FACIL; e iii) NORMA são medidas com base nas respostas relativas aos procedimentos de transição. Esses procedimentos são classificados de acordo com as três modalidades de estruturação da prática social propostas pela Teoria da Estruturação de Giddens (2009). Onde:

Estrutura de significação

Esquema interpretativo (ESINT) = a combinação dos itens escalares de 0 a 21, representados por EI1, EI2 e EI3. Os quais estão em correlação com as fontes de informação 1.11, 1.12, 1.13, 1.14, 1.15, 1.16, 1.21, 1.22, 1.23, 1.24, 1.31, 1.32, 1.33, 1.34, 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.15, 2.16 e 2.17. Onde 1 corresponde a adoção dos novos procedimentos exigidos para elaboração de demonstrações contábeis (transformação), 0 = outros

Estrutura de dominação

Facilidade (FACIL) = a combinação dos itens escalares de 0 a 14, representados por FA1, FA2 e FA3. Os quais estão em correlação com as fontes de informação 2.31, 2.32, 2.33, 2.34, 2.35, 2.36, 2.37, 4.23, 4.24, 4.31, 4.32, 4.33, 4.34 e 4.35. Onde 1 corresponde a adoção das novas políticas e práticas contábeis de transição das normas de contabilidade (recurso), 0 = outros

Estrutura de legitimação

Norma (NORMA) = a combinação dos itens escalares de 0 a 10, representados por NO1, NO2 e NO3. Os quais estão em correlação com as fontes de informação 3.11, 3.12, 3.13, 3.21, 3.22, 3.23, 3.24, 3.31, 3.32, e 3.33. Onde 1 corresponde a adoção dos novos procedimentos exigidos para divulgação de demonstrações contábeis (obrigação), 0 = outros

As variáveis de controlo, i) AMEMP e ii) AMCON são medidas com base nas respostas relativas aos procedimentos de não transição. Esses procedimentos são classificados como condições que se consideram independentes dos procedimentos de transição, relativos às características das empresas e da contabilidade, selecionados da literatura, mas que são prováveis de influenciar a adoção das normas internacionais de contabilidade (Almeida & Beuren, 2012; Guerreiro *et al.*, 2012; Panagiotidou, 2015), tornando as PME dependentes da adoção das normas internacionais de contabilidade. Estas variáveis no modelo de regressão múltipla foram reespecificadas com o emprego de variáveis *dammy* (Malhotra, 2012), no sentido de tornar o conjunto de variável mais parcimonioso com o objetivo do estudo. Assim, foram reespecificadas as variáveis: i) venda anual internacional (VAINT), a partir das variáveis relacionadas com ambiente da empresa (AMEMP); ii) vínculo do profissional da contabilidade (PFCON); e iii) critério de julgamento profissional (CJPRO); estas duas últimas, a partir das variáveis relacionadas com o ambiente da contabilidade (AMCON), a seguir apresentadas:

Fatores externos = a combinação dos itens escalares de 0 a 3, representados por relacionados com o FE1, FE2 e FE3. Os quais estão em correlação com as fontes de ambiente da empresa – informação 4.11, 4.12 e 4.13. Onde 1 corresponde a mais venda AMEMP anual internacional, mais receita líquida internacional e mais participação do capital social de fonte internacional, 0 outros

Fatores externos = a combinação dos itens escalares de 0 a 4, representados por relacionados com o FE4, FE5 e FE6. Os quais estão em correlação com as fontes de ambiente da informação 2.21, 2.22, 4.21 e 4.22. Onde 1 corresponde a contabilidade – AMCON profissional de contabilidade interno à empresa, mais critério de julgamento pelo profissional da contabilidade e mais autonomia do profissional da contabilidade nos procedimentos da contabilidade, 0 outros

3.3.4 Técnicas de análise dos dados

As principais técnicas utilizadas para testar as hipóteses definidas e para responder à questão de investigação deste estudo foram a MEE, especificada na Figura 4, utilizando como

ferramenta o *software* SmartPLS proposto por Ringle, Silva, e Bido (2014). A estatística descritiva (Martins, 2009) e a análise multivariada e análise de regressão múltipla (Malhotra, 2012), utilizando como ferramenta o *Software Package for the Social Science* (SPSS) 20.

3.4 Análise e Interpretação dos Resultados

3.4.1 Avaliação e validação da MEE

Primeiramente, seguindo-se as recomendações de Hair Jr. (2014), foi escolhido o *Partial Least Squares* (PLS), por se tratar de um método baseado em variâncias mais indicado para uma amostra de tamanho pequeno, cujos dados não possuem distribuição normal, e foi adotado o valor da *Average Variance Extracted* (AVE) maior que 0,5, visando convergir o modelo a um resultado satisfatório (Fornell & Larcker, 1981). Por não se enquadrarem neste intervalo, as VMs EI2 e FE4 foram eliminadas das respectivas VLs ESINT e AMEMP.

Por conseguinte, foram avaliados e validados os modelos de mensuração e de caminho ou estrutural (Henseler, Ringle, & Sinkovics, 2009). Visando garantir a validade do modelo de mensuração, foram adotados os valores das AVEs maiores que 0,5, já referidas, para a validade convergente, e os valores da confiabilidade composta, que avalia se a amostra está livre de enviesamento, maiores que 0,7 (Tabela 11). Com relação à validade discriminante, observou-se se as variâncias eram significativamente diferentes de zero e se as cargas fatoriais cruzadas mais altas estavam em suas respectivas VLs (Chin, 1998). Ou ainda, se as raízes quadradas dos valores das AVEs eram maiores que os valores das correlações entre as variáveis (Fornell & Larcker, 1981) (Tabela 12).

Tabela 11– Avaliação do modelo de mensuração

VL	VM	Cargas das VMs	AVE	CC
ESINT	EI1	0,78***	0,73	0,84
	EI3	0,92***		
FACIL	FA1	0,65***	0,57	0,80
	FA2	0,72***		
	FA3	0,88***		
NORMA	NO1	0,98***	0,82	0,94
	NO2	0,73***		
	NO3	0,98***		
AMEPM	FE1	0,95***	0,79	0,92
	FE2	0,95***		
	FE3	0,75***		
AMCON	FE5	0,94***	0,58	0,72
	FE6	0,53***		

***p < 0,001 (bilateralmente)

Com a apresentação dos resultados dos três aspectos avaliados no modelo de mensuração, constata-se a validade do modelo para este estudo, seguindo-se com a avaliação e validação do modelo de caminho ou estrutural, sendo, portanto, considerado como bem ajustado (Hair Jr *et al.*, 2014), o modelo estrutural que é avaliado e validado pelos resultados: i) do coeficiente de determinação de Pearson (R^2) (Tabela 12); ii) da Estatística *t-Student*, do *Cross-validated redundancy* (Q^2); e iii) do *Effect size* (f^2) (Tabela 13).

Tabela 12 – Validade discriminante pelo critério de Chin (1998) e pelo critério de Fornell e Larcker (1981)

Critério de Chin	AMCON	AMEMP	ESINT	FACIL	NORMA
EI1			0,77		
EI3			0,92		
FA1				0,62	
FA2				0,74	
FA3				0,88	
FE1		0,95			
FE2		0,95			
FE3		0,74			
FE5	0,92				
FE6	0,47				
NO1					0,98
NO2					0,74
NO3					0,98
R Square	0,73	0,17	-----	-----	-----
Critério de Fornell-Larcker	AMCON	AMEMP	ESINT	FACIL	NORMA
AMCON	0,66				
AMEMP	-0,28	0,88			
ESINT	0,83	-0,17	0,73		
FACIL	0,63	-0,19	0,66	0,76	
NORMA	0,65	0,08	0,69	0,69	0,91

R Square: Valores referenciais, 2%, 13% e 26%, são considerados pequeno, médio e grande.

O R^2 encontrado ao nível de 17% e de 73% é considerado pela literatura como um valor médio e grande (Cohen, 1988), revelando que os efeitos dos procedimentos de transição nas VLs ESINT, FACIL e NORMA e os efeitos dos procedimentos de não transição nas VLs AMEMP e AMCON são estatisticamente significativos ao nível de 5% de probabilidade.

O Q^2 avaliou o quanto o modelo se aproximou do modelo ajustado. Nesse caso, a condição necessária era que os valores obtidos das VLs fossem maiores que zero (Hair Jr *et al.*, 2014). O f^2 avaliou a utilidade de cada VL para o ajuste do modelo. Neste estudo, com exceção da VL AMCON, que apresentou um valor muito pequeno, todas as outras foram consideradas grandes.

Tabela 13 – Avaliação do modelo estrutural

VL	VM	Estatística <i>t-Student</i>	CV RED (f^2)*	CV COM (Q^2)**
ESINT			0,20	0,20
	EI1	04,70		
	EI3	35,51		
FACIL			0,17	0,17
	FA1	03,38		
	FA2	04,52		
	FA3	15,22		
NORMA			0,63	0,64
	NO1	76,60		
	NO2	07,02		
	NO3	76,60		
AMEPM			0,55	0,07
	FE1	13,32		
	FE2	13,32		
	FE3	4,219		
AMCON			0,03	0,20
	FE5	13,78		
	FE6	02,05		
GoF Valor referencial 0,36, é considerado adequado	$= \sqrt{MP \times R^2_M} = \sqrt{0,6639 \times 0,44927} = 0,5461$ $MP = 3AVE1 + 3AVE2 + 3AVE3 + 3AVE4 + 3AVE5/14 = 0,6639$ $R^2_M = 0,726842 + 0,171697/2 = 0,44927$			

CV COM (f^2): Valores referenciais, 0,02, 0,15 e 0,35, são considerados pequeno, médio e grande (Hair Jr *et al.*, 2014).

CV RED (Q^2): Valor referencial, $Q^2 > 0$ (Hair Jr *et al.*, 2014).

Por último, foi avaliado o indicador *Goodness of fit* (GoF) sendo um indicador de ajuste geral recomendado para os modelos em que todas as VLs são reflexivas (Tenenhaus,

Vinzi, Chatelin, & Lauro, 2005), que obteve como resultado o valor 0,5461 (Tabela 13), confirmando-se adequado o modelo especificado neste estudo (Wetzels, Odekerken-Schröder, e Van Oppen (2009). Na sequência os valores dos coeficientes de caminho serão apresentados na Tabela 14, e interpretados conforme a teoria proposta, mesmo que algumas relações causais se apresentaram negativas.

Tabela 14 – Valores dos coeficientes de caminho (Γ) do modelo ajustado
Relações causais

Variáveis exógenas		Variáveis endógenas	Hipóteses	Coefficientes de Caminho (Γ)	Resultado
ESINT	→	AMEPM	H1	- 0,290	Não confirmado
	→	AMCON		0,715	Confirmado
FACIL	→	AMEPM	H2	- 0,374	Não confirmado
	→	AMCON		0,003	Confirmado
NORMA	→	AMEPM	H3	0,535	Confirmado
	→	AMCON		0,171	Confirmado

Os resultados da relação causal entre a variável ESINT e as variáveis AMEPM e AMCON indicam que as PMEs mobilizaram esquemas interpretativos na prática de contabilidade, ou seja, os novos procedimentos exigidos para elaboração de demonstrações contábeis foram empregues racionalmente por estas empresas em interação. Estas ações associam positivamente a aplicação da NBC TG 1000 na prática de contabilidade pelas empresas pesquisadas no Brasil ($\Gamma=0,715$; $p < 0,05$), confirmando assim a H1. Estes resultados são consistentes com os estudos anteriores relacionados com a definição da modalidade de estruturação esquema interpretativo (Giddens, 2009; Junquilha, 2003). Por outro lado, a associação da NBC TG 1000 na prática de contabilidade não está relacionada com a ampliação das atividades negociais das pequenas empresas no mercado internacional ($\Gamma=-0,290$; $p < 0,05$), consistente com o resultado de Panagiotidou (2015). No estudo deste autor, os resultados indicam que não há expansão da atividade negocial da PMEs para o mercado internacional, em decorrência da adoção das IFRS, principalmente se a atividade negocial for prestação de serviço. Essa relação negativa pode ser percebida também na próxima relação causal entre a variável FACIL e a variável AMEMP ($\Gamma=-0,374$; $p < 0,05$, veja a Tabela 14), por isso, as suas interpretações não são apresentadas a seguir.

A relação causal entre a variável FACIL e a variável AMCON também obteve resultado positivo. Este resultado permite afirmar que as PMEs utilizaram facilidade (recurso) ao aplicar a norma internacional na prática de contabilidade, ou seja, as políticas e práticas contábeis adotadas pelas PMEs, no período de transição das normas de contabilidade, requereram recursos que envolveu mais interesse pela informação para gestão dos negócios, mais responsabilidade profissional e mudança nos recursos tecnológicos. Estas ações associam positivamente os recursos utilizados, pelas empresas pesquisadas no Brasil, na aplicação da NBC TG 1000 à prática de contabilidade ($\Gamma=0,003$; $p < 0,05$), confirmando assim a H2. Este resultado é consistente com resultados encontrados em estudos anteriores relacionados com os recursos aplicados pelas empresas na mudança para as normas internacionais de contabilidade (Almeida & Beuren, 2012).

Da mesma forma, a relação causal entre a variável NORMA e a variável AMCON obteve resultado positivo, determinando a associação positiva entre a aplicação da NBC TG 1000 na prática de contabilidade e os novos procedimentos exigidos para divulgação de demonstrações contábeis ($\Gamma=0,171$; $p < 0,05$). Este resultado confirma que as PMEs no decorrer da interação para implementar as normas de contabilidade estavam limitadas à sanção normativa, confirmando o proposto em H3. Este resultado é consistente com o estudo de Almeida e Beuren (2012), quando se reporta à ‘modalidade de estruturação norma’ como um meio que legitima comportamentos institucionalizados. Confirma-se, também, a hipótese H3 para a relação casual entre as variáveis NORMA e AMEPM ($\Gamma=0,535$; $p < 0,05$).

Uma vez concluída esta seção de análise dos coeficientes de caminho, a MEE ajustada às variáveis ESINT, FACIL, NORMA, AMEMP e AMCON confirmou a estruturação da prática de contabilidade pelas PMEs, semelhante à estruturação da prática social proposta na Teoria da Estruturação; e forneceu os escores fatoriais de cada variável, por cada empresa, que somados serão utilizados nas técnicas de estatística descritiva e na análise multivariada e análise de regressão múltipla como variável dependente estimada denominada APLIC, para verificar o nível de aplicação dos procedimentos de transição e de não transição, no que se refere a adoção da NBC TG 1000, na prática de contabilidade, pelas PMEs.

3.4.2 Estatística descritiva

As estatísticas resumo para cada um dos cinco conjuntos de variáveis independentes, incluindo a variável dependente APLIC, estão dispostas na Tabela 15 (Malhotra, 2012; Mendes, 2006).

Tabela 15 – Estatísticas resumo obtidas a partir dos cinco conjuntos de itens, bem como do nível de aplicação da NBC TG 1000 pelas PMEs

	ESINT	FACIL	NORMA	AMEMP	AMCON	APLIC
Média	7,28	5,26	3,77	0,47	1,40	5,71
Mediana	6,00	5,00	3,00	0,00	1,00	4,41
Desvio padrão	5,65	3,72	3,37	0,96	0,76	3,83
Variância	31,97	13,86	11,42	0,92	0,58	14,67
Mínimo	0	0	0	0	0	0
Máximo	21	14	10	3	3	14
Percentis						
25	2,00	2,00	,00	,00	1,00	2,64
75	10,00	8,00	6,00	,00	2,00	8,30
N Validos	43	43	43	43	43	43

Analisando a Tabela 15, verifica-se que o valor máximo da variável estimada APLIC para qualquer PME foi de 14 e o mínimo é de 0. O valor máximo de 14 para APLIC, refere-se ao maior valor em torno do nível de adoção inicial da NBC TG 1000, que é relativo ao que foi informado pelas PMEs, sobre os procedimentos de transição e os procedimentos de não transição, na prática de contabilidade. O valor mínimo de 0, diz respeito ao menor valor em torno da adoção inicial da NBC TG 1000, indicando que alguma PME tem o escore zero.

Ao analisar a Tabela 3, percebe-se ainda que a mediana da variável APLIC foi de 4,41, representando que 50% de APLIC teve pontuação ou escore inferior ou igual a 4,41 e os outros 50% acima de 4,41. Apenas 25% das PMEs têm o valor de APLIC mais alto, pontuado em pelo menos 8,3, indicando que pouquíssimas PMEs adotaram altos procedimentos para mudar as normas de contabilidade.

3.4.3 Análise multivariada e análise de regressão múltipla

Para o presente estudo, foi desenvolvido o modelo de regressão múltipla adaptado de Malhotra (2012, p. 432), estimando a equação que se segue com o objetivo de avaliar a influência das modalidades de estruturação, ESINT, FACIL E NORMA em termos de APLIC.

$$\text{APLIC} = \beta_0 + \beta_1 \text{ESINT} + \beta_2 \text{FACIL} + \beta_3 \text{NORMA} + \beta_4 \text{VAINT} + \beta_5 \text{PFCON} + \beta_6 \text{CJPRO} + e$$

Onde:

APLIC = representa o nível de aplicação da NBC TG 1000

ESINT = representa o conjunto de novos procedimentos exigidos para elaboração de demonstrações contábeis

FACIL = representa o conjunto das políticas e práticas contábeis de transição das normas de contabilidade

NORMA = representa o conjunto de novos procedimentos exigidos para divulgação de demonstrações contábeis

VAINT = representa o volume de venda anual internacional

PFCON = indica o vínculo do profissional da contabilidade à empresa

CJPRO = indica se o profissional da contabilidade aplicou o critério de julgamento nos procedimentos da contabilidade

Um *outlier* univariado foi encontrado para as variáveis VAIN, PFCON e CJPRO (os escores padronizados excederam 2,64, valor $p < 0,01$, bilateralmente). Os três *outliers* foram marcados com um *outlier* na análise multivariada (d.f.=3, distância *Mahalanobis* > 21,14, valor $p < 0,01$, bilateralmente). Para as análises que incluíram as variáveis de controle, VAIN, PFCON e CJPRO, foi descartado aquele *outlier* e foi considerada a amostra com 42 PMEs (Malhotra, 2012).

A Tabela 16, a seguir, apresenta uma análise multivariada dos dados na forma de uma matriz de correlação da variável dependente, independentes e de controle.

Tabela 16 – Matriz de correlação das variáveis: dependente, independentes e de controlo

	APLIC	ESINT	FACIL	NORMA	VAINT	PFCON	CJPRO
APLIC	1						
ESINT	,809**	1					
FACIL	,770**	,458**	1				
NORMA	,800**	,443**	,638**	1			
VAINT	,108	,000	-,155	,060	1		
PFCON	,171	,063	,219	,299	-,359*	1	
CJPRO	,744**	,693**	,533**	,552**	-,137	,266	1

Correlação de *Spearman*

** , * A correlação é significativa ao nível de 1% e 5%, respectivamente (bilateralmente).

Observando-se a Tabela 16, verifica-se que as variáveis ESINT, FACIL, NORMA e CJPRO estão relacionadas linearmente, comprovando que elas se correlacionam significativamente em termo de APLIC. Isso significa que as ações das PMEs, envolvidas na reprodução da prática de contabilidade, possuem relações lineares com o processo da contabilidade, por meio dos procedimentos de transição e os de não transição.

Analisando-se a Tabela 16, constata-se ainda a correlação baixa entre as variáveis VAINTE e PFCON (-,359), este facto é um indicativo de ausência de multicolinearidade na análise de regressão múltipla (Malhotra, 2012).

A Tabela 17 apresenta as estimativas dos coeficientes de dois conjuntos de regressão múltipla, onde: o primeiro conjunto analisa o efeito das variáveis independentes, diretamente relacionadas com as modalidades da estruturação da prática de contabilidade, em termo de APLIC, e o segundo conjunto analisa o efeito de todas as variáveis (independentes e de controlo) em termo de APLIC.

Tabela 17 – Estimativas dos coeficientes de regressões múltipla com os respectivos valores da estatística *t*-Student e nível descritivo *p*.

Variáveis	Coeficientes	Estatística <i>t</i>	Valor <i>p</i>	Coeficientes	Estatística <i>t</i>	Valor <i>p</i>
ESINT	,587**	16,914	≤ 0,01	,541**	14,806	≤ 0,01
FACIL	,244**	6,170	≤ 0,01	,271**	7,926	≤ 0,01
NORMA	,354**	8,978	≤ 0,01	,288**	7,543	≤ 0,01
VAINT				,114	3,984	≤ 0,01
PFCON				,020	,693	0,49
CJCON				,091	2,236	0,03
R		98,3%			98,9%	
R ² Ajustado		96,3%			97,4%	
Estatística F		364,752			262,567	
N		42			42	

Os resultados da estimação de APLIC, apresentados na Tabela 17, evidenciam coeficientes positivos e estatisticamente significativos para as variáveis ESINT, FACIL e NORMA nas duas análises de regressões, corroborando a existência de uma relação entre a aplicação da NBC TG 1000 e as modalidades de estruturação da prática de contabilidade pelas PMEs nos moldes da estruturação da prática social fundamentada na Teoria da Estruturação. O R² é altamente significativo e quatro características são significativas para explicar APLIC: i) a influência do ESINT; ii) a influência da FACIL; iii) a influência da NORMA; e iv) a influência da VAINTE (valor *p* ≤ 0,01, bilateralmente). Os valores dos coeficientes dessas variáveis confirmam assim as H1, H2 e H3, respectivamente. Como pode ser observado, na Tabela 17 acima apresentada, através dos valores dos coeficientes e respectivos valores críticos da Estatística *t*-Student ao nível de 1% de probabilidade. Estes resultados corroboram com os resultados obtidos neste estudo, na secção 3.4.1, relativos à aplicação da Teoria da Estruturação, na preparação da contabilidade pelo normativo internacional, pelas PMEs confirmada em uma MEE.

3.5 Considerações Finais

O presente estudo teve por objetivo verificar o nível de aplicação dos procedimentos de transição e de não transição, no que se refere à adoção da NBC TG 1000, pelas PMEs, com

fundamento nas modalidades de estruturação da prática social proposta pela Teoria da Estruturação.

Dos resultados de inferência da amostra, a evidência empírica demonstra que, no ano de 2014, primeiro ano, após o triênio esperado para as PMEs aderirem ao normativo simplificado, convergente com as normas internacionais, o nível de aplicação dos procedimentos de transição foi moderado. Embora os países que adotam as *full* IFRS, apresentem uma probabilidade maior para adotar o normativo simplificado (Kaya & Koch, 2014), essa probabilidade ainda não pode ser confirmada com êxito no caso do Brasil. Contudo, há uma forte tendência de o país elevar esses resultados, tanto em decorrência da adoção plena das *full* IFRS para as empresas de capital aberto, como em decorrência da importância da informação financeira das PMEs, alinhada com as normas internacionais, no mercado globalizado (Masca & Gall, 2008). Adicionalmente, no caso do Brasil, o moderado nível de aplicação do normativo simplificado, ainda pode ser explicado pelo facto das reminiscências culturais do antigo sistema de normas de contabilidade baseado no modelo *code law* (Masca, 2012).

Os testes realizados revelaram também que a prática de contabilidade pelas PMEs pesquisadas, com fundamento na Teoria da Estruturação, confirmam as hipóteses de que as ações dessas empresas, aplicando os procedimentos de transição e os de não transição, são moldadas pelas propriedades estruturais do contexto institucionalizado no modelo *common law*. Essa realidade é consistente com o preceito da Teoria da Estruturação de que aquelas ações não ocorreram ao acaso, mas condicionadas pelas características estruturais do contexto histórico-social onde as empresas operam (Junquillo, 2003; Miller, 1994).

De acordo com a noção de dualidade da estrutura, i) os novos procedimentos exigidos para elaboração de demonstrações contábeis; ii) as novas políticas e práticas contábeis de transição das normas de contabilidade; e iii) os novos procedimentos exigidos para divulgação de demonstrações contábeis, constituíram as modalidades de estruturação mobilizadas pelas PMEs, no decorrer da produção da prática de contabilidade. Tais modalidades na interação são também, ao mesmo tempo, os meios de reprodução das características estruturais do sistema de normas de contabilidade baseado nas IFRS institucionalizado recentemente no Brasil. Esta situação tem influência na adoção da NBC TG 1000, pelas PMEs porque as características estruturais tanto facilitam como constroem as ações das PMEs. Por um lado, as informações financeiras baseadas na prática de contabilidade com normas de melhor

qualidade facilitam as atividades negociais das PME's no mercado globalizado. Por outro, essas mesmas características estruturais criam exigências normativas para o desenvolvimento da prática de contabilidade e, conseqüentemente, das demonstrações contábeis, que evidenciam as informações financeiras.

Contudo, estamos cientes de que o estudo não está livre de limitações. Uma delas, diz respeito à quantidade de PME's analisadas. A outra está relacionada com o nível moderado de aplicação dos procedimentos de transição e de não transição do normativo pelas PME's. Essa indicação pode ser uma oportunidade de investigação futura. Para verificar se as PME's ao serem obrigadas a aplicar as normas de contabilidade pelo modelo *common law*, elas optaram imediatamente pelas *full IFRS* ou ainda permanecem utilizando as normas de contabilidade pelo modelo *code law*.

Considerações Finais

[Esta página foi propositadamente deixada em branco]

Considerações Finais

Esta Tese objetivou compreender o processo de adoção das IFRS no caso do Brasil. Neste sentido, foram desenvolvidas três questões gerais de pesquisa, as quais corresponderam a três ensaios, que envolveram uma revisão sistemática da literatura, uma pesquisa qualitativa e uma pesquisa quantitativa. Os dados para esses ensaios foram coletados por meio de uma equação de pesquisa, por meio de uma entrevista semiestruturada e por meio de um inquérito por questionário, respectivamente. Dessa forma, os três ensaios distintos, porém vinculados pela temática da adoção das IFRS, forneceram, de forma individual, o resultado de um estudo empírico e a sugestão para a investigação futura, a seguir apresentados:

A revisão sistemática da literatura, apresentada no Ensaio 1, procurou responder a primeira questão geral de pesquisa, ou seja, analisar de que forma a literatura vem debatendo a temática relacionada com a adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade (informação financeira), no período compreendido entre o ano de 2007 e o ano de 2013, dando sequência ao que foi analisado por Soderstrom e Sun (2007).

Considerando o estudo destes autores, sobre a adoção das IFRS e a qualidade da contabilidade, que analisou as pesquisas relacionadas com as consequências das mudanças das normas de contabilidade (adoção das IFRS), tendo por base a literatura contábil publicada nos principais periódicos selecionados a partir de 1990, onde se observou que os principais determinantes da contabilidade, após a adoção das normas, perpassam pelos fatores, qualidade da norma, sistema político e legal do país e incentivo das informações financeiras, a análise, realizada no Ensaio 1, prosseguiu com o período de 2007 até 2013, através das equações de pesquisa ‘adoção das IFRS’ e a ‘qualidade da contabilidade’, tendo por base a literatura contábil publicada na *Web of Science*. Os resultados encontrados demonstram a persistência na literatura científica de que a ‘qualidade da contabilidade’ não depende apenas das normas em si, ou seja, a ‘qualidade da contabilidade’ depende de fatores relacionados com as características de cada país, tais como as determinantes citadas por Soderstrom e Sun (2007).

Na análise realizada sobre a determinante adoção das normas de contabilidade (IFRS) e a qualidade da contabilidade, no Ensaio 1, os estudos mais recentes divergem no que diz respeito a esta determinante. Por exemplo, considerando o resultado do estudo de Chen *et al.* (2010), a qualidade da contabilidade melhorou após a adoção das IFRS. Para alcançar este resultado, os autores utilizaram indicadores, tais como a gestão dos resultados, a magnitude

dos acréscimos discricionários e a qualidade destes acréscimos, com uma *proxi* para a qualidade da contabilidade. Entretanto, considerando a investigação de Pope e McLeay (2011), referente ao projeto de harmonização das IFRS na UE, mais especificamente, relativos aos custos, aos benefícios e aos desafios de pesquisas que podem surgir no que diz respeito a esta harmonização, estes autores destacam que as consequências da adoção das IFRS e a qualidade de sua execução, estão longe de ser uniforme em toda a Europa e, como tal, dependem de fatores que refletem os incentivos dos preparadores das normas e a eficácia da aplicação doméstica.

Ainda no Ensaio 1, analisou-se se a determinante sistema político e legal do país mantém influência sobre a qualidade da contabilidade. Neste ponto específico, o estudo de Cohen *et al.* (2013) reforça o papel do sistema legal do país. Estes autores encontram que os auditores são mais propensos a restringir informações agressivas sob normas de contabilidade com base em princípios (IFRS) do que sob normas de contabilidade com base em regras, tanto nos regimes regulatórios fortes como fracos.

A última das análises realizadas no Ensaio 1, consistiu em verificar na literatura estudos que se relacionassem com a determinante incentivos das informações financeiras e a qualidade da contabilidade, após o ano de 2007. Esta análise destacou dentre os estudos levantados, a investigação de Daske *et al.* (2008). Nesta investigação, os autores evidenciaram que, em média, a liquidez do mercado aumentou, em todo o período de adoção das IFRS, onde houve incentivos das informações das empresas e do regime de aplicação das normas de contabilidade do país, proporcionando desta maneira a qualidade da informação financeira (qualidade da contabilidade).

Estas análises corroboraram as conclusões apresentadas do Ensaio 1, ressaltando a persistência na literatura científica, entre o período pesquisado de 2007 a 2013, dos resultados anteriormente referidos por Soderstrom e Sun (2007). Ou seja, a qualidade da contabilidade depende da qualidade da norma em si, depende dos sistemas políticos e legais do país e depende dos incentivos para a divulgação dos relatórios financeiros. Adicionalmente, este estudo avança na literatura com a justificativa de que os resultados da análise de Soderstrom e Sun (2007) ampliados pelos resultados do Ensaio 1 reforçam o entendimento de que estas determinantes são decorrentes das influências dos fatores institucionais, dos valores e das crenças provenientes da sociedade. Esta justificativa motivou e sugeriu a investigação seguinte que se desenvolveu com o propósito de compreender como ocorreu o processo de

convergência e adoção das IFRS no contexto social brasileiro. Dito de outra maneira, analisar como os fatores institucionais envolveram e foram envolvidos no decorrer da mudança da lógica institucional doméstica aplicada na prática da contabilidade para a lógica institucional internacional baseada nas IFRS, como foi o caso mais recente ocorrido no país – a adoção plena das normas internacionais de contabilidade tanto para o setor privado como para o setor público.

O Ensaio 1, além de sugerir a investigação sobre o processo de convergência e adoção das IFRS no contexto social brasileiro, realizada no Ensaio 2, também contribuiu para a revisão de literatura relacionada com a temática ‘adoção das IFRS’ e a ‘qualidade da contabilidade’, ampliando o estudo de Soderstrom e Sun (2007). O estudo desses autores foi realizado em função do recorte temporal de 1990 a 2006, tendo por base uma abordagem histórica, e o Ensaio 1 deu sequência com a análise bibliométrica dos artigos publicados na base de dados *Web of Science*, a partir do ano de 2007 até o ano de 2013.

A pesquisa qualitativa, apresentada no Ensaio 2, objetivou dar resposta à segunda questão geral de pesquisa, que procurou compreender como os fatores institucionais, abordados na revisão de literatura, influenciaram e foram influenciados no processo de convergência e adoção das IFRS no contexto social brasileiro. Para responder a questão de pesquisa, foram entrevistados os reguladores, os gestores, os preparadores e os aplicadores das normas internacionais de contabilidade, baseadas nas IFRS, institucionalizadas no Brasil, através de uma entrevista semiestruturada. O Brasil foi selecionado para o suporte empírico deste estudo, pelo menos, por três motivos. O primeiro, não há estudos, até onde se conhece, sobre o caso da adoção das IFRS neste país; o segundo, pelo facto de o Brasil ser um país que tem autonomia política para adotar as IFRS, diferentemente do que ocorre na Romênia (Albu *et al.*, 2011), em Portugal (Guerreiro *et al.*, 2014), por exemplo, que são países que dependem de autorização da UE para adotar as IFRS; o terceiro, as normas brasileiras de contabilidade do sistema anterior eram originadas do modelo *code law* e a mudança deste sistema para as IFRS, que são fundamentadas no modelo *common law*, era provável de encontrar dificuldade (Albu *et al.*, 2011). Os resultados revelam que uma das iniciativas do país para adotar as IFRS foi afastar o poder do Estado do processo de preparação das normas de contabilidade.

A metodologia e a análise e apresentação de resultados no Ensaio 2 seguiram a abordagem qualitativa fundamentada no modelo conceptual adaptado, resultante da

combinação dos modelos propostos por Dillard *et al.* (2004) e por Guerreiro *et al.* (2014), que proporcionou uma visão global da convergência e adoção das IFRS, no caso do Brasil.

No Ensaio 2, a visão global da convergência e adoção das IFRS, no nível econômico e político, revela que o país decidiu corroborar com as pressões exercidas pelo CPC, sucessor da antiga Comissão Consultiva da CVM, no sentido de autorizar a mudança para as normas internacionais de contabilidade e apoiar que as agências reguladoras realizem convênio com entidades que tenham por objetivo o estudo e a preparação das normas de contabilidade e de auditoria. Esta decisão não só destitucionalizou as normas do modelo *code-law* como mudou o ambiente de preparação das normas de contabilidade para o nível do campo organizacional, deslocando a preparação das normas de contabilidade do poder estatal para o poder privado, tendo em vista que o CPC é uma entidade totalmente autônoma, inclusive dos próprios representantes que o compõem. Assim, a decisão do país representou a mudança da estrutura de significação, dominação e legitimação para os critérios de normas de contabilidade baseados nas IFRS e permitiu que a preparação dessas normas, de agora em diante, seja realizada por uma entidade privada. Essa mudança no nível social (econômico e político), dentro do ordenamento legal do país, interrompeu a tradição do modelo *code law*. Para depois permitir a mudança das normas de contabilidade no nível do campo organizacional pelas ações do CPC em função dos critérios do IASB. Diferentemente do que previu o modelo conceptual proposto por Dillard *et al.* (2004), os critérios do nível do campo organizacional no Brasil não foram estabelecidos em função dos critérios do país. Com a transferência da preparação das normas de contabilidade para o nível do campo organizacional, o sistema de normas de contabilidade financeiro foi privatizado e os critérios pretendidos pelas organizações representadas no CPC são em função dos critérios de uma entidade internacional – o IASB.

O Ensaio 2 revela, ainda, que o processo de mudança institucional, das antigas NBC (s) para as novas NBC (s) foi realizado no nível do campo organizacional e foi consistente, parcialmente, com o modelo conceptual adaptado para o estudo. A mudança para as IFRS foi realizada por meio de uma entidade privada representante dos principais interessados pelas normas internacionais de contabilidade (APIMEC NACIONAL, que representa os usuários; ABRASCA, que representa as companhias de capital aberto; BM&FBOVESPA, que representa o mercado futuro; CFC, que representa os profissionais da contabilidade; FIPECAFI, que representa a academia; IBRACON, que representa os auditores

independentes). Cabe ao CPC emitir os documentos da contabilidade de acordo com os critérios estabelecidos pelo IASB, ou seja, tal qual as IFRS. Isso fez toda a diferença no Brasil, os critérios estabelecidos para as normas de contabilidade não foram definidos pelo sistema legal do país (anteriormente prevalente do modelo *code-law*), mas por uma entidade transnacional – o IASB, que se relaciona diretamente com o CPC. Desta forma, o novo esquema de representação adotado no Brasil não depende mais do sistema legal do próprio país. Aliás, esse foi o principal motivo de o CPC adotar as IFRS, o objetivo era ser uma entidade autônoma e única no país para emitir documentos da contabilidade.

Por último, a visão global da convergência e adoção das IFRS no Ensaio 2, no nível organização, aponta também que, após o CPC emitir os documentos da contabilidade, as agências reguladoras apenas regulamentam estes documentos e exigem a sua aplicação pelas empresas de capital aberto e de grande porte. E o CFC, como órgão fiscalizador do profissional da contabilidade, regulamenta a NBC TG 1000 e exige a sua aplicação pelas PMEs, porque estas empresas não possuem agência reguladora de normas de contabilidade, a exemplo do acontece com as empresas de capital aberto e empresas de grande porte. Este resultado, relacionado com a falta de um mecanismo efetivo de controle de aplicação da NBC TG 1000 pelas PMEs, sugeriu a investigação do Ensaio 3, que se desenvolveu com o propósito de verificar o nível de aplicação dos procedimentos de transição, no que se refere a adoção NBC TG 1000, na prática da contabilidade, pelas PMEs.

O Ensaio 2, além de sugerir a verificação do nível de aplicação do normativo simplificado pelas PMEs, realizado no Ensaio 3, contribui para a revisão de literatura relacionada com a temática ‘adoção das IFRS’, concretamente para o caso do Brasil. Mais especificamente, explicando como os fatores institucionais (sistema legal, cultural e histórico) do país influenciaram e foram influenciados neste processo. Embora uma mudança social desta magnitude, necessite de um tempo para a transição plena e, conseqüentemente, para a institucionalização do novo esquema de representação, como foi o caso do Brasil, devido à cultura arraigada das normas de contabilidade baseadas no modelo *code law* (regras), até então vigente, a composição dos interesses combinados pelo CPC reforçou a facilitação da mudança social divergente e a institucionalização das normas de contabilidade baseadas em princípios – as IFRS que ocorreu mais rapidamente.

A pesquisa quantitativa, apresentada no Ensaio 3, procurou responder a terceira questão geral de pesquisa que pretendeu verificar qual foi o nível de aplicação dos

procedimentos de transição, no que se refere a adoção da NBC TG 1000, na prática da contabilidade, pelas PMEs que mais crescem no Brasil, suportada pela Teoria da Estruturação de Giddens (2009). Para responder a esta questão de pesquisa, foram observados os procedimentos iniciais de transição para as normas internacionais de contabilidade pelas PMEs, seguindo as exigências da Seção 35 da Resolução CFC nº 1.255/09, que aprovou o normativo direcionado para estas empresas – NBC TG 1000, e foram utilizadas para fundamentação teórica as dimensões sociais da Teoria da Estruturação, através de um inquérito por questionário. Os resultados revelam que o nível de aplicação dos procedimentos de transição foi moderado, relativamente à adoção da NBC TG 1000, na prática da contabilidade, pelas PMEs que mais crescem no Brasil. A evidência empírica demonstra que o simples facto de o país ter regulamentado o normativo para as PMEs em consonância com as normas de contabilidade legitimadas no padrão do IASB, não significa que todas as PMEs estão adotando a referida norma. Esta evidência não confirma a evidência apresentada no estudo de Kaya e Koch (2014). No estudo destes autores, os países que adotam as IFRS full são os países mais prováveis de adotar o normativo simplificado. Contudo, a adoção e a regulamentação do normativo simplificado não implica na aplicação deste normativo pelas PMEs, como foi o caso do Brasil.

A metodologia e a análise e interpretação dos resultados no Ensaio 3 foram conduzidas pela abordagem pos-positiva, utilizando a Modelagem de Equação Estrutural (MEE) para nela incluir variáveis desenvolvidas com o propósito de testar as hipóteses de investigação, à luz das três modalidades de estruturação da prática social, i) esquema interpretativo; ii) facilidade; e iii) norma, e confirmar a estruturação da prática de contabilidade pelas normas internacionais de contabilidade.

A prática da contabilidade, relacionada com: i) os novos procedimentos exigidos para elaboração das demonstrações contábeis; ii) as novas políticas e práticas contábeis de transição das normas de contabilidade; e iii) os novos procedimentos exigidos para divulgação de demonstrações contábeis, é esperada para evidenciar um elevado nível de aplicação dos procedimentos de transição do normativo simplificado pelas PMEs. Além disso, espera-se confirmar a aplicação destes procedimentos de transição na prática da contabilidade pelas PMEs associada com as modalidades de estruturação da prática social, i) esquema interpretativo; ii) facilidade; e iii) norma, em uma MEE.

No Ensaio 3, os novos procedimentos exigidos para elaboração das demonstrações contábeis são traduzidos como esquemas interpretativos (Macintosh & Scapens, 1990); as novas políticas e práticas contábeis de transição das normas de contabilidade são tratadas como facilidade (Macintosh & Scapens, 1990); e os novos procedimentos exigidos para divulgação de demonstrações contábeis são identificados como norma (Macintosh & Scapens, 1990). A evidência obtida confirma que as modalidades de estruturação da prática da contabilidade foram bem ajustadas na MEE.

Na análise da relação entre as variáveis esquema interpretativo e ambiente da contabilidade apresentada no Ensaio 3, que correspondeu à aplicação dos novos procedimentos exigidos para elaboração de demonstrações contábeis empregues racionalmente pelas PMEs, o valor do coeficiente de caminho Γ 0,715 é confirmada e o modelo é considerado bem ajustado.

Na análise da relação entre as variáveis facilidade e ambiente da contabilidade, que correspondeu à utilização de novas políticas e práticas contábeis de transição das normas de contabilidade pelas PMEs, o valor do coeficiente de caminho Γ 0,003 também confirma o modelo como bem ajustado.

Ainda no Ensaio 3, a análise da relação entre as variáveis norma e ambiente da contabilidade, que correspondeu ao cumprimento dos novos procedimentos exigidos para divulgação de demonstrações contábeis pelas ações das PMEs, persiste com o resultado do valor do coeficiente de caminho Γ 0,171 confirmando que as PMEs no decorrer da interação para implementar as normas de contabilidade estavam observando à sanção normativa (comportamentos particulares).

A última das análises realizadas no Ensaio 3, consistiu na verificação da média da variável APLIC, obtida a partir dos resultados dos escores de cada empresa na MEE, indicando que 41% do valor máximo (14) de aplicação da NBC TG 1000 pelas PMEs. Esse percentual revelou que a maioria das PMEs aplicou o mínimo de procedimentos de transição, para as normas internacionais de contabilidade, na prática da contabilidade. Apenas 25% das PMEs têm o valor de APLIC mais alto, indicando que pouquíssimas PMEs adotaram altos procedimentos para mudar as normas de contabilidade, e na constatação, por meio de duas regressões múltiplas, da evidência dos coeficientes positivos e estatisticamente significativos para as variáveis esquema interpretativo, facilidade e norma, em termo da variável APLIC, corroborando a existência de uma relação entre a aplicação da NBC TG 1000 e as

modalidades de estruturação da prática da contabilidade pelas PMEs nos moldes da estruturação da prática social fundamentada na Teoria da Estruturação.

Estas observações corroboraram para as conclusões apresentadas no Ensaio 3, que ano de 2014, primeiro ano, após o triênio esperado para as PMEs aderirem ao normativo simplificado, convergente com as normas internacionais, o nível de aplicação dos procedimentos de transição foi moderado.

O resultado do Ensaio 3 complementou o Ensaio 2 realizado anteriormente sobre o processo de adoção das IFRS no Brasil. No Ensaio 2, foi identificado que as empresas de capital aberto e as empresas de grande porte já aplicavam as normas internacionais de contabilidade, no padrão do IASB, na prática da contabilidade, em decorrência da exigência da CVM, desde de 2005. Entretanto, este não era o procedimento seguido pelas PMEs, para as quais, o CFC passou a exigir, a partir de 2010, a aplicação da NBC TG 1000, por meio dos profissionais da contabilidade. Assim, não existe um órgão regulador da prática da contabilidade para as PMEs, como é o caso da CVM para as outras empresas. Por isso, este estudo tornou-se oportuno, tanto pela verificação do nível de aplicação da norma internacional de contabilidade como pela utilização da Teoria da Estruturação para explicar a prática da contabilidade. Para esta utilização última, uma MEE confirmou a aplicação dos procedimentos de transição e de não transição na prática da contabilidade, consistente com as modalidades de estruturação constituindo a prática social proposta por Giddens (2000, 2009). Estendendo a Teoria da Estruturação em estudos que se relacionam com Contabilidade e contrapondo a sugestão de limitação de sua pesquisa em função da falta de atenção da comunidade acadêmica contábil para com a Teoria da Estruturação, apresentada por Englund e Gerdin (2014).

No geral, a Tese ampliou a revisão de literatura relacionada com a temática do processo de convergência e adoção das IFRS com a inclusão do caso do Brasil. Ao fazer isto, o estudo compreendeu a mudança do regime de normas de contabilidade para as normas por IFRS, normas de melhor qualidade, e apresentou a especificidade relativa às principais interações sociais e fatores institucionais que influenciaram e foram influenciados no contexto social brasileiro. A Tese também aprofundou a compreensão sobre como um novo sistema de normas de contabilidade é estruturado na prática da contabilidade pelas PMEs, em um contexto social que adotou as *full* IFRS, tanto para o setor privado como para o setor público. Nos termos do conceito de Scott (2008) no Brasil as IFRS alcançaram integralmente o

ambiente regulatório e tornaram-se um sistema de normas de contabilidade por princípios para a profissão contábil (Guerreiro *et al.*, 2014). Embora, este sistema esteja longe de se tornar um conjunto único de normas internacionais de contabilidade, tendo em vista, que é necessário envolver elementos culturais e fatores institucionais, relativos ao contexto social, como condições preponderantes para se adotar as IFRS. Mesmo que os documentos da contabilidade preparados pelo CPC sejam semelhantes as normas emitidas pelo IASB, apenas traduzidos para o português e submetidos à audiência pública para, na sequência, o agente regulador regulamenta estes documentos e torná-los obrigatórios no país.

Contribuições Esperadas

Esta tese contribui para a literatura relacionada com a adoção e a aplicação das IFRS de várias maneiras. No Ensaio 1, os termos '*IFRS Adoption*' e '*Accounting quality*', retirados do estudo de Soderstrom e Sun (2007), para revisar como a literatura vem debatendo esta temática, no período posterior à investigação desses autores, reforçaram o entendimento de que a qualidade da contabilidade não pode ser avaliada apenas em função da adoção das IFRS, quer seja de forma voluntária, quer seja de forma obrigatória. Desta forma, este estudo apresenta a persistência na literatura do entendimento de que a qualidade da contabilidade pespara, pelo menos, pelos determinantes: sistemas político e legal dos países e, também, pelos incentivos de cada país.

No Ensaio 2, a fundamentação teórica resultante da combinação do modelo conceptual de mudança institucional proposto por Dillard *et al.* (2004) com o modelo para implementação de um sistema de normas de contabilidade baseado nas IFRS proposto por Guerreiro *et al.* (2014), foi aplicada para compreender como ocorreu o processo de convergência e adoção das IFRS no contexto social brasileiro. Verificou-se que, nem sempre, os critérios do nível do campo organizacional são estabelecidos em função dos critérios do nível económico e político, conforme prevê o modelo conceptual de Dillard *et al.* (2004). Além disso, o estudo mostrou uma compreensão mais profunda sobre a dinâmica dos atores sociais envolvidos no processo de mudança do sistema de normas de contabilidade baseado em regras para as IFRS, facilitando a mudança do sistema social no Brasil. As pressões exercidas pelas ações dos atores do CPC ilustram bem a influência destes no nível do campo organizacional, mudando e moldando a lógica do sistema de normas de contabilidade baseado

nas IFRS, em cooperação com as ações do IASB. As ações do CFC revelam como os seus interesses foram acomodados nos três níveis do sistema social. Desta forma, este estudo contribuiu para a revisão de literatura relacionada com a temática do processo de convergência e adoção das IFRS, mais especificamente com uma abordagem sociológica sobre o caso do Brasil.

No Ensaio 3, as modalidades da estruturação da prática social proposta pela Teoria da Estruturação confirmadas em uma MEE, fornecem os meios para verificar o nível de aplicação dos procedimentos de transição, no que se refere a adoção da NBC TG 1000, na prática da contabilidade, pelas PMEs no contexto social brasileiro. Constatou-se que, nem sempre, o nível de aplicação do normativo baseado nas IFRS em país que adotou as *full* IFRS é moderado. Diferentemente do que prevê o estudo de Kaya e Koch (2014) a regulamentação da NBC TG 1000 por si só não é a mesma coisa que a aplicação desse normativo. Contudo, a confirmação da Teoria da Estruturação é constatada por meio de uma MEE como suporte teórico competente para explicar a prática da contabilidade pelas ações das PMEs em interação. Desta forma, espera-se contribuir para a revisão de literatura relacionada com a temática sobre a adoção das IFRS simplificadas (sistema de normas de contabilidade financeira) pelas PMEs, em um país que adotou as *full* IFRS, suportada pela Teoria da Estruturação.

Sugestões para Investigação Futura

A natureza dos dados analisados no estudo de caso apresentado no segundo ensaio, por não consistir em uma evidência empírica focada na aplicação das normas internacionais de contabilidade, na prática da contabilidade, a partir de 2005, pelas empresas de capital aberto e pelas empresas de grande porte, não permite testar as informações financeiras divulgadas nos relatórios financeiros para comparar o antes com o depois do sancionamento da Lei nº 11.638/07, visto que essas empresas não adotavam as IAS antes de 2010, marco inicial de adoção das IFRS obrigatórias no Brasil. Uma sugestão de investigação futura, condicionada à obtenção dos dados desses relatórios financeiros, consiste na comparação, em séries temporais, antes e depois da adoção obrigatória das IFRS com o objetivo de verificar se a consistência dos dados pelas IAS continham diferenças significativas dos dados pelas IFRS, ao nível dessas empresas que prestam contas públicas.

Outra sugestão de investigação futura consiste em ampliar a evidência obtida no estudo apresentado no terceiro ensaio com relação às PME's, no sentido de verificar se o moderado nível de aplicação da NBC TG 1000, na prática da contabilidade, é justificado pelo facto das PME's ao serem obrigadas a adotar as normas internacionais de contabilidade, optaram logo pela *full* IFRS ou se ao nível das PME's persiste a cultura do modelo *code law*.

[Esta página foi propositadamente deixada em branco]

Apêndices

[Esta página foi propositadamente deixada em branco]

Apêndice A – Base de dados

	Autores	Ano	Tipo de documento	Área de Pesquisa	Idioma	Revista de publicação	País de publicação	Objetivo	Conclusões
1	Philip Brown e Ann Tarca	2007	Artigo	Negócio económico	Inglês	ABACUS	Austrália	Fornecer uma análise das atividades de dois tipos muito diferentes de conselho de aplicação doméstica, o U.K's Financial Reporting Review Panel (FRRP) e a Australian Securities and Investments Commission (ASIC).	A análise dos casos revela que, para ambos os conselhos, a metade das atividades, aproximadamente, era ligada às questões de mensuração e reconhecimento, onde a interpretação pode ser crucial. Embora tenham potencial para apresentar diferenças entre os países, elas podem ser mitigadas com a participação de ambos os conselhos nas atividades de coordenação da aplicação internacional.
2	Messod D. Beneish e Teri Lombardi Yohn	2008	Artigo	Negócio económico	Inglês	Journal of Accounting and Public Policy	EUA	Avaliar se a adoção das IFRS reduz os custos de processamento da informação ou diminui a incerteza do investidor sobre a qualidade dos relatórios financeiros ou a distribuição dos fluxos de caixa futuros.	A avaliação conclui que é improvável que a adoção global das IFRS afete as tendências domésticas.
3	Holger Daske, Luzi Hail, Christian Leuz e Rodrigo Verdi	2008	Artigo	Negócio económico	Inglês	Journal of Accounting Research	EUA	Analisar as consequências económicas das informações IFRS obrigatórias em torno do mundo. Para isso, foi analisado os efeitos na liquidez de mercado, custo de capital em 26 países.	Nós encontramos que, em média, a liquidez do mercado no período de introdução das IFRS aumentou. Também encontramos uma diminuição no custo de capital e um aumento na valorização das ações das empresas, mas apenas se calcularmos a possibilidade de que os efeitos ocorrem antes da data de adoção oficial. Particionando nossa amostra, verificamos que os benefícios para o mercado de capital ocorrem apenas em países onde as empresas têm incentivos para ser transparente e onde a aplicação da lei é forte, ressaltando a importância central dos incentivos das informações das empresas e dos regimes de

									aplicação dos países para a qualidade das informações financeiras. Muitos países adotando as IFRS fazem esforços simultâneos para melhorar o regime de governança e de aplicação, o que provavelmente confirma nossos resultados. Comparando os adotantes voluntários e obrigatórios, descobrimos que os efeitos do mercado de capital são mais pronunciados para as empresas que mudam voluntariamente para as IFRS, tanto no ano em que eles mudam como novamente mais tarde, quando as IFRS tornam-se obrigatórias.
4	Thomas Jeanjean e Hervé Stology	2008	Artigo	Negócio económico	Inglês	Journal of Accounting and Public Policy	EUA	Analisar o efeito da introdução obrigatória das normas IFRS na qualidade dos ganhos e mais precisamente no gerenciamento dos ganhos.	Nós encontramos que a difusão da gestão dos ganhos não diminuiu após a introdução das IFRS, pelo contrário, aumentou na França. Nossos resultados confirmam que as regras formadas não são uma condição suficiente para criar uma linguagem comum dos negócios e que os incentivos para a gestão e os fatores institucionais domésticos desempenham um papel importante moldando as características dos relatórios financeiros.
5	Donna L. Street	2008	Artigo	Negócio económico	Inglês	Australian Accounting Review	Austrália	Apresentar os prós e os contras do uso das IFRS pelas empresas americanas.	Antes de tomar uma decisão sobre o uso das IFRS nos Estados Unidos (EUA), a Comissão de Valores Mobiliários (SEC) deve desenvolver um plano para garantir que os pré-requisitos para alcançar uma verdadeira norma global sejam satisfeitos e que a convergência é contínua. Uma abordagem para "adotar" e em seguida "melhorar" representa o melhor caminho a seguir para os EUA.
6	Anna-Maija Lantto e Petri Sahlstrom	2009	Artigo	Negócio económico	Inglês	Accounting and Finance	Austrália e Nova Zelândia	Investigar o impacto da adoção das IFRS nos principais índices financeiros.	Os resultados mostram que a adoção das IFRS muda a magnitude dos principais índices da contabilidade. Além disso, a literatura é estendida mostrando que a adoção das regras de contabilidade de valor justo e as exigências mais rigorosas em certas questões de contabilidade

									são as razões para as mudanças observadas em números contábeis e indicadores financeiros.
7	Ana Isabel Morais e José Dias Curto	2009	Artigo	Negócio económico	Inglês	Australian Accounting Review	Austrália	Investigar se a relevância de valor das empresas listadas Europeia aumentou após a aplicação obrigatória das IAS/IFRS e como a relevância de valor das informações contábeis preparadas de acordo com as IAS/IFRS é moldada por fatores específicos do país em que as empresas estão estabelecidas.	Os resultados mostram que a relevância de valor das informações financeiras durante o período de aplicação das IAS/IFRS obrigatórias nas companhias é maior do que durante o período de aplicação das normas de contabilidade por regras.
8	Joseph Aharony, Ran Barniv e Haim Falk	2010	Artigo	Negócio económico	Inglês	European Accounting Review	Reino Unido	Comparar a relevância de valor das informações contábeis em 14 países europeus no ano anterior e no ano da adoção obrigatória do IFRS. Nós focamos em três itens de informação da contabilidade que as mensurações em IFRS são prováveis para diferir consideravelmente das mensurações em práticas contábeis domésticas em todos os países da UE antes da introdução das normas internacionais: despesas com ágio, pesquisa e desenvolvimento (R&D) e reavaliação dos ativos.	Os resultados sugerem que a adoção das IFRS aumentou a relevância de valor dos três itens contábeis para os investidores em títulos de capital na UE. Testes de associação apoiam as nossas duas hipóteses: (1) no ano antes da adoção obrigatória das IFRS, a relevância de valor incremental para os investidores das três rubricas contabilísticas à base GAAP domésticos era maior em países onde as respectivas normas internas eram mais compatíveis com as IFRS e (2) quanto maior o desvio dos três itens de contabilidade à base GAAP domésticos dos seus correspondentes valores IFRS, maior o valor incremental da relevância de valor para os investidores a partir da mudança para IFRS.
9	Christopher S. Armstrong, Mary E. Barth, Alan D. Jagolinzer e	2010	Artigo	Negócio económico	Inglês	The Accounting Review	EUA	Analisar a reação do mercado de ação da Europa em 16 eventos associados com a adoção das IFRS na Europa.	Encontramos uma reação positiva de forma incremental para as empresas com informações pré-adoção de qualidade menor, que é mais pronunciado para os bancos e com assimetria da informação pré-adoção maior, consistente com

	Edward J. Riedl								os investidores esperando os benefícios da qualidade da informação conclusiva da adoção das IFRS. Encontramos uma reação negativa de forma incremental para as empresas domiciliadas em países de direito de romano (<i>code law</i>), de acordo com as preocupações dos investidores sobre a aplicação das IFRS nesses países.
10	Huifa Chen, Qingliang Tang, Yihong Jiang e Zhijun Lin	2010	Artigo	Negócio económico	Inglês	Journal of International Financial Management & Accounting	EUA	Mostrar que a qualidade de contabilidade é atribuída às IFRS.	Ou seja, há menos gestão dos ganhos em direção a um objetivo, magnitude menor de acréscimos discricionários absolutos e qualidade dos acréscimos mais alta. Mas nossos resultados mostram também que as empresas se envolvem em mais aperfeiçoamento dos ganhos e reconhecem grandes perdas de forma oportuna menor, em períodos pós-IFRS. Além disso, examinamos os efeitos das variáveis institucionais sobre a qualidade da informação financeira.
11	Luzi Hail, Christian Leuz e Peter Wysocki	2010	Artigo	Negócio económico	Inglês	Accounting Horizons	EUA	Desenvolver a estrutura conceptual analisando o potencial custo e benefício da adoção das IFRS nos Estados Unidos. Com base na literatura acadêmica da contabilidade, finanças e economia, avaliamos o impacto potencial da adoção das IFRS sobre a qualidade e a comparabilidade das práticas de informação dos EUA, os próximos efeitos do mercado de capital, os custos potenciais da mudança das GAAP EUA para as IFRS. Discutimos também a compatibilidade das IFRS com	A análise mostra que a decisão para adotar as IFRS envolve principalmente a relação custo-benefício do comércio exterior entre (1) recorrentes, ainda que modestos, os benefícios da comparabilidade para os investidores, (2) custos futuros recorrentes poupados que serão em grande parte advindos das empresas multinacionais e (3) os custos de transição de uma só vez suportado por todas as empresas e economia dos EUA como um todo, incluindo aquelas do ajustamento para as instituições norte-americanas.

								o ambiente legal e regulatório dos EUA atual, bem como os possíveis efeitos macroeconômicos da adoção das IFRS.	
12	Md Humayun Kabir, Fawzi Laswad e Md Ainul Islam	2010	Artigo	Negócio econômico	Inglês	Australian Accounting Review	Austrália	Examinar o impacto da adoção das IFRS sobre a qualidade dos ganhos e nas contas das empresas da Nova Zelândia.	A análise dos ajustes das IFRS para o período anterior sobre as GAAP NZ pré-IFRS revelam que o ativo total, o passivo total e o lucro líquido eram significativamente mais altos sobre as IFRS do que as GAAP NZ pré-IFRS. Lucro e capital sobre IFRS foram aumentados pelos ajustes do goodwill e outros intangíveis e propriedade dos investimentos; e diminuídos pelos ajustes dos benefícios dos empregados e pagamento baseados em ações.
13	Peng, S. L. e K. Bewley	2010	Artigo	Negócio econômico	Inglês	Accounting Auditing & Accountability Journal		Avaliar a viabilidade e a conveniência de uma grande economia emergente adotar e implementar a contabilidade de valor justo (FVA), como codificado nas IFRS, estudando a experiência recente da China.	Os resultados revelam um alto grau de adoção das normas IFRS nos FVA GAAP/2007 da China para os instrumentos financeiros, mas muitas diferenças para investimentos em ativos de longo prazo não-financeiros. Os definidores das normas justificam que esta divergência é pelas características fundamentais do ambiente chinês. As diferenças resultantes das IFRS nas normas FVA GAAP/2007 e na sua implementação, desafiam a afirmação oficial da "convergência substancial" entre FVA GAAP/2007 e IFRS. Assim, os benefícios desejados pelos reguladores chineses para adotar FVA e para convergir a contabilidade internacional para as IFRS poderá não ser realizado.
14	T. J. Atwood, Michael S. Drake, James N. Myers e Linda A. Myers	2011	Artigo	Negócio econômico	Inglês	Journal of Accounting and Public Policy	EUA	Analisar se a persistência dos ganhos e a associação entre os ganhos contábeis atuais e os fluxos de caixa futuros diferem nas informações das empresas sob IFRS, as	Encontramos que as informações dos ganhos positivos sob IFRS não são mais ou menos persistentes do que as informações dos ganhos sob EUA GAAP, mas as informações das perdas sob IFRS são menos persistentes do que as informações das perdas ao abrigo dos GAAP

								informações das empresas sob GAAP EUA e as informações das empresas sob normas de contabilidade não americana.	EUA. Além disso, encontramos que as informações dos ganhos sob IFRS não são mais ou menos persistentes e não são mais ou menos associadas com os fluxos de caixa futuros do que as informações dos ganhos sob normas de contabilidade não americanas. No entanto, encontramos que as informações dos ganhos sob GAAP dos EUA estão mais associadas com os fluxos de caixa futuros do que as informações dos ganhos em IFRS.
15	François Aubert and Gary Grudnitski	2011	Artigo	Negócio económico	Inglês	Journal of International Financial Management & Accounting	EUA	Analisar o impacto e a importância da adoção obrigatória das IFRS sobre as empresas da União Europeia.	Definindo o impacto em termos de mercado e qualidade dos relatórios financeiros, encontramos uma relação significativa estatisticamente entre as informações contábeis e os retornos do mercado para as empresas na amostra combinada em todos os países através de 3.530 observações e nos países da Bélgica, Finlândia, França, Grécia, Itália, Holanda, Noruega, Suécia e Reino Unido. Resumindo, a qualidade dos acréscimos discricionários era mostrada para ser significativamente alta sobre IFRS do que LG para as empresas na Finlândia, Grécia e Suécia.
16	Philip Brown	2011	Artigo	Negócio económico	Inglês	Accounting and Business Research	Reino Unido	Analisar os benefícios da adoção das IFRS pelos países.	Parece relativamente claro que a mudança para as IFRS teve muitas consequências tanto para a avaliação das ações como dos mercados de capitais em geral. Embora sempre haja ganhadores e perdedores decorrente da mudança nas normas de contabilidade, mesmo que apenas por causa dos seus efeitos distributivos, sem dúvida, algumas consequências são consideradas pelas empresas e pelos investidores, no geral, benéficas.

17	Keryn Chalmers, Greg Clinch e Jayne M Godfrey	2011	Artigo	Negócio económico	Inglês	Australian Journal of Management	Austrália	Investigar se a adoção das IFRS aumenta a relevância de valor das informações da contabilidade para as empresas listadas na Bolsa de Valor da Austrália.	Verificamos que os ganhos se tornam valores mais relevantes ao passo que o valor contábil do patrimônio líquido não. Este impacto é concentrado nas sub-amostras das empresas industriais, grandes e pequenas, e as empresas informando uma reconciliação da contabilidade AGAAP-IFRS sobre a adoção das IFRS. Consequentemente, com o aumento da relevância do valor dos ganhos, os ganhos também tornam-se mais persistentes em torno de adoção das IFRS.
18	Günther Gebhardt e Zoltan Novotny-Farkas	2011	Artigo	Negócio económico	Inglês	Journal of Business Finance & Accounting	EUA	Analisar as implicações da adoção obrigatória das IFRS sobre a qualidade da contabilidade dos bancos em doze países da UE. Especificamente, analisamos como a mudança no reconhecimento e na mensuração dos itens de provisão operacional dos principais bancos, a provisão para perdas com empréstimos afeta o comportamento facilitando a receita e o reconhecimento das perdas em tempo hábil.	Nós encontramos que a restrição para reconhecer apenas as perdas incorridas no âmbito da IAS 39 reduz significativamente a flexibilização da receita. Este efeito é menos pronunciado em países com a supervisão bancária mais rigorosa, a propriedade dos bancos dispersas e nos bancos da UE listados nos EUA. Isso fornece uma evidência adicional das questões institucionais na formação dos resultados dos relatórios financeiros. Além disso, a aplicação da abordagem das perdas incorridas resulta em menos reconhecimento das perdas com empréstimos oportunos implicando o reconhecimento tardio das perdas esperadas futuras.
19	Inder K. Khurana e Paul N. Michas	2011	Artigo	Negócio económico	Inglês	Accounting Horizons	EUA	Analisar se adoção obrigatória das IFRS no nível do país reduz as ações domésticas em excesso a disposição dos investidores norte-americanos em suas carteiras de ações comuns (geralmente referidas como tendências domésticas).	Nós achamos que, em média, a tendência doméstica dos EUA diminui para os países que adotam as IFRS obrigatórias, após controlar os efeitos fixados em cada país. Nós também achamos que a redução das tendências domésticas dos EUA após a adoção obrigatória das IFRS é maior para os países com maiores diferenças entre IFRS e as suas normas de contabilidade domésticas, para os países com uma regra mais rigorosa da lei, uma origem

									legal de direito comum e em países com maiores incentivos para informar informação financeira de alta qualidade.
20	Peter F. Pope e Stuart J. McLeay	2011	Artigo	Negócio económico	Inglês	Accounting and Business Research	Reino Unido	Fornecer uma perspectiva acadêmica sobre o desenvolvimento do projeto de harmonização da EU com base nas IFRS, sobre os custos e os benefícios da adoção do IFRS na Europa e sobre os desafios de pesquisa que possam surgir.	Os resultados sobre as consequências da adoção das IFRS e da qualidade da execução estão longe de ser uniformes em toda a Europa e dependem de fatores que refletem incentivos dos preparadores e a eficácia da aplicação doméstica.
21	Jerry Sun, Steven F. Cahan e David Emanuel	2011	Artigo	Negócio económico	Inglês	Accounting Horizons	EUA	Examinar o impacto da adoção das IFRS na qualidade dos ganhos das empresas estrangeiras listadas nos EUA dos países que já adotaram as IFRS, com caráter obrigatório.	Encontramos que a diferença na qualidade dos ganhos a partir do período pré ao pós-IFRS não é diferente para as empresas listadas e empresas correspondentes quando a qualidade dos ganhos é medida pelos acréscimos discricionários absolutos, reconhecimento das perdas tempestivamente, ou um coeficiente de resposta dos ganhos de longo prazo. No entanto, para a incidência dos lucros positivos pequenos e a persistência dos lucros, encontramos poucas diferenças significativas, indicando que a adoção das IFRS levou a uma melhoria na qualidade dos ganhos para as empresas listadas relativas às empresas correspondentes.
22	Shyam Sunder	2011	Artigo	Negócio económico	Inglês	Accounting and Business Research	Reino Unido	Analisar as consequências do processo através do qual as IFRS são criadas e podem ser implementadas como um conjunto monopolístico de normas para o mundo.	As ligações entre os melhores relatórios financeiros, melhores mercados e melhor economia e na sociedade são discutíveis, mas permanecem pouco conhecidos. A adição de IFRS para o conjunto de alternativas disponíveis podem melhorar essas relações, mas não lhes concedendo status de monopólio.

23	Hongping Tan, Shiheng Wang e Michael Welker	2011	Artigo	Negócio económico	Inglês	Journal of Accounting Research	EUA	Investigar como a harmonização da contabilidade afeta um determinado grupo de analistas financeiros usuários das demonstrações financeiras.	Nós achamos que a adoção obrigatória das IFRS atrai analistas estrangeiros, especialmente aqueles de países que estão adotando simultaneamente as IFRS juntamente com países das empresas convergidas e aqueles com experiência anterior em IFRS. Nós também achamos que a adoção das IFRS obrigatórias melhora a precisão das previsões dos analistas estrangeiros. A mudança de analista aumenta com a distância entre o GAAP doméstico anterior e IFRS e com a extensão em que a adoção das IFRS elimina as diferenças GAAP entre o país da empresa e do país do analista. Adoção das IFRS também atrai mais analistas domésticos, particularmente aqueles com experiência em IFRS anteriormente e com uma carteira internacional antes da adoção das IFRS obrigadas em seu país de origem. A precisão das previsões dos analistas domésticos não é afetada pela adoção das IFRS.
24	Mary E. Barth, Wayne R. Landsman, Mark Lang e Christopher	2012	Artigo	Negócio económico	Inglês	Journal of Accounting & Economics	EUA	Examinar se a aplicação das IFRS pelas empresas não americanas resulta em quantidade contábeis comparáveis com aquelas empresas norte-americanas aplicando GAAP dos EUA.	A comparabilidade é maior para as empresas que adotam obrigatoriamente as IFRS, em países de aplicação alta e direito comum nos anos mais recentes. Uniformidade nos ganhos, qualidade nos acréscimos e oportunidade são os fatores potenciais de maior comparabilidade. Embora a aplicação das IFRS tenha aumentado a comparabilidade da informação financeira com as empresas norte-americanas, diferenças significativas permanecem.
25	Sanjay Bissessar e Allan Hodgson	2012	Artigo	Negócio económico	Inglês	Accounting and Finance	Australia e Nova Zelândia	Investigar como a adoção obrigatória em 2005 das IFRS afetou o fluxo de informação para os investidores na Austrália.	Nós desenvolvemos e testamos três modelos teóricos sobre o impacto das IFRS e encontramos uma diminuição geral na sincronidade nos dois primeiros anos pós-IFRS, seguido por uma reversão para um nível significativamente mais elevado nos anos posteriores. Além do mais, os testes revelam

									menos erros na provisão dos ganhos pelos analistas pós IFRS.
26	Julie Cotter, Ann Tarca e Marvin Wee	2012	Artigo	Negócio económico	Inglês	Accounting and Finance	Australia e Nova Zelândia	Explorar o impacto da adoção das IFRS nas propriedades das previsões dos analistas e o papel da divulgação da empresa sobre o impacto das IFRS.	Nós achamos que a precisão das previsões dos analistas melhorou e não há mudança significativa na dispersão no ano da adoção, sugerindo que os analistas lidaram eficazmente com a transição para as IFRS. No entanto, nós não observamos a relação esperada entre o impacto nas IFRS das empresas divulgadas em suas demonstrações financeiras emitidas no final do ano de transição, com erro de provisão e dispersão no ano de adoção.
27	Banu Durukan, Serdar Ozkan e Fatih Dalkilic	2012	Artigo	Negócio económico	Inglês	Journal of Business Economics and Management	Reino Unido	Investigar a rotatividade dos CEOs e a relação do desempenho corporativo como uma medida de eficácia de um sistema de governança corporativa. O impacto dos diferentes regimes de contabilidade financeira na rotatividade da relação de desempenho também é analisada.	Os resultados fornecem evidências de que os sistemas de governança corporativa, com características de governança pobres podem não ser ineficazes, devido à existência de mecanismos de governança alternativos. A rotatividade dos CEO disciplinadamente é encontrada para ser mais fortemente associada com o desempenho das empresas comparado com a rotatividade voluntária dos CEO, enquanto na sub-amostra das IFRS a relação é mais forte com as medidas de desempenho contemporâneas.
28	Annita Florou e Peter F. Pope	2012	Artigo	Negócio económico	Inglês	The Accounting Review	EUA	Examinar se a introdução obrigatória das IFRS leva a um aumento na demanda de investidores institucionais para o capital.	Os resultados mostram que as participações institucionais aumentam com os adotadores das IFRS obrigatórias. As mudanças nas participações estão concentradas em torno dos eventos dos relatórios anuais, em um primeiro momento. Em segundo momento, documenta-se que os efeitos positivos das IFRS sobre as participações institucionais estão concentrados entre os investidores cuja orientação e estilo sugerem que eles estão mais propensos a se beneficiar da maior qualidade das declarações financeiras, incluindo ativo, valor e investidores

									grandes. Estes resultados são consistentes com as mudanças nas participações sendo associadas com a mudança no regime de informação financeira.
29	Gebhardt, G.	2012	Artigo	Negócio econômico	Inglês	Accounting and Business Research	EUA	Fornecer evidências novas sobre a relevância dos instrumentos financeiros para as empresas não-financeiras do STOXX índice 600 Europa.	Os resultados, em particular, refutam os mitos que a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é generalizada e que muitas medições de valor justo são da qualidade do "3 nível" problemática. A evidência empírica forma o fundamento para um levantamento do corpo pequeno de pesquisas existentes sobre os efeitos das normas contábeis relativas a instrumentos financeiros em empresas não-financeiras. Este inquérito abrange a investigação sobre os efeitos na gestão de risco, na volatilidade dos fluxos de caixa e ganhos, no gerenciamento dos resultados e os efeitos sobre as decisões do usuário. Tanto nas seções empíricas como nas seções da pesquisa, identifica-se uma série de novos domínios de investigação para superar o mau estado atual do conhecimento.
30	Tao Jiao, Miriam Koning, Gerard Mertens e Peter Roosenboom	2012	Artigo	Negócio econômico	Inglês	International Review of Financial Analysis	EUA	Analisar o efeito da adoção obrigatória das IFRS sobre a capacidade dos analistas financeiros para traduzir as informações contábeis em informações com perspectiva de futuro. Em particular, investigamos se a mudança para as IFRS tem impacto sobre (1) a capacidade dos analistas para prever ganhos com precisão e (2) o acordo entre os analistas considerando os ganhos	Nós encontramos a precisão da previsão aumentada e o acordo entre os analistas sobre os ganhos previstos após a mudança para as IFRS. No geral, nossos resultados são consistentes com a noção de que a adoção das IFRS melhorou a qualidade dos relatórios financeiros e, mais especificamente, a qualidade dos ganhos.

								previstos.	
31	Jeong-Bom Kim, Xiaohong Liu e Liu Zheng	2012	Artigo	Negócio económico	Inglês	The Accounting Review	EUA	Analisar o impacto da adoção das IFRS nos honorários de auditoria.	Nós achamos que a adoção obrigatória das IFRS tem levado a um aumento nos honorários de auditoria. Nós também achamos que a recompensa dos honorários da auditoria relacionada às IFRS aumenta com o aumento na complexidade da auditoria trazida pela adoção das IFRS e diminui com a melhoria da qualidade de relatórios financeiros decorrentes da adoção das IFRS.
32	Neslihan Ozkan, Zvi Singer e Haifeng You	2012	Artigo	Negócio económico	Inglês	Journal of Accounting Research	EUA	Examinar como a adoção obrigatória das IFRS na Europa continental afeta a utilidade contratual das informações da contabilidade na remuneração dos executivos, tanto na sensibilidade do desempenho do pagamento refletido (PPS) como na avaliação do desempenho relativo (RPE).	A evidência empírica indica um aumento fraco na PPS baseada em contabilidade no período pós-adoção, impulsionado principalmente por países com grandes diferenças entre IFRS e suas normas contábeis domésticas anteriormente adotadas. Também documentamos um aumento significativo nas RPE com base na contabilidade usando os pares estrangeiros após a adoção. Análise adicional mostra que o aumento da RPE é maior para as empresas com vendas estrangeiras maiores e para aquelas com avaliação menor dos pares domésticos de tamanho comparável.
33	Donna L Street	2012	Artigo	Negócio económico	Inglês	Australian Accounting Review	Austrália	Fornecer uma visão geral dos esforços da convergência do IASB e do FASB.	A conclusão convida a SEC para tomar uma decisão e definir uma data para a adoção das IFRS nos EUA. Caso contrário, a SEC terá efetivamente abandonado sua meta de um único conjunto de normas de contabilidade globais de alta qualidade.
34	Kath Trewavas, Nives Botica Redmayne e Fawzi Laswad	2012	Artigo	Negócio económico	Inglês	Australian Accounting Review	Austrália	Analisar o impacto da adoção das IFRS na Nova Zelândia nas demonstrações financeiras das entidades do setor público. Nós analisamos e comparamos as notas de reconciliação das IFRS e GAAP da Nova	Os resultados indicam que houve alguns aumentos significativos em ativos e passivos e reduções significativas no patrimônio total em alguns sub-setores do setor público. As principais causas de tais mudanças foram o reconhecimento de direitos dos empregados (IAS 19) e o reconhecimento dos instrumentos

								Zelândia pré-IFRS registradas nos primeiros relatórios anuais IFRS de todas as entidades do setor público da Nova Zelândia.	financeiros derivativos (IAS 39) para muitas entidades do setor público, bem como a reavaliação da tributação diferida para as empresas comerciais do setor público (IAS 12). Além disso, entidades do setor público fazem muitas reclassificações entre os elementos das demonstrações financeiras circulante e não circulante, que não impactam sobre os saldos agregados dos balanços das entidades.
35	Rita W. Y. Yip e Danqing Young	2012	Artigo	Negócio económico	Inglês	The Accounting Review	EUA	Examinar se a adoção obrigatória das IFRS na União Europeia melhora significativamente a comparabilidade das informações em 17 países europeus.	Os resultados sugerem que a adoção das IFRS obrigatórias melhora a comparabilidade das informações através dos países, fazendo coisas semelhantes parecerem mais iguais, sem fazer coisas diferentes parecerem menos diferentes.
36	Nicholas Apergis, Sofia Eleftheriou e James E. Payne	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	Ecological Economics	EUA	Analisar o impacto dos gastos com pesquisa e desenvolvimento (R&D) na emissão de dióxido de carbono (CO ₂), antes e sob a adoção obrigatória das IFRS, no nível das empresas, dentro dos setores de fabricação de três países europeus: Alemanha, França e Reino Unido.	Os resultados revelam que no período de adoção obrigatória pós IFRS os gastos com R&D mostram uma redução nas emissões de CO ₂ pelas empresas, ou seja, aumentam a diminuição de CO ₂ .
37	Bertin, M. J. e J. T. A. Moya	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	Academia-Revista Latino-americana De Administracion		Analisar se a adoção das normas de contabilidade IFRS no mercado de capital chileno afeta o conservadorismo dos ganhos das empresas que as adotam.	Os resultados mostram que o conservadorismo dos ganhos condicionais é mais pronunciado sob as normas IFRS e sugerem que o uso das IFRS melhora a relevância e a confiabilidade da informação contábil reportada.

38	Ulf Bruggemann, Jörg-Markus Hitz e Thorsten Sellhorn	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	European Accounting Review	Reino Unido	Discutir evidências empíricas sobre as consequências económicas da adoção das IFRS na União Europeia (UE) e fornecer sugestões sobre como as pesquisas futuras podem acrescentar à nossa compreensão sobre estes efeitos.	Conclui-se que tanto as consequências intencionais como as não intencionais merecem uma análise mais aprofundada para avaliar os custos e os benefícios da adoção das IFRS obrigatórias e fornecer orientações específicas para futuras pesquisas.
39	Chan, A. L. C., <i>et al.</i>	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	Accounting Horizons	EUA	Examinar se a adoção obrigatória das IFRS afeta a classificação (avaliação) dos créditos das empresas estrangeiras cross-listadas nos EUA.	Encontramos classificações dos créditos altamente significativas entre estas empresas listadas após as IFRS. Além disso, este efeito é mais pronunciado entre aquelas empresas dos países onde existiam uma diferença maior entre as normas domésticas anteriores e as IFRS e dos países que tinham imposição legal mais fraca e proteção dos investidores antes da transição. Nossos resultados estão de acordo com as IFRS melhorando a transparência e a credibilidade das empresas estrangeiras listadas nos EUA, reduzindo os seus custos de informação e os riscos para os investidores norte-americanos.
40	Chen Chen, Danqing Young e Zili Zhuang	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	The Accounting Review	EUA	Analisar as externalidades da adoção das IFRS obrigatórias sobre a eficiência dos investimentos das empresas em 17 países europeus.	Nós achamos que o efeito excedente maior das diferenças ROA nas empresas contra seus pares estrangeiros, mas não os pares domésticos, no aumento da eficiência dos investimentos das empresas após a adoção das IFRS. Encontramos também que a divulgação aumentou para ambos os pares estrangeiros e domésticos após a adoção das IFRS tem um efeito excedente maior na eficiência dos investimentos das empresas. Além disso, as mudanças nos investimentos das empresas induzidas pelas suas diferenças ROA contra os pares estrangeiros são valores mais relevantes após a adoção das IFRS e aquelas induzidas por divulgação aumentada pelos pares estrangeiros sob IFRS são valores

									relevantes.
41	Young-Soo Choi, Ken Peasnell e Joao Toniato	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	Journal of Business Finance & Accounting	EUA	Investigar os efeitos da introdução das IFRS no relativo conteúdo da informação dos lucros divulgados e dos lucros previstos no âmbito das práticas contábeis geralmente aceites (GAAP) do Reino Unido e IFRS.	Os resultados indicam que a relevância de valor do lucro previsto é significativamente menor em IFRS, enquanto a relevância valor dos lucros divulgados é significativamente maior. Estes resultados sugerem que as informações de relevância dos preços, substituídas pelas IFRS, anteriormente fornecidas ao mercado na forma de previsão dos analistas com codificação das informações pelas empresas em seus lucros divulgados.
42	Jeffrey R. Cohen, Ganesh Krishnamoorthy, Marieta Peytcheva e Arnold M. Wright	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	Accounting Horizons	EUA	Saber se a adoção de uma abordagem baseada em princípios, como as IFRS, acabará por resultar em relatórios financeiros de qualidade superior.	Encontramos, como esperado, que os auditores são mais propensos a restringir informações agressivas sob normas contábeis baseadas em princípios do que sob normas baseadas em regras, em ambos os regimes regulatórios mais fortes e mais fracos. É importante ressaltar que a partir de uma perspectiva de política pública, os resultados indicam que os julgamentos dos auditores no âmbito das normas baseadas em princípios, independentemente da força do regime de regulação financeira, leva a mais informação conservadora quando comparada com as normas baseadas em regras, juntamente com um regime de regulação financeira mais forte, que representa a maneira como o ambiente EUA é frequentemente caracterizado.
43	Mattias Hamberg, Taylan Mavruk e Stefan Sjögren	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	Journal of International Money and Finance	EUA	Examinar a hipótese de familiaridade da tendência doméstica estudando como a propriedade estrangeira das empresas sueltas se são afetadas pela adoção obrigatória das IFRS.	Nós achamos que após a adoção obrigatória das IFRS, as propriedades/proprietários estrangeiros dos países que adotaram as IFRS e em especial dos países da UE aumentaram. Estes efeitos são particularmente fortes nas empresas pequenas. Os investidores institucionais estrangeiros aumentaram sua participação acionária após a adoção das IFRS obrigatórias, ao passo que os investimentos não-institucionais estrangeiros

									não foram afetados significativamente pela adoção das IFRS. Ao contrário dos proprietários dos países não adotantes, os proprietários da UE aumentaram nas empresas tanto mais como menos ativos tangíveis. Da mesma forma, a propriedade estrangeira da UE aumentou nas empresas tanto com propriedade concentrada como propriedade dispersa após a adoção.
44	Joanne Horton, George Serafim e Ioanna Serageim	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	Contemporary Accounting Research	Canadá	Avaliar os efeitos da adoção das IFRS obrigatórias no ambiente da informação das empresas.	Nós achamos que depois da adoção obrigatória das IFRS o consenso dos erros de previsão diminuiu para as empresas que obrigatoriamente adotam as IFRS em relação aos erros de previsão de outras empresas. Encontramos também que os erros de previsão diminuíram para os adotantes voluntários, mas esse efeito é menor e não é robusto. Além disso, mostramos que a magnitude da redução dos erros de previsão está associada com as diferenças específicas de cada empresa entre GAAP doméstico e IFRS. Este resultado sugere que é a adoção das IFRS, ao invés de um fator não observável correlacionado que está causando a diminuição dos erros de previsão. Explorando os dados no nível dos analistas individuais e isolando os domésticos onde os analistas se beneficiariam mais de qualquer comparabilidade aumentada ou informações de qualidade maior, descobrimos que o melhoramento no ambiente da informação é conduzido tanto pela informação como pelo efeito da comparabilidade.
45	Philip P. M Joos e Edith Leung	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	The Accounting Review	EUA	Avaliar se os investidores percebem a mudança para IFRS como vantajosa ou dispendiosa.	Nossos resultados sugerem que a reação dos investidores à adoção das IFRS é mais positiva nos casos onde as IFRS são esperadas para levar os benefícios da convergência. Nossos resultados também indicam uma reação do mercado menos positiva para as empresas com

									maior risco de litígio, o que é consistente com as preocupações dos investidores sobre a maior discricção e menos orientação à implementação em IFRS para essas empresas.
46	P. C. Liao, Ann Ling Ching Chan e Jia-Lang Seng	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	Industrial Management & Data Systems	United Kingdom	Investigar a associação entre o nível de divulgação do capital intelectual e a adoção obrigatória das IFRS.	Este estudo relata que a precisão geral da aplicação da recuperação da informação é de até 782 por cento. As divulgações dos itens de capital intelectual estão intimamente associados com a adoção das IFRS. Os resultados sugerem que em sociedades mais antigas ou maiores, as divulgações do capital intelectual aumentam no período pós-adoção. No geral, os resultados confirmam que as empresas do setor de alta tecnologia estão associadas a um maior nível de divulgação após a adoção obrigatória das IFRS.
47	Warwick Stent, Michael Bradbury e Jill Hooks	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	Australian Accounting Review	Austrália	Investigar o que as divulgações narrativas discricionárias revelam sobre as atitudes e as respostas das empresas para a adoção das IFRS.	Os resultados de forma orientada revelam que a extensão de tais divulgações é limitada, apesar das diferenças materiais para as informações do balanço financeiro causadas pela adoção das IFRS. Na medida em que isso reflete a importância que as empresas atribuem à adoção das IFRS, estes resultados são contrários à literatura anterior, sugerindo que a adoção das IFRS é um evento significativo na história da contabilidade com consequências importantes potenciais para o mercado de capitais e a qualidade da informação contábil. Aplicando a análise orientada para os significados, descobrimos que importância da adoção das IFRS é um tema mais dominante e que as descrições específicas do impacto das IFRS nas demonstrações financeiras são mais prevalentes do que descrições vagas e gerais. Comentários avaliativos sobre as consequências da adoção das IFRS são predominantemente negativos. Os adotadores (voluntários) fornecem aproximadamente o dobro da divulgação

									narrativa dos adotadores obrigatórios, oferecendo muito mais informações sobre a importância e os impactos das IFRS. Não há, no entanto, diferenças significativas entre os adotadores voluntários e obrigatórios no que diz respeito aos comentários avaliativos.
48	Arnt Verriest, Ann Gaeremynck e Daniel B. Thornton	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	European Accounting Review	Reino Unido	Investigar a associação entre a força da governança corporativa e as escolhas das empresas listadas europeias com relação à adoção das IFRS em 2005.	As empresas heterogeneidade apresentam tanto conformidade como qualidade da divulgação; algumas empresas nem sequer cumprem os requisitos das divulgações mínimas. Os resultados da regressão mostram que as empresas de governança mais fortes divulgam informações a mais, totalmente mais cumpridas e usam provisões tratadas na IAS 39 menos oportunistas. Estes resultados são pertinentes aos contabilistas, gestores e reguladores nos breves países que adotam as IFRS.
49	Yuyang Zhang, Konari Uchida e Hua Bu	2013	Artigo	Negócio económico	Inglês	Emerging Markets Review	EUA	Analisar como as normas de contabilidade e os incentivos dos informantes afetam a gestão dos ganhos.	Nós achamos que a introdução das NAS aumentaram significativamente o gerenciamento dos resultados. Apesar de não encontrar evidências de que o SSSR diminuiu diretamente o gerenciamento dos resultados das empresas médias, o aumento no gerenciamento dos resultados em torno da introdução das NAS é negativamente relacionado com a redução nas ações não-comercializáveis. Estes resultados sugerem que as normas de contabilidade são os fatores mais importantes associados com o nível de gerenciamento dos resultados. Os incentivos dos informantes afetam o gerenciamento dos resultados dado um conjunto específico de normas contábeis.

Apêndice B – Carta de apresentação



Universidade do
Minho

PROGRAMA DOUTORAL EM CONTABILIDADE

A convergência global das normas de contabilidade as IFRS: o caso do Brasil

Caro Presidente do CFC, membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, membro do Comitê Gestor da Convergência no Brasil e profissional da contabilidade

Meu nome é Ana Maria Paixão e estou a realizar um estudo sobre a convergência global das normas de contabilidade às IFRS: o caso do Brasil. Este estudo é realizado no âmbito da Tese de Doutoramento em Contabilidade, do Programa Doutoral conjunto das Universidades do Minho e de Aveiro. Tenho como orientadoras as Professoras Doutoras Irina Saur-Amaral e Graça Maria do Carmo Azevedo. Para a realização do nosso estudo efetuámos o presente Guião de entrevista, que anexamos, e ao qual vimos solicitar a sua colaboração. O sucesso deste trabalho depende da sua preciosa ajuda na obtenção de respostas.

O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) tem sido crescente a nível mundial e influenciado por categorias profissionais que se tornaram os grandes agentes de mudança deste processo nos últimos 40 (quarenta) quarenta anos.

A sua participação é muito importante, pois poderá permitir-nos contribuir para a percepção acerca do processo de adoção do novo sistema de normalização contabilístico no Brasil.

Todas as respostas são tratadas anonimamente, conforme já previamente acordamos no “*Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)*”.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Maria da Paixão Duarte
anamariapaixao@uol.com.br
UEPB – BR

Irina Saur-Amaral
UA - PT

Graça Maria do Carmo Azevedo
UA - PT

Apêndice C – Termo de consentimento livre e esclarecido



PROGRAMA DOUTORAL EM CONTABILIDADE

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

O (a) Senhor(a) está sendo convidado a participar da pesquisa: **A CONVERGÊNCIA GLOBAL DAS NORMAS DE CONTABILIDADE PARA AS IFRS: UM ESTUDO DE CASO NO BRASIL**. O nosso objetivo é realizar uma análise holística sobre o processo de convergência e evolução das IFRS no Brasil, compreendendo a interação dos atores sociais na formação das dinâmicas institucionais e do processo de institucionalização das IFRS no Brasil. O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a)

A sua participação será através de uma entrevista semiestruturada, que você deverá responder na entidade que representa¹ ou no Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na data combinada com um tempo estimado para seu preenchimento de aproximadamente 60 minutos. Não existe obrigatoriamente, um tempo pré-determinado para responder a entrevista. Será respeitado o tempo de cada um para respondê-la. Informamos que o Senhor(a) pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o senhor(a).

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Aveiro e na Universidade do Minho, em Portugal, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda do pesquisador.

Se o Senhor(a) tiver qualquer dúvida com relação à pesquisa, por favor entre em contato com: Profa. Ana Maria da Paixão Duarte, no endereço eletrônico: anamariapaixao@uol.com.br ou pelos telefones (083) 9972-1335 / 3342-1408, no horário: 08 às 17h.

¹ Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); Comitê Gestor da Convergência no Brasil; Profissional de Contabilidade ativo membro do Conselho Regional de Contabilidade.

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê Científico do Programa Doutoral em Contabilidade, da Universidade do Minho e da Universidade de Aveiro, Portugal. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidas através do endereço eletrônico: irina.amaral@gmail.com; graça.azevedo@ua.pt.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o sujeito da pesquisa.

Brasília, 26 de setembro de 2014.

Nome / assinatura / telefone / endereço eletrônico:

Ana Maria da Paixão Duarte

Apêndice D – Tabela de dados

TABELA DE DADOS			
I Nível económico e político (EP): Representa o nível social abrangente, sistema político e económico, dentro do qual as normas e os valores são estabelecidos e disseminados para os membros da sociedade. Nesse nível são estabelecidos os critérios (C _{PE}), constituídos simbolicamente, que são disseminados em normas e práticas tanto no nível do campo organizacional (CO) como no nível organizacional (O).			
Dimensões da mudança	Definição	Fontes de informação empírica	Perguntas
1.1 Estrutura de significação	Tem a ver com <i>as representações simbólicas</i> , fornecendo os significados e facilitando a comunicação.	ENTREVISTADO A	<ol style="list-style-type: none"> 1 O que levou o CFC a criar o CPC e o CGC no Brasil? Quais as atribuições do CFC junto ao CPC e ao CGC no Brasil? 2 Durante a última década, o CFC tem intensificado programas para a capacitação profissional. Quais são os principais objetivos dessas capacitações? 3 Como o CFC escolhe o conteúdo dessas capacitações? 4 Qual o perfil de um bom contador do ponto de vista do CFC? Essa avaliação mudou após a adoção das IFRS? 5 Até que ponto os profissionais da contabilidade, especialmente os pertencentes às empresas de contabilidade de pequeno porte, internalizam os princípios e os conceitos das IFRS?
	É identificada pelo sistema de normas de contabilidade, visto como um esquema representativo constituído pelos conceitos e regras formados da prática de contabilidade.		
1.2 Estrutura de dominação	Se relaciona com <i>o poder</i> , detentora da capacidade para controlar e mobilizar os recursos.	ENTREVISTADO A	<ol style="list-style-type: none"> 1 Houve algum posicionamento inicial do CFC sobre o novo modelo de contabilidade? Como evoluiu esse posicionamento ao longo do tempo? 2 Há alguma influência do CFC na definição das normas contábeis preparadas pelo CPC? 3 Quais as participações do CFC no CPC e no CGC no Brasil? Existem procedimentos, processos, interesses do governo federal ou dos governos estaduais? 4 Algum grupo ou segmento da sociedade (auditores, outras associações profissionais, analistas financeiros, universidades ou académicos) pressionou o CFC para adotar as IFRS? 5 O CFC forneceu alguma instrução, durante o processo de adoção das IFRS ao CPC? Estas instruções foram incorporadas na versão final do novo sistema de contabilidade?
	É reconhecida pela articulação entre a União Europeia, o Estado e os principais atores no campo da contabilidade implicados na adoção do novo sistema de contabilidade.		
1.3 Estrutura de legitimação	Se relaciona com as normas e valores.	ENTREVISTADO A	<ol style="list-style-type: none"> 1 Como descreve o papel do CFC no processo de desenvolvimento das IFRS no Brasil? 2 Ocorreram mudanças no funcionamento do CFC em decorrência do processo

	É compreendida pelas normas emitidas pelo IASB, como normas de contabilidade por IFRS.		<p>de adoção das IFRS (regulamentos, capacitações)? Quais foram as mudanças mais relevantes?</p> <p>3 O CFC avalia a qualidade do trabalho dos profissionais de contabilidade pelo controle da qualidade. Houve mudança nas regras e práticas relativas ao controle de qualidade do CFC (por exemplo, novos procedimentos para avaliar os julgamentos profissionais ou técnicos, para avaliar a mensuração do valor justo)?</p> <p>4 Quais os critérios adotados pelo CFC para regulamentar o Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte?</p> <p>5 O CPC participou da preparação do Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte? O Governo Federal deu alguma instrução para o CFC estabelecer este Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte?</p>
--	--	--	---

TABELA DE DADOS

I Nível económico e político (EP): Representa o nível social abrangente, sistema político e económico, dentro do qual as normas e os valores são estabelecidos e disseminados para os membros da sociedade. Nesse nível são estabelecidos os critérios (C_{PE}), constituídos simbolicamente, que são disseminados nas normas e práticas tanto no nível do campo organizacional (CO) como no nível organizacional (O).			
Dimensões da mudança	Definição	Fontes de informação empírica	Perguntas
1.1 Estrutura de significação	<p>Tem a ver com <i>as representações simbólicas</i>, fornecendo os significados e facilitando a comunicação.</p> <p>É identificada pelo sistema de normas de contabilidade, visto como um esquema representativo constituído pelos conceitos e regras formados da prática de contabilidade.</p>	ENTREVISTADOS C1 e C2	<p>1 Quais os interesses apresentados pelo BACEN e CVM para compor o CGC no Brasil?</p> <p>2 Quais as contribuições da convergência para o desenvolvimento sustentável do país?</p>
1.2 Estrutura de dominação	Se relaciona com <i>o poder</i> , detentora da capacidade para controlar e mobilizar os recursos.	ENTREVISTADOS C1 e C2	<p>1 Como foi o desenvolvimento e a formalização do CGC, desde 2007?</p> <p>2 Havia mais organizações interessadas, ou desde o início a união dos esforços partiu das quatro organizações (BACEN, CFC, CVM e IBRACON) que compõem o CGC?</p> <p>3 Em outubro de 2007, o CFC regulamentou a criação do</p>

	É reconhecida pela articulação entre a União Europeia, o Estado e os principais atores no campo da contabilidade implicados na adoção do novo sistema de contabilidade.		CGC no Brasil para identificar e monitorar as ações a serem implantadas para viabilizar a convergência das Normas Contábeis e de Auditoria, a partir das Normas Brasileiras de Contabilidade regulamentadas pelo CFC. O que levou o CFC a criação deste comitê? 4 Quais as principais decisões do CGC no Brasil para viabilizar a convergência das Normas de Contabilidade e de Auditoria?
1.3 Estrutura de legitimação	Se relaciona com as normas e valores.	ENTREVISTADOS C1 e C2	1 Quais as atividades desenvolvidas pelo CGC no Brasil? 2 Como o CGC no Brasil se alinha às Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração emitidas pela IFAC e às melhores práticas internacionais em matéria regulatória?
	É compreendida pelas normas emitidas pelo IASB, como normas de contabilidade por IFRS.		

TABELA DE DADOS

2 Nível do campo organizacional: Inclui as configurações socioeconômicas, tais como os grupos industriais, associações de profissionais. Nesse nível são estabelecidos os critérios (C_{CO}) que irão ser disseminados como práticas legitimadas em função desses critérios $f(C_{CO})$ para serem fornecidas às ações no nível organizacional (O).			
Dimensões da mudança	Definição	Fontes de informação empírica	Perguntas
2.1 Estrutura de significação	Tem a ver com <i>as representações simbólicas</i> , fornecendo os significados e facilitando a comunicação.	ENTREVISTADOS B1, B2, B3, B4 e B5	1 Quais foram os principais motivos para o CPC desenvolver um sistema de contabilidade baseado em IFRS no Brasil? 2 Qual foi a importância do processo de harmonização das normas internacionais de contabilidade na decisão do CPC para o desenvolvimento da adoção das IFRS? 3 As empresas não listadas partilham alguma dificuldade ou problemas com o CPC sobre a adoção das IFRS? 4 Até que ponto a decisão para utilizar as IFRS foi influenciada por uma decisão semelhante a de uma entidade reguladora de outro país? 5 A decisão dos membros do CPC tem relação com o que está ocorrendo em outros países?
	É identificada pelo sistema de normas de contabilidade, visto como um esquema representativo constituído pelos conceitos e regras formados da prática de contabilidade.		
2.2 Estrutura de dominação	Se relaciona com <i>o poder</i> , detentora da capacidade para controlar e mobilizar os recursos.	ENTREVISTADOS B1, B2, B3, B4 e B5	1 Como foi o desenvolvimento da idealização e formalização do CPC, desde 2005? 2 O CFC recebeu alguma orientação do governo para a criação do CPC? E das entidades que formam o CPC para a sua criação? 3 As organizações de profissionais exerceram algum tipo de pressão sobre o

	É reconhecida pela articulação entre a União Europeia, o Estado e os principais atores no campo da contabilidade implicados na adoção do novo sistema de contabilidade.		<p>CPC para convergir o novo sistema de contabilidade – baseado em IFRS – em empresas não listadas?</p> <p>4 Qual é a participação dos órgãos reguladores, convidados pelo CPC, sobre os pronunciamentos técnicos (IFRS)?</p> <p>5 Os membros das profissões componentes do CPC tiveram alguma influência sobre a adoção das IFRS no Brasil? E na elaboração das CPC PME? E os membros da academia?</p>
2.3 Estrutura de legitimação	Se relaciona com as normas e valores.	ENTREVISTADOS B1, B2, B3, B4 e B5	<p>1 Como é que o novo sistema de contabilidade evoluiu no Brasil?</p> <p>2 Qual foi a importância da harmonização das demonstrações financeiras entre empresas listadas e não listadas na decisão do CPC para adotar as IFRS?</p> <p>3 Houve alguma dificuldade no processo de adoção das IFRS no contexto Brasileiro?</p> <p>4 Há algum posicionamento dos membros das profissões, componentes do CPC, sobre a preparação das IFRS? E sobre as CPC PME? E o Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte?</p> <p>5 Quais foram os critérios utilizados na preparação dos CPC PME no Brasil?</p>
	É compreendida pelas normas emitidas pelo IASB, como normas de contabilidade por IFRS.		

TABELA DE DADOS

3 Nível organizacional: É composto pelas organizações empresariais individuais. Nesse nível estão as organizações que irão desenvolver suas ações em função das práticas legitimadas no nível do campo organizacional (CO). Vamos encontrar as organizações inovadoras (O _I) caracterizadas por desenvolver novas práticas organizacionais dentro dos parâmetros estabelecidos no nível do campo organizacional e as organizações não inovadoras (O _{NI}) caracterizadas por organizações adotantes últimas.			
Dimensões da mudança	Definição	Fontes de informação empírica	Perguntas
3.1 Estrutura de significação	Tem a ver com <i>as representações simbólicas</i> , fornecendo os significados e facilitando a comunicação.	ENTREVISTADOS D1, D2, D3, D4 e D5	<p>1 Como sua empresa reagiu à conversão para as IFRS?</p> <p>2 Dados os vários tipos de empresas que são suas clientes, qual o modelo normativo contábil que você vai usar? As IFRS <i>full</i>, as CPC PME ou o Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte?</p> <p>3 Até que ponto os seus pares ofereceram esclarecimentos durante o processo de conversão? O que você considerou mais importante no processo de mudança para as IFRS? A troca de idéias com os seus pares ou as seções de capacitação que você assistiu?</p> <p>4 Antes da adoção das IFRS, você avaliava as mudanças que ocorriam e seus</p>

	É identificada pelo sistema de normas de contabilidade, visto como um esquema representativo constituído pelos conceitos e regras formados da prática de contabilidade.		<p>impactos nas demonstrações financeiras dos seus clientes?</p> <p>5 Na sua opinião, até que ponto as IFRS/CPC PME permitem mais ou menos autonomia na tomada de decisão (liberdade de escolha) em comparação com o velho sistema de contabilidade?</p> <p>6 Na sua opinião, até que ponto o novo sistema de contabilidade foi muito diferente do velho sistema de contabilidade?</p> <p>7 Você identifica reação dos usuários das informações financeiras em relação à adoção das IFRS?</p> <p>8 Em que medida as IFRS proporcionam novas oportunidades de negócios para as empresas? A adoção das IFRS reforça o seu prestígio ou status com os seus clientes?</p>
3.2 Estrutura de dominação	<p>Se relaciona com <i>o poder</i>, detentora da capacidade para controlar e mobilizar os recursos.</p> <p>É reconhecida pela articulação entre a União Europeia, o Estado e os principais atores no campo da contabilidade implicados na adoção do novo sistema de contabilidade.</p>	ENTREVISTADOS D1, D2, D3, D4 e D5	<p>1 Qual a composição dos seus clientes, pequenos, médios ou grandes empresas?</p> <p>2 Você tomou essa decisão de adotar as IFRS sozinho ou em colaboração com os seus clientes?</p> <p>3 A sua preparação profissional foi obtida através de seções de capacitações proporcionadas pelo CFC para aplicar as IFRS?</p> <p>4 Sobre o seu negócio, em que medida é que a adoção das IFRS mudou a maneira como sua empresa opera?</p> <p>5 Como você caracterizaria a sua atividade em termos de incerteza? Ou seja, durante a sua atividade normal, como você avalia a capacidade de sua empresa para atrair novos clientes, pelas leis fiscais ou pelo surgimento de novos concorrentes?</p>
3.3 Estrutura de legitimação	Se relaciona com as normas e valores.	ENTREVISTADOS D1, D2, D3, D4 e D5	<p>1 Você sentiu dificuldade na aplicação das normas internacionais (IFRS)? E teve apoio?</p> <p>2 Qual foi a principal preocupação para sua preparação profissional (que necessita do reconhecimento pelo CFC, para não falhar como contador, a pressão para cumprir prazos dos impostos, a pressão para manter uma boa imagem para seus clientes, a pressão exercida pela gestão das empresas)?</p> <p>3 Quais foram as principais dificuldades que você enfrentou quando adotou as IFRS? As CPC PME?</p>

Apêndice E – Questionário

NÍVEL DE APLICAÇÃO INICIAL DA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE TG 1000 PELAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS QUE MAIS CRESCEM NO BRASIL

**1 DIMENSÃO
IDENTIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS EXIGIDOS PARA ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

1.1.	Procedimentos de mudança contábil realizados sobre os elementos do balanço patrimonial com a aplicação da NBC TG 1000:	0. não	1. sim
1.	a empresa reconheceu os ativos, os passivos e o patrimônio líquido existentes de acordo com o arcabouço contábil anterior?		
2.	a empresa reclassificou elementos do ativo, do passivo e do patrimônio líquido existentes de acordo com o arcabouço contábil anterior?		
3.	a empresa reconheceu algum valor, no grupo de contas do patrimônio líquido, originado de ajustes realizados em transações ou em outros eventos ocorridos antes da aplicação da NBC TG 1000?		
4.	a empresa ao reconhecer os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, houve necessidade de ajustar as mensurações?		
5.	a empresa ao reclassificar os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, houve necessidade de ajustar as mensurações?		
6.	a empresa ao realizar as novas práticas contábeis, no balanço patrimonial de transição, identifica se essas práticas são diferentes daquelas utilizadas anteriormente?		

1.2.	Com a aplicação da NBC TG 1000, os valores dos elementos do balanço patrimonial mudaram em que sentido?	0. diminuiu	1. aumentou	2. não mudou
1.	o ativo			
2.	o passivo			
3.	o lucro			
4.	o prejuízo			

1.3.	Procedimentos explicativos das práticas contábeis de transição adotadas nas demonstrações contábeis de transição:	0. não	1. sim	2. não houve mudança
1.	a empresa explicou como o balanço patrimonial foi afetado com a aplicação da NBC TG 1000?			
2.	a empresa explicou como a demonstração do resultado foi afetada com a aplicação da NBC TG 1000?			
3.	a empresa explicou como a demonstração do resultado abrangente foi afetada com a aplicação da NBC TG 1000?			
4.	a empresa explicou como a demonstração do fluxo de caixa foi afetada com a aplicação da NBC TG 1000?			

2 DIMENSÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS DE TRANSIÇÃO DAS NORMAS DE CONTABILIDADE

2.1.	Práticas contábeis de transição das normas de contabilidade:	0. não	1. sim
1.	a empresa divulgou a descrição da natureza da mudança de cada prática contábil?		
2.	a empresa divulgou as conciliações e as descrições do patrimônio líquido apurado no período de transição da norma?		
3.	a empresa divulgou a conciliação do resultado apurado no período de transição da norma?		
4.	a empresa divulgou apenas as mudanças de práticas atuais?		
5.	a empresa divulgou nas primeiras demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TG 1000, que não apresentava demonstração contábil de acordo com a prática anterior?		
6.	a empresa tomou consciência de erros cometidos de acordo com a prática contábil anterior?		
7.	a empresa distinguiu a correção dos erros encontrados em função da mudança na prática contábil?		

2.2.	Comparada com a norma de contabilidade anterior:	0. nada influente	1. muito influente	2. razoavelmente influente	3. pouco influente
1.	qual a influência do critério de juízo profissional , proporcionado pela NBC TG 1000, no processo de reconhecimento e mensuração dos itens do balanço patrimonial inicial?				
2.	qual a influência do critério de autonomia , proporcionado pela NBC TG 1000, no processo de reconhecimento e mensuração dos itens do balanço patrimonial inicial?				

2.3.	Motivos relacionados com a mudança das normas de contabilidade:	0. não	1. sim	2. nenhuma opinião
1.	a empresa mudou as normas de contabilidade para melhorar a tomada de decisão econômica ?			
2.	a empresa mudou as normas de contabilidade para melhorar a comunicação do sistema de contabilidade financeira com o sistema de contabilidade gerencial ?			
3.	a empresa mudou as normas de contabilidade para atender as exigências regulatórias de contabilidade ?			
4.	a empresa mudou as normas de contabilidade para atender as autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais ?			
5.	a empresa mudou as normas de contabilidade para ampliar a escolha de novos mercados (domésticos e internacionais)?			
6.	a empresa mudou as normas de contabilidade para aumentar o volume de vendas ?			
7.	a empresa mudou as normas de contabilidade para melhorar a comunicação com os fornecedores e financiadores da atividade organizacional?			

3 DIMENSÃO
IDENTIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS EXIGIDOS PARA DIVULGAÇÃO DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1	Aplicação das exigências normativas:	0. não	1. sim
1.	a empresa aplicou a NBC TG 1000, pela primeira vez, utilizando os critérios (isenções especiais, simplificações e outras exigências)?		
2.	a empresa aplicou a NBC TG 1000, pela primeira vez, utilizando os critérios (isenções especiais, simplificações e outras exigências), mas deixou de utilizar a norma durante um ou mais exercícios sociais e em seguida optou ou foi obrigada à adotá-la novamente?		
3.	a empresa aplicou a NBC TG 1000, pela primeira vez, utilizando os critérios (isenções especiais, simplificações e outras exigências), mas deixou de utilizar a norma e não retornou mais?		

3.2	Apresentação das demonstrações contábeis para os períodos anteriores:	0. não	1. sim
1.	a empresa apresentou demonstrações contábeis para os períodos anteriores ao exercício social que aplicou a NBC TG 1000?		
2.	a empresa apresentou demonstrações contábeis anteriores e mais recentes de acordo com outras exigências que não são consistentes com a NBC TG 1000?		
3.	a empresa apresentou demonstrações contábeis anteriores e mais recentes em conformidade com o conjunto das normas do CFC?		
4.	a empresa apresentou demonstrações contábeis anteriores e mais recentes sem nenhuma alteração?		

3.3.	Divulgação de informação exigida pela norma de contabilidade:	0. não	1. sim
1.	a empresa divulgou informações comparativas, com relação aos períodos anteriores para todos os valores monetários apresentados, nas demonstrações contábeis do exercício social que aplicou a NBC TG 1000?		
2.	a empresa divulgou informações descritivas e narrativas específicas para melhorar a compreensão das demonstrações contábeis?		
3.	a empresa divulgou a declaração de conformidade nos termos da NBC TG 1000?		

4 DIMENSÃO
IDENTIFICAÇÃO DO AMBIENTE DA EMPRESA, DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE E DO
AMBIENTE DA CONTABILIDADE

4.1.	Identificação da empresa com relação ao seu negócio:	0. 0%–20%	1. 21%–40%	2. 41%–60%	3. 61%–80%	4. 81%–100%
1.	qual o percentual do volume de VENDAS ANUAIS realizado no mercado doméstico pela empresa?					

2.	qual o percentual do volume de RECEITAS LÍQUIDAS realizado no mercado doméstico pela empresa?					
3.	qual o percentual do valor total do ATIVO da empresa?					
4.	qual o percentual do NÚMERO DE EMPREGADOS (gestores, profissionais da contabilidade e chefes de departamento contabilidade/financeiro) da empresa?					
5.	qual o percentual da composição do CAPITAL SOCIAL de origem DOMÉSTICA da empresa?					

4.2.	Identificação do profissional da contabilidade com relação à empresa:	0. não	1. sim
1.	o contador é vinculado ao departamento financeiro/contabilidade da empresa?		
2.	o contador é externo e acompanha o departamento financeiro/contabilidade da empresa?		
3.	o contador é externo com o serviço de contabilidade externo a empresa?		
4.	outros profissionais são responsáveis pelos serviços da contabilidade da empresa?		

4.3.	Identificação do ambiente da contabilidade com relação à mudança para as normas internacionais de contabilidade baseadas nas IFRS:	0. não	1. sim
1.	a empresa atribuiu novas responsabilidades, funções ou atividades à equipe de trabalho do departamento financeiro/contabilidade?		
2.	a empresa fez investimento humano e/ou tecnológico no departamento financeiro/contabilidade?		
3.	a empresa mudou o código da contabilidade do Sistema de Tecnologia da Informação (STI)?		
4.	a empresa mudou os modelos de demonstrações contábeis gerados pelo STI?		
5.	a empresa mudou o sistema de informação contábil-financeiro?		

Apêndice F – Carta de apresentaçãoUniversidade
do Minho**PROGRAMA DOUTORAL EM CONTABILIDADE**

Prezados proprietários das empresas, dos gestores, dos profissionais da contabilidade e/ou dos chefes de departamento contabilidade/financeiro

Meu nome é Ana Maria Paixão Duarte e estou a realizar um estudo sobre a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade nas demonstrações contábeis das Pequenas e Médias Empresas no Brasil. Neste contexto, foram definidas como população para o nosso estudo, as PME's classificadas pela Revista Exame e pela Deloitte, em 2014, como as PME's que mais crescem no Brasil.

Este estudo é realizado no âmbito da minha Tese de Doutoramento em Contabilidade, do Programa Doutoral conjunto das Universidades do Minho e de Aveiro. Tenho como orientadoras as Professoras Doutoradas Irina Saur-Amaral e Graça Maria do Carmo Azevedo. Para a realização do nosso estudo efetuamos o presente Questionário, que enviamos através do *link* da *SurveyMonkey*, e ao qual vimos solicitar a sua colaboração.

No Brasil, desde a aprovação da Lei nº. 11.638/07 e da regulamentação da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vem se empenhando para promover a aplicação dessas normas em demonstrações contábeis de PME's (CFC, 2009). Por isso, foram selecionadas para a nossa pesquisa as empresas acima citadas. Neste sentido, a sua participação é muito importante, pois poderá permitir-nos contribuir para o conhecimento sobre o nível de aplicação do novo sistema de normas de contabilidade pelas PME's no país, suscitando uma melhor compreensão da abrangência das normas internacionais de contabilidade em torno do mundo. Realçamos que o sucesso deste trabalho depende da sua preciosa colaboração na obtenção de respostas.

Todas as respostas são tratadas anonimamente e servirão único e exclusivamente para fins de pesquisa científica. Gostaríamos de contar com sua colaboração em nos enviar a resposta deste questionário no prazo de 30 (trinta) dias para podermos dar prosseguimento às etapas seguintes do nosso estudo.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Maria da Paixão Duarte

anamariapaixao@uol.com.br

UEPB – BR

Irina Saur-Amaral

UA – PT

Graça Maria do Carmo Azevedo

UA -PT

Anexos

[Esta página foi propositadamente deixada em branco]

Anexos

Anexo A – Relação das PMEs que mais crescem no Brasil

As 250 pequenas e médias empresas que registraram as mais altas taxas de expansão em receita líquida entre 2011 e 2013

	Empresa	Setor	Receita líquida (R\$ mil)			Crescimento (%)	
			2011	2012	2013	2011-2013	Anual
1	Welle Laser	Máquinas e equipamentos	423	3.692	6.883	1.525,8	303,2
2	Bank Log	Transportes	1.029	2.817	12.595	1.124,5	249,9
3	VTEX	Informática, TI e internet	3.370	22.538	29.215	767,0	194,5
4	Agres	Máquinas e equipamentos	2.769	7.686	14.459	422,1	128,5
5	Translogistics	Transportes	704	1.042	3.103	341,0	110,0
6	Servix Informática	Informática, TI e internet	29.318	56.279	128.206	337,3	109,1
7	JFonseca Construtora	Construção	19.277	35.027	72.553	276,4	94,0
8	ERP Flex	Informática, TI e internet	1.505	2.766	5.436	261,3	90,1
9	Cmtech	Informática, TI e internet	4.048	8.631	14.365	254,8	88,4
10	Ziva	Informática, TI e internet	25.035	32.399	82.238	228,5	81,2
11	Intelecta	Informática, TI e internet	1.432	1.398	4.515	215,4	77,6
12	JRD	Transportes	2.345	2.920	7.395	215,4	77,6
13	PTA	Máquinas e equipamentos	8.781	17.704	27.518	213,4	77,0
14	Apétit	Prestação de serviços	30.051	58.715	92.854	209,0	75,8
15	Dclick	Informática, TI e internet	9.152	17.407	26.943	194,4	71,6
16	Marca Laser	Produtos de consumo	3.552	8.838	10.378	192,1	70,9
17	Soluti	Informática, TI e internet	2.975	8.694	8.677	191,7	70,8
18	Pro Solus	Máquinas e equipamentos	3.303	4.861	8.428	155,1	59,7
19	Mpd Engenharia	Construção	51.097	102.579	128.354	151,2	58,5
20	Geofusion	Informática, TI e internet	3.864	6.541	9.691	150,8	58,4
21	P3Image	Informática, TI e internet	8.168	13.273	20.250	147,9	57,5
22	Meta Distribuidor	Comércio	20.421	38.671	49.969	144,7	56,4
23	Arcon	Informática, TI e internet	20.343	22.232	49.539	143,5	56,1
24	Acesso Digital	Informática, TI e internet	10.853	20.960	26.283	142,2	55,6
25	Telsign	Informática, TI e internet	6.967	8.520	16.598	138,2	54,3
26	Conartes	Construção	23.170	20.440	54.625	135,8	53,5
27	NWM	Serviços especializados	4.278	8.382	9.833	129,8	51,6
28	Serttel	Informática, TI e internet	43.177	60.419	98.542	128,2	51,1
29	Restaurante Madero	Prestação de serviços	32.159	41.048	70.977	120,7	48,6
30	N&A	Serviços especializados	14.595	25.647	31.207	113,8	46,2

31	4BIO Medicamentos	Indústria farmacêutica	43.106	64.204	91.027	111,2	45,3
32	Jiva Gestão Empresarial	Informática, TI e internet	2.109	3.520	4.419	109,5	44,7
33	AMA Gestão	Serviços especializados	4.236	4.946	8.861	109,2	44,6
34	Interunion	Transportes	47.982	67.797	99.285	106,9	43,8
35	Itaipu Norte	Máquinas e equipamentos	48.990	68.623	101.284	106,7	43,8
36	Suhai	Prestação de serviços	22.984	25.916	47.391	106,2	43,6
37	Termoeste	Construção	17.927	31.070	36.949	106,1	43,6
38	Ufficcio	Serviços de construção	3.975	6.066	8.185	105,9	43,5
39	Fernandes Engenharia	Construção	13.964	19.529	28.219	102,1	42,2
40	CSE	Prestação de serviços	121.801	144.783	244.165	100,5	41,6
41	Avaltec	Têxtil e calçados	6.963	6.913	13.817	98,4	40,9
42	Agrar Consultoria	Serviços especializados	5.521	10.367	10.945	98,3	40,8
43	Prepara Cursos	Prestação de serviços	9.318	13.579	18.342	96,8	40,3
44	Tele Performance	Prestação de serviços	10.828	19.341	21.201	95,8	39,9
45	Betonpoxi	Construção	24.246	37.548	47.386	95,4	39,8
46	PLBrasil	Serviços especializados	5.969	10.593	11.585	94,1	39,3
47	Dafel Lagos	Siderurgia e Metalurgia	3.549	5.601	6.880	93,9	39,2
48	SIRTEC	Informática, TI e internet	38.488	67.864	73.974	92,2	38,6
49	Forno de Minas	Alimentos e bebidas	83.921	124.590	160.469	91,2	38,3
50	Grupo i9	Informática, TI e internet	13.866	22.289	26.413	90,5	38,0
51	ClearSale	Serviços especializados	27.578	41.683	52.479	90,3	37,9
52	Interocean	Serviços de construção	4.902	3.392	9.230	88,3	37,2
53	Cianet	Telecomunicações	10.283	17.423	19.299	87,7	37,0
54	ePharma	Indústria farmacêutica	24.552	33.964	46.030	87,5	36,9
55	SondoTécnica	Serviços de construção	89.755	117.293	168.269	87,5	36,9
56	Exceda	Informática, TI e internet	33.706	58.541	63.070	87,1	36,8
57	Tutto Hidráulicos	Máquinas e equipamentos	10.469	14.873	19.313	84,5	35,8
58	Agência Ideal	Propaganda e publicidade	11.335	17.686	20.864	84,1	35,7
59	Proguarda	Prestação de serviços	41.209	55.472	75.837	84,0	35,7
60	Bem Brasil	Alimentos e bebidas	134.330	200.354	246.465	83,5	35,5
61	Fast Engenharia	Serviços de construção	54.200	44.901	99.311	83,2	35,4
62	Pet Society	Produtos de consumo	7.592	9.920	13.883	82,9	35,2
63	Fiori Cerâmica	Cimento, vidros e similares	34.943	51.927	63.725	82,4	35,0
64	Wellcare	Máquinas e equipamentos	6.803	9.216	12.360	81,7	34,8
65	Totvs Espírito Santo	Informática, TI e internet	10.217	14.197	18.506	81,1	34,6
66	Nord Electric	Máquinas e equipamentos	4.501	8.737	8.120	80,4	34,3

67	Quality Logística	Transportes	12.170	13.413	21.933	80,2	34,2
68	Qualidados	Serviços de construção	52.040	70.169	92.959	78,6	33,7
69	Kimberlit	Indústria química	35.128	49.730	62.252	77,2	33,1
70	Takenet	Telecomunicações	17.213	23.361	30.347	76,3	32,8
71	Maxpoli	Borracha e plástico	14.863	17.836	26.090	75,5	32,5
72	Bischoff	Têxtil e calçados	12.099	14.181	21.213	75,3	32,4
73	Comid Máquinas	Máquinas e equipamentos	90.334	112.152	156.298	73,0	31,5
74	Tecnoset Informática	Informática, TI e internet	61.633	78.353	105.985	72,0	31,1
75	Grupo RPH	Serviços especializados	5.794	6.772	9.958	71,9	31,1
76	Prominas Brasil Equipamentos	Máquinas e equipamentos	28.465	27.249	48.827	71,5	31,0
77	Dbios	Informática, TI e internet	1.782	2.086	3.050	71,1	30,8
78	MA. Almeida Engenharia	Construção	13.219	16.994	22.600	71,0	30,8
79	Champion Saúde Animal	Serviços de saúde	33.031	33.810	56.452	70,9	30,7
80	Lorenge	Construção	178.659	234.543	304.422	70,4	30,5
81	Femme	Prestação de serviços	12.738	15.308	21.684	70,2	30,5
82	Add-Therm	Máquinas e equipamentos	2.226	2.798	3.759	68,9	30,0
83	Fortbrasil	Atividades financeiras	21.818	32.804	36.793	68,6	29,9
84	Pitang	Informática, TI e internet	13.890	21.226	23.399	68,5	29,8
85	Aliter Construções e Saneamento	Energia elétrica, gás e saneamento	23.805	30.304	40.055	68,3	29,7
86	Multicoisas	Produtos de consumo	10.838	13.385	18.206	68,0	29,6
87	Consultores Habiles	Informática, TI e internet	4.398	5.803	7.344	67,0	29,2
88	Avell	Comércio	13.730	12.213	22.915	66,9	29,2
89	Motormac Rental	Construção	16.800	23.126	27.963	66,4	29,0
90	Silva Freire Advogados	Prestação de serviços	2.775	4.432	4.607	66,0	28,9
91	Estaf Equipamentos	Máquinas e equipamentos	28.032	42.527	46.113	64,5	28,3
92	Tecnoblu	Têxtil e calçados	26.856	32.529	44.160	64,4	28,2
93	Fraldas Capricho	Produtos de consumo	92.928	102.159	151.351	62,9	27,6
94	Consinco	Informática, TI e internet	18.372	25.052	29.853	62,5	27,5
95	Dualtec Informática	Informática, TI e internet	10.966	14.421	17.741	61,8	27,2
96	Castelo Alimentos	Alimentos e bebidas	54.292	65.359	87.701	61,5	27,1
97	Diamaju Agrícola	Agropecuária	73.674	89.214	118.842	61,3	27,0
98	CAS Tecnologia	Informática, TI e internet	24.444	36.697	39.381	61,1	26,9
99	Delta Easy Solutions	Informática, TI e internet	5.967	7.825	9.562	60,2	26,6

100	Linx	Informática, TI e internet	184.501	230.989	295.449	60,1	26,5
101	Nutty Bavarian	Alimentos e bebidas	2.839	3.792	4.545	60,1	26,5
102	Fibravit	Borracha e plástico	2.501	4.148	3.988	59,5	26,3
103	Acura Global	Informática, TI e internet	8.280	11.152	13.108	58,3	25,8
104	VAGAS Tecnologia	Informática, TI e internet	16.886	21.598	26.683	58,0	25,7
105	Vogler	Alimentos e bebidas	62.246	78.836	97.990	57,4	25,5
106	I4PRO Informática	Informática, TI e internet	9.811	14.543	15.443	57,4	25,5
107	Armco Staco	Siderurgia e metalurgia	139.816	156.681	217.461	55,5	24,7
108	Confiance	Máquinas e equipamentos	5.312	7.013	8.198	54,3	24,2
109	Deal Technologies	Informática, TI e internet	23.941	36.048	36.809	53,8	24,0
110	Santin Equipamentos	Máquinas e equipamentos	42.822	55.033	65.325	52,5	23,5
111	Laboratório Leme	Prestação de serviços	26.186	32.403	39.841	52,1	23,3
112	Imeve	Serviços de saúde	6.026	6.587	9.158	52,0	23,3
113	D'Altomare Química	Indústria química	82.117	109.415	124.516	51,6	23,1
114	Hospital Nossa Senhora de Fátima	Prestação de serviços	23.384	32.365	35.425	51,5	23,1
115	IMC Saste	Serviços de construção	202.638	273.116	306.162	51,1	22,9
116	Dedalus	Informática, TI e internet	15.394	18.539	23.185	50,6	22,7
117	Pelissari	Informática, TI e internet	34.312	40.613	51.632	50,5	22,7
118	Stival Alimentos	Alimentos e bebidas	64.210	85.349	96.607	50,5	22,7
119	Senior Sistemas	Informática, TI e internet	88.572	107.522	132.809	49,9	22,5
120	Barbiero Agronegócios	Agropecuária	57.613	53.518	86.235	49,7	22,3
121	Peltier	Máquinas e equipamentos	24.102	23.843	35.964	49,2	22,2
122	Ambientec	Serviços especializados	2.560	3.043	3.798	48,3	21,8
123	Datainfo	Informática, TI e internet	6.069	7.469	8.942	47,3	21,4
124	Emac	Serviços de construção	45.443	62.089	66.672	46,7	21,1
125	Digisystem	Informática, TI e internet	32.948	35.766	48.310	46,6	21,1
126	Intermarítima	Transportes	74.266	87.374	108.313	45,8	20,8
127	Alcon	Informática, TI e internet	31.852	39.794	46.270	45,3	20,5
128	ISH Tecnologia	Informática, TI e internet	42.893	50.776	62.206	45,0	20,4
129	Eteg	Informática, TI e internet	3.387	3.892	4.888	44,3	20,1
130	Laticínios Catupiry	Alimentos e bebidas	158.398	198.685	228.254	44,1	20,0
131	Apdata	Informática, TI e internet	21.196	24.748	30.231	42,6	19,4
132	Righi	Alimentos e bebidas	125.616	145.331	178.760	42,3	19,3
133	Cabletech	Máquinas e equipamentos	119.063	122.095	169.426	42,3	19,3
134	Bom Sabor	Indústria química	35.290	43.418	50.185	42,2	19,3
135	Copa&Cia	Produtos de consumo	13.669	16.213	19.349	41,6	19,0

136	CWI Software	Informática, TI e internet	41.756	55.034	59.018	41,3	18,9
137	Cerealista Nova Safra	Alimentos e bebidas	125.202	142.331	176.923	41,3	18,9
138	Ivia	Informática, TI e internet	15.001	19.035	21.195	41,3	18,9
139	Vidroporto	Cimento, vidros e similares	63.755	74.969	89.674	40,7	18,6
140	RMA Comunicação	Propaganda e publicidade	5.591	6.055	7.851	40,4	18,5
141	GB Gabriel Bacelar	Construção	70.003	93.285	98.210	40,3	18,4
142	Natural Gurt	Alimentos e bebidas	16.355	20.284	22.886	39,9	18,3
143	Opusmúltipla	Propaganda e publicidade	13.064	15.743	18.280	39,9	18,3
144	Quality Software	Informática, TI e internet	22.751	25.007	31.773	39,7	18,2
145	São Rafael	Máquinas e equipamentos	31.152	31.188	43.447	39,5	18,1
146	Multibelt	Máquinas e equipamentos	11.020	12.725	15.337	39,2	18,0
147	GSW Software	Informática, TI e internet	19.505	24.861	27.141	39,1	18,0
148	Verde Ghaia	Serviços especializados	6.266	7.670	8.714	39,1	17,9
149	Selbetti	Informática, TI e internet	29.755	35.621	41.338	38,9	17,9
150	VoxAge	Serviços especializados	8.190	8.728	11.323	38,2	17,6
151	EAC Software	Informática, TI e internet	4.978	5.667	6.863	37,9	17,4
152	Álamo Engenharia	Serviços de construção	65.202	83.991	89.833	37,8	17,4
153	Braile	Madeira, papel e celulose	69.979	83.653	96.356	37,7	17,3
154	Mega Sistemas	Informática, TI e internet	45.845	55.500	63.015	37,5	17,2
155	Pontal Engenharia	Construção	18.317	18.513	25.148	37,3	17,2
156	Jobcenter	Prestação de serviços	36.818	40.766	50.362	36,8	17,0
157	Basso Pancotte	Alimentos	130.807	146.968	178.351	36,3	16,8
158	Bichara Advogados	Prestação de serviços	48.811	52.960	66.542	36,3	16,8
159	Keko Acessórios	Veículos e autopeças	67.422	88.284	91.663	36,0	16,6
160	A Geradora	Construção	151.547	171.050	206.034	36,0	16,6
161	Pirâmide Montagens	Prestação de serviços	55.080	84.182	74.818	35,8	16,5
162	Metalúrgica Rodrião	Siderurgia e metalurgia	18.093	18.393	24.541	35,6	16,5
163	Veltec	Informática, TI e internet	11.361	12.385	15.362	35,2	16,3
164	Hospital Metropolitano	Prestação de serviços	53.363	62.527	72.099	35,1	16,2
165	Zandei	Borracha e plástico	13.790	15.911	18.530	34,4	15,9
166	JBR Engenharia	Serviços especializados	20.417	24.900	27.352	34,0	15,7
167	NOB	Prestação de serviços	42.288	47.839	56.617	33,9	15,7
168	Digistar	Telecomunicações	12.623	12.396	16.879	33,7	15,6
169	Nogueira e Rezende	Alimentos e bebidas	53.909	63.034	72.033	33,6	15,6
170	Delo	Produtos de consumo	37.287	43.169	49.815	33,6	15,6
171	Elba Equipamentos	Máquinas e equipamentos	80.288	100.567	106.860	33,1	15,4
172	Construteckma	Construção	211.551	214.684	281.333	33,0	15,3

173	Ogochi (Raiz Quadrada)	Têxtil e calçados	32.139	36.684	42.681	32,8	15,2
174	SML Consultoria	Informática, TI e internet	5.224	5.372	6.931	32,7	15,2
175	Senior Solution	Informática, TI e internet	38.748	46.246	51.196	32,1	14,9
176	Alcast	Produtos de consumo	72.589	85.893	95.691	31,8	14,8
177	Grano Alimentos	Alimentos e bebidas	34.115	37.776	44.953	31,8	14,8
178	Grupo Premier	Têxtil e calçados	30.814	33.529	40.570	31,7	14,7
179	Proguarda Serviços	Prestação de serviços	21.286	22.232	28.008	31,6	14,7
180	Astrein	Informática, TI e internet	8.581	8.795	11.263	31,2	14,6
181	Cadersil Industrial	Produtos de consumo	24.336	30.508	31.931	31,2	14,5
182	Nesic Brasil	Telecomunicações	49.070	55.771	64.364	31,2	14,5
183	Shopfísio	Indústria farmacêutica	19.373	21.686	25.404	31,1	14,5
184	Atlas Logística	Transportes	25.820	30.589	33.682	30,4	14,2
185	Cast Informática	Informática, TI e internet	155.566	173.338	202.720	30,3	14,2
186	Globalbev	Alimentos e bebidas	150.388	167.249	195.970	30,3	14,2
187	Ícaro Technologies	Informática, TI e internet	16.424	14.543	21.393	30,3	14,1
188	Hoff	Borracha e plástico	48.811	53.227	63.479	30,1	14,0
189	Central Server	Informática, TI e internet	4.528	5.167	5.870	29,6	13,9
190	Serilon	Máquinas e equipamentos	149.994	204.517	194.064	29,4	13,7
191	Sol Informática	Informática, TI e internet	105.966	111.118	136.358	28,7	13,4
192	Transbahia	Transportes	20.049	23.433	25.792	28,6	13,4
193	Grupo Empreza	Serviços especializados	186.057	228.468	239.233	28,6	13,4
194	Grupo Kyly	Têxtil e calçados	177.050	219.797	227.477	28,5	13,3
195	Colortel	Serviços especializados	41.350	46.059	52.946	28,0	13,2
196	Tô Mais Vip	Prestação de serviços	69.211	78.773	88.456	27,8	13,1
197	Urano Balanças	Máquinas e equipamentos	24.072	27.034	30.763	27,8	13,0
198	Gertec Serviços	Máquinas e equipamentos	12.678	14.076	16.192	27,7	13,0
199	Búfalo	Higiene e limpeza	58.862	68.351	75.170	27,7	13,0
200	Companhia Águas de Joinville	Energia elétrica, gás e saneamento	104.380	117.740	132.747	27,2	12,8
201	Sana Agro	Agropecuária	7.567	10.664	9.621	27,1	12,8
202	Roan Alimentos	Agropecuária	51.425	52.134	64.985	26,4	12,4
203	Ravel Tecnologia	Informática, TI e internet	4.064	4.520	5.130	26,2	12,3
204	Use Móveis para Escritório	Produtos de consumo	63.802	101.749	80.467	26,1	12,3
205	Link Comercial	Máquinas e equipamentos	205.442	228.453	259.047	26,1	12,3
206	ConquestOne	Informática, TI e internet	22.459	28.928	28.234	25,7	12,1
207	Bettoni	Máquinas e equipamentos	4.025	4.748	5.058	25,7	12,1

208	Compass	Serviços especializados	10.195	11.129	12.778	25,3	12,0
209	Nasajon Sistemas	Informática, TI e internet	17.647	19.985	22.071	25,1	11,8
210	Comferral	Siderurgia e metalurgia	6.871	7.558	8.588	25,0	11,8
211	Farben	Indústria química	128.138	148.618	160.149	25,0	11,8
212	Proxis	Informática, TI e internet	15.313	17.258	19.138	25,0	11,8
213	John Richard	Prestação de serviços	15.962	21.240	19.860	24,4	11,5
214	Casa Nasser	Comércio	67.052	75.449	83.288	24,2	11,5
215	CBL Alimentos	Alimentos e bebidas	276.518	280.718	342.576	23,9	11,3
216	LCA Engenharia	Serviços de construção	10.940	8.078	13.471	23,1	11,0
217	Quinta Roda	Veículos e autopeças	273.770	217.350	336.817	23,0	10,9
218	Damapel	Madeira, papel e celulose	116.657	138.283	142.964	22,6	10,7
219	Soufer Service	Siderurgia e metalurgia	30.597	32.501	37.355	22,1	10,5
220	Seal Sistemas	Informática, TI e internet	18.120	13.170	22.062	21,8	10,3
221	Santé Alimentação	Alimentos	20.534	22.968	24.971	21,6	10,3
222	SET Sistemas	Informática, TI e internet	10.682	11.915	12.984	21,6	10,3
223	Cimcop Engenharia	Construção	139.442	167.768	169.103	21,3	10,1
224	TANAC	Madeira, papel e celulose	170.096	233.405	205.491	20,8	9,9
225	A5 Solutions	Telecomunicações	13.967	21.759	16.824	20,5	9,8
226	Anjo Química	Indústria química	199.546	205.236	239.159	19,9	9,5
227	Digipix	Editorial e gráfico	30.671	30.766	36.704	19,7	9,4
228	Metalúrgica Fallgater	Siderurgia e metalurgia	154.530	148.726	184.712	19,5	9,3
229	BAC Veículos	Comércio	122.279	108.422	146.121	19,5	9,3
230	Adlim Terceirização	Prestação de serviços	193.093	217.398	230.304	19,3	9,2
231	Governança Brasil	Informática, TI e internet	42.299	49.052	50.395	19,1	9,2
232	Cinq Technologies	Informática, TI e internet	12.798	13.061	15.215	18,9	9,0
233	MGM Construtora	Construção	14.330	13.721	16.978	18,5	8,8
234	LG - Lugar de Gente	Informática, TI e internet	44.041	48.923	52.158	18,4	8,8
235	Editora 43	Editorial e gráfico	80.142	81.556	94.689	18,2	8,7
236	Metalgusa	Siderurgia e metalurgia	9.110	9.171	10.751	18,0	8,6
237	Luz e Força Santa Maria	Energia elétrica, gás e saneamento	122.492	137.745	144.221	17,7	8,5
238	SMARAPD Informática	Informática, TI e internet	26.784	30.512	31.179	16,4	7,9
239	Baumer	Serviços de saúde	93.512	99.746	108.697	16,2	7,8
240	Aite	Serviços de saúde	10.551	9.008	12.260	16,2	7,8
241	Ekotexquímica	Indústria química	5.744	7.222	6.672	16,2	7,8
242	Thech Desinfecção	Indústria química	5.354	6.973	6.204	15,9	7,6
243	Miracema-Nuodex	Indústria química	89.878	96.400	103.978	15,7	7,6

244	Frama	Editorial e gráfico	22.070	24.974	25.430	15,2	7,3
245	Santa Izabel	Agropecuária	85.435	90.965	98.267	15,0	7,2
246	Intral	Produtos de consumo	124.643	130.644	143.007	14,7	7,1
247	Princesa dos Campos	Transportes	146.833	156.032	168.371	14,7	7,1
248	Ribeiro Caram	Construção	77.007	96.012	88.259	14,6	7,1
249	Transportadora Americana	Transportes	203.045	224.307	229.596	13,1	6,3
250	Fóton Informática	Informática, TI e internet	19.217	20.619	21.728	13,1	6,3

Deloitte (2014, pp. 8-13).

Referências

[Esta página foi propositadamente deixada em branco]

Referências

- Ahmed, A. S., Neel, M., & Wang, D. (2013). Does Mandatory Adoption of IFRS Improve Accounting Quality? Preliminary Evidence. *Contemporary Accounting Research*, 30(No. 4), 1344-1372.
- Albu, N., Nicolae Albu, C., Bunea, Ş., Artemisa Calu, D., & Mădălina Girbina, M. (2011). A story about IAS/IFRS implementation in Romania. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 1(1), 76-100.
- Aljifri, K., & Khasharmeh, H. (2006). An investigation into the suitability of the international accounting standards to the United Arab Emirates environment. *International Business Review*, 15(5), 505-526.
- Almeida, D. M., & Beuren, I. M. (2012). Impactos da implantação das normas internacionais de contabilidade na controladoria: um estudo à luz da teoria da estruturação em uma empresa têxtil. *Revista de Administração*, 47(4), 653-670.
- Alon, A., & Dwyer, P. D. (2014). Early Adoption of IFRS as a Strategic Response to Transnational and Local Influences. *The international journal of accounting*, 49(3), 348-370.
- Armstrong, C. S., Barth, M. E., Jagolinzer, A. D., & Riedl, E. J. (2010). Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe. *Accounting Review*, 85(1), 31-61.
- Ashbaugh-Skaife, H., & Pincus, M. (2001). Domestic Accounting Standards, International Accounting Standards, and the Predictability of Earnings. *Journal of Accounting Research*, 39(3), 417-434.
- Aubert, F., & Grudnitski, G. (2011). The Impact and Importance of Mandatory Adoption of International Financial Reporting Standards in Europe. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 22(1), 1-26.
- BACEN. (2006). Convergência das Normas Contábeis do SFN às Normas Internacionais. Brasília: BACEN.
- Baldarelli, M. G., Demartini, P., Mosnja-Skare, L., & Paoloni, P. (2012). ACCOUNTING HARMONIZATION FOR SME-S IN EUROPE: SOME REMARKS ON IFRS FOR SME-S AND EMPIRICAL EVIDENCES. *Ekonomiska Istrazivanja-Economic Research*, 25, 1-26.
- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and Business Research, International Accounting Policy Forum*, 5-27.
- Ball, R., Kothari, S. P., & Robin, A. (2000). The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings (vol 29, pg 1, 2000). *Journal of Accounting & Economics*, 30(2), 241-241.
- Barley, R. S., & Tolbet, P. S. (1997). Institutionalization and structuration: studying the links between action and institution. *Organization Studies*, 18/1, 93-117.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., Lang, M., & Williams, C. (2012). Are IFRS-based and US GAAP-based accounting amounts comparable? *Journal of Accounting & Economics*, 54(1), 68-93.
- Beneish, M. D., & Yohn, T. L. (2008). Information friction and investor home bias: A perspective on the effect of global IFRS adoption on the extent of equity home bias. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(6), 433-443.

- Bertin, M. J., & Moya, J. T. A. (2013). The effect of mandatory IFRS adoption on accounting conservatism of reported earnings Evidence from Chilean firms. *Academia-Revista Latinoamericana De Administracion*, 26(1), 139-169.
- Bhimani, A. (2008). The role of a crisis in reshaping the role of accounting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(6), 444-454.
- Bissessur, S., & Hodgson, A. (2012). Stock market synchronicity - an alternative approach to assessing the information impact of Australian IFRS. *Accounting and Finance*, 52(1), 187-212.
- BRASIL. (1850). Lei nº 556, que aprova o Código Comercial Brasileiro. Brasília: Publicada no D.O.U de 25 de junho de 1950.
- BRASIL. (1976). Lei nº 6.404, que dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília: Publicada no D.O.U de 17 de dezembro de 1976.
- BRASIL. (2007). Lei n.º 11.638, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília: Publicada no D.O.U de 28 de dezembro de 2007.
- BRASIL. (2009). Lei n.º 11.941, que altera a legislação tributária federal. Brasília: Publicada no D.O.U de 27 de maio de 2009.
- Brown, P. (2011). International Financial Reporting Standards: what are the benefits? *Accounting and Business Research*, 41(3), 269-285.
- Brown, P., & Tarca, A. (2007). Achieving high quality, comparable financial reporting: A review of independent enforcement bodies in Australia and the United Kingdom. *Abacus-a Journal of Accounting Finance and Business Studies*, 43(4), 438-473.
- Burgstahler, D., Hail, L., & Leuz, C. (2006). The Importance of Reporting Incentives Earnings Management in European. *The Accounting Review*, 81(5), 983-1016.
- Buyts, P., & Schutte, D. (2011). THE IMPACT OF THE STATEMENT OF GAAP FOR SME'S IN SOUTH AFRICA. *STUDIA UBB NEGOTIA*, LVI,(2).
- Callao, S., Jarne, J. I., & Laínez, J. A. (2007). Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 16(2), 148-178.
- Caloian, F. N., & Mirela Caloian, M.-M. (2007). *IFRS FOR SMALL AND MEDIUM ENTERPRISES - ROMANIA IS READY?* Paper presented at the Romania within the Eu: Opportunities, Requirements and Perspectives, Vol Iii. <Go to ISI>://WOS:000263415400016
- Carmona, S., & Trombetta, M. (2008). On the global acceptance of IAS/IFRS accounting standards: The logic and implications of the principles-based system. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(6), 455-461.
- CFC. (1981). Norma NBC-T 1, que aprova Princípios Fundamentais de Contabilidade. Brasília: Publicada no D.O.U de 26 de janeiro de 1982.
- CFC. (1993). Resolução CFC nº 750, que dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade (PFC). Brasília: Publicada no D.O.U de 31 de dezembro de 1993.
- CFC. (1994). Resolução CFC nº 774, que aprova o apêndice à resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Brasília: Publicada no D.O.U de 18 de janeiro de 1985.
- CFC. (2005). Resolução CFC nº 1.055, cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Brasília: Publicada no D.O.U de 24 de outubro de 2005.

- CFC. (2007). Resolução CFC nº 1.103, que cria o Comitê Gestor da Convergência no Brasil (CGC). Brasília: Publicada no D.O.U de 05 de outubro de 2007.
- CFC. (2009). Resolução CFC n.º 1.255, que aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.: Publicada no D.O.U de 17 de dezembro de 2009.
- CFC. (2010). Resolução CFC nº 1.282, que atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC 750/93. Brasília: Publicada no D.O.U de 02 de junho de 2010.
- CFC. (2011). Resolução CFC nº 1.374, dá nova redação à NBC TG - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília: Publicada no D.O.U de 16 de dezembro de 2011.
- CFC. (2012). Resolução CFC nº 1.418, que aprova a ITG 1000 - Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. (2ª. ed.): Publicada no D.O.U de 21 de dezembro de 2012.
- Chalmers, K., Clinch, G., & Godfrey, J. M. (2011). Changes in value relevance of accounting information upon IFRS adoption: Evidence from Australia. *Australian Journal of Management*, 36(2), 151-173.
- Chan, A. L. C., Hsu, A. W. H., & Lee, E. (2013). Does Mandatory IFRS Adoption Affect the Credit Ratings of Foreign Firms Cross-Listed in the US? *Accounting Horizons*, 27(3), 491-510.
- Chand, P. (2005). Impetus to the success of harmonization: the case of South Pacific Island nations. *Critical Perspectives on Accounting*, 16(3), 209–226.
- Chand, P., & Patel, C. (2008). Convergence and harmonization of accounting standards in the South Pacific region. *Advances in Accounting*, 24(1), 83-92.
- Chand, P., & White, M. (2007). A critique of the influence of globalization and convergence of accounting standards in Fiji. *Critical Perspectives on Accounting*, 18(5), 605-622.
- Chen, Young, D., & Zhuang, Z. (2013). Externalities of Mandatory IFRS Adoption: Evidence from Cross-Border Spillover Effects of Financial Information on Investment Efficiency. *The Accounting Review*, 88(3), 881-914.
- Chen, H., Tang, Q., Jiang, Y., & Lin, Z. (2010). The Role of International Financial Reporting Standards in Accounting Quality: Evidence from the European Union. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 21(3), 220-278.
- Chen, L., Ng, J., & Tsang, A. (2015). The Effect of Mandatory IFRS Adoption on International Cross-Listings. *Accounting Review*, 90(4), 1395-1435.
- Chin, W. W. (1998). The partial least squares approach to structural equation modeling. In M. G.A. (Ed.), *Modern methods for business research* (pp. 295-336). London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Cohen, J. (1988). Set correlation and contingency tables. *Applied Psychological Measurement*, 12(4), 425-434.
- Cohen, J. R., Krishnamoorthy, G., Peytcheva, M., & Wright, A. M. (2013). How Does the Strength of the Financial Regulatory Regime Influence Auditors' Judgments to Constrain Aggressive Reporting in a Principles-Based Versus Rules-Based Accounting Environment? *Accounting Horizons*, 27(3), 579-601.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- CVM. (1986). Deliberação nº 29, que aprova o pronunciamento do IBRACON sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade. Brasília: Publicada no D.O.U de 13 de fevereiro de 1986.

- CVM. (2005a). Deliberação CVM nº 488, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre Demonstrações Contábeis - Apresentação e Divulgações. Brasília: Publicada no D.O.U de 06 de outubro de 2005.
- CVM. (2005b). Deliberação CVM nº 489, que aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas. Brasília: Publicada no D.O.U de 06 de outubro de 2005.
- Dang-Duc, S. (2011). Compliance with accounting standards by SMEs in transitional economies: evidence from Vietnam. *Journal of Applied Accounting Research*, 12(2), 96-107.
- Daske, H., Hail, L., Leuz, C., & Verdi, R. (2008). Mandatory IFRS Reporting around the World: Early Evidence on the Economic Consequences. . *Journal of Accounting Research*, 46(5), 1085-1142.
- DeFond, M., Hu, X., Hung, M., & Li, S. (2011). The impact of mandatory IFRS adoption on foreign mutual fund ownership: The role of comparability. *Journal of Accounting and Economics*, 51(3), 240-258.
- Deloitte. (2014). As PMEs que mais crescem no Brasil. Retrieved from <http://www2.deloitte.com/br/pt/pages/strategy/articles/pmes.html>
- Dillard, J. F., Rigsby, J. T., & Goodman, C. (2004). The making and remaking of organization context. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 17(4), 506-542.
- Duarte, A. M. d. P., Amaral, I.-S., & Azevedo, G. M. d. C. (2015). IFRS Adoption and IFRS and Accounting Quality: A Review. *Journal of Business & Economic Policy*, 2(2).
- Englund, H., & Gerdin, J. (2014). Structuration theory in accounting research: Applications and applicability. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(2), 162-180.
- Epstein, B. J., & Jermakowicz, E. K. (2007). International Standard for Small and Medium-Sizes Entities. *Accounting & Auditing*.
- Europeia, C. (2002). Regulamento (CE) N°1606, relativo a aplicação das normas internacionais de contabilidade. Jornal Oficial das Comunidades Europeias: Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia.
- Europeia, U. (2003). Directiva (EU) N° 51, que altera as Directivas 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE do Conselho relativas às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, em 17 de julho de 2003.
- Filho, J. M. D. F., & Machado, L. H. B. (2004). Abordagens da pesquisa em contabilidade. In Sérgio de Iudícibus & A. B. Lopes (Eds.), *Teoria avançada da contabilidade*. São Paulo.
- Florou, A., & Pope, P. F. (2012). Mandatory IFRS Adoption and Institutional Investment Decisions. *The Accounting Review*, 87(6), 1993-2025.
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Structural equation models with unobservable variables and measurement error: Algebra and statistics. *Journal of marketing research*, 382-388.
- Francis, J. R., Khurana, I. K., Martin, X., & Pereira, R. (2008). The role of firm-specific incentives and country factors in explaining voluntary IAS adoptions: evidence from private firms. *European Accounting Review*, 17(2), 331-360.
- Gassen, J., & Sellhorn, T. (2006). Applying IFRS in Germany - Determinants and consequences. *Betriebswirtschaftliche Forschung Und Praxis*, 58(4), 365-386.

- Gebhardt, G., & Novotny-Farkas, Z. (2011). Mandatory IFRS Adoption and Accounting Quality of European Banks. *Journal of Business Finance & Accounting*, 38(3-4), 289-333.
- Giddens, A. (1978). *Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva das sociologias compreensivas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Giddens, A. (2000). *Dualidade da estrutura. Agência e estrutura*. Oeiras, Portugal: Celta Editora.
- Giddens, A. (2009). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Giddens, A. (2011). *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gil, A. C. (2009). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Greenwood, R., & Suddaby, R. (2006). Institutional entrepreneurship in mature fields: The big five accounting firms. *Academy of Management Journal*, 49(1), 27-46.
- Greenwood, R., Suddaby, R., & Hinings, R. (2002). THEORIZING CHANGE: THE ROLE OF PROFESSIONAL ASSOCIATIONS IN THE TRANSFORMATION OF INSTITUTIONALIZED FIELDS. *Academy of Management Journal*, 45(1), 58-80.
- Guerreiro, M. S., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2008). The preparedness of companies to adopt International Financial Reporting Standards: Portuguese evidence. *Accounting Forum*, 32(1), 75-88.
- Guerreiro, M. S., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2011). *Essays on the Institutionalisation of a New Accounting Regime for Unlisted Companies in Portugal*. (Doutoramento), Universidade do Minho, Braga.
- Guerreiro, M. S., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2012). Voluntary adoption of International Financial Reporting Standards by large unlisted companies in Portugal – Institutional logics and strategic responses. *Accounting, Organizations and Society*, 37(7), 482-499.
- Guerreiro, M. S., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2014). Institutional Change of Accounting Systems: The Adoption of a Regime of Adapted International Financial Reporting Standards. *European Accounting Review*, 24(2), 379-409.
- Hail, L., Leuz, C., & Wysocki, P. (2010a). Global Accounting Convergence and the Potential Adoption of IFRS by the U.S. (Part I): Conceptual Underpinnings and Economic Analysis. *Accounting Horizons*, 24(3), 355-394.
- Hail, L., Leuz, C., & Wysocki, P. (2010b). Global Accounting Convergence and the Potential Adoption of IFRS by the U.S. (Part II): Political Factors and Future Scenarios for U.S. Accounting Standards. *Accounting Horizons*, 24(4), 567-588.
- Hair Jr, J. F., Sarstedt, M., Hopkins, L., & Kuppelwieser, V. G. (2014). Partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM) An emerging tool in business research. *European Business Review*, 26(2), 106-121.
- Hamberg, M., Mavruk, T., & Sjogren, S. (2013). Investment allocation decisions, home bias and the mandatory IFRS adoption. *Journal of International Money and Finance*, 36, 107-130.
- Hassan, M. K. (2008). The development of accounting regulations in Egypt. *Managerial Auditing Journal*, 23(5), 467-484.
- Henseler, J., Ringle, C. M., & Sinkovics, R. R. (2009). The use of partial least squares path modeling in international marketing. *Advances in international marketing*, 20(1), 277-319.
- Hopper, T., & Major, M. (2007). Extending Institutional Analysis through Theoretical Triangulation: Regulation and Activity-Based Costing in Portuguese Telecommunications. *European Accounting Review*, 16(1), 59-97.

- Hopwood, A. G. (2000). Understanding financial accounting practice. *Accounting, Organizations and Society*, 25, 763±766.
- Horton, J., Serafeim, G., & Serafeim, I. (2013). Does Mandatory IFRS Adoption Improve the Information Environment? *Contemporary Accounting Research*, 30(1), 388-423.
- IASB. (2005). The history of international accounting standards board.
- IFRS, F. (2012). The IASB (International Accounting Standards Board). .
- Ionasçu, I., Ionasçu, M., Olimid, L., & Calu, D. C. (2007). An Empirical Evaluation of the Costs of Harmonizing Romanian Accounting with International Regulations (EU Directives and IAS/IFRS). *Accounting in Europe*, 4(2), 169-206.
- Irvine, H. (2008). The global institutionalization of financial reporting: The case of the United Arab Emirates. *Accounting Forum*, 32(2), 125-142.
- Iudícibus, S. d., & Lopes, A. B. (2004). *Teoria avançada da contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Jeanjean, T., & Stolowy, H. (2008). Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(6), 480-494.
- Jiao, T., Koning, M., Mertens, G., & Roosenboom, P. (2012). Mandatory IFRS adoption and its impact on analysts' forecasts. *International Review of Financial Analysis*, 21, 56-63.
- Joos, P. P. M., & Leung, E. (2013). Investor Perceptions of Potential IFRS Adoption in the United States. *Accounting Review*, 88(2), 577-609.
- Junquilha, G. S. (2003). Conduas gerenciais e suas raízes: uma proposta de análise à luz da teoria da estruturação. *RAC, Edição Especial*.
- Kabir, M. H., Laswad, F., & Islam, M. A. (2010). Impact of IFRS in New Zealand on Accounts and Earnings Quality. *Australian Accounting Review*, 20(4), 343-357.
- Kaya, D., & Koch, M. (2014). Countries' adoption of the International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs) – early empirical evidence. *Accounting and Business Research*, 45(1), 93-120.
- Khurana, I. K., & Michas, P. N. (2011). Mandatory IFRS Adoption and the US Home Bias. *Accounting Horizons*, 25(4), 729-753.
- Kim, J.-B., Liu, X., & Zheng, L. (2012). The Impact of Mandatory IFRS Adoption on Audit Fees: Theory and Evidence. *The Accounting Review*, 87(6), 2061-2094.
- La Porte, R., Lopez-de-Silanes, F., Shleiffer, A., & Vishny, R. (1998). Law and finance. *Journal of Political Economy*, 106, 1113-1155.
- Lai, C. Y., Li, Y., Shan, Y. W., & Taylor, S. (2013). Costs of mandatory international financial reporting standards: Evidence of reduced accrual reliability. *Australian Journal of Management*, 38(3), 491-521.
- Lakatos, E. M. (2009). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2009). *Fundamentos de metodolia científica*. São Paulo: Atlas.
- Larson, R. K., & Street, D. L. (2004). Convergence with IFRS in an expanding Europe: progress and obstacles identified by large accounting firms' survey. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 13(2), 89-119.
- Lee, Y. H., Kang, S. A., & Cho, S. M. (2015). THE EFFECT OF VOLUNTARY IFRS ADOPTION BY UNLISTED FIRMS ON EARNINGS QUALITY AND THE COST OF DEBT: EMPIRICAL EVIDENCE FROM KOREA. *Journal of Business Economics and Management*, 16(5), 931-948.

- Li, S. Q. (2010). Does Mandatory Adoption of International Financial Reporting Standards in the European Union Reduce the Cost of Equity Capital? *Accounting Review*, 85(2), 607-636.
- Lopes, A. B. (2009). Normas internacionais de contabilidade. In J. F. R. Filho, J. Lopes, & M. Pederneiras (Eds.), *Estudando teoria da contabilidade*. Atlas.
- Lopes, A. B., & Martins, E. (2005). *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Editora Atlas.
- Lounsbury, M., & Crumley, E. T. (2007). New Practice Creation: An Institutional Perspective on Innovation. *Organization Studies*, 28(7), 993-1012.
- Lourenço, I. E. C., & Branco, M. E. M. d. A. D. C. (2015). Principais Consequências da Adoção das IFRS: Análise da Literatura Existente e Sugestões para Investigação Futura. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(68), 126-139.
- Macintosh, N. B., & Scapens, R. W. (1990). STRUCTURATION THEORY IN MANAGEMENT ACCOUNTING. *Accounting Organizations and Society*, 15(5), 455-477.
- Malhotra, N. K. (2012). *Perquisa de marketing: um orientação aplicada* (Vol. 6. ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Martins, G. d. A. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Masca, E. (2012). Influence of Cultural Factors in Adoption of the IFRS for SMEs. *Procedia Economics and Finance*, 3, 567-575.
- Masca, E., & Gall, J. (2008). Aspects regarding IFRS' application to SMEs. *Proceedings of the 2nd Wseas International Conference on Management, Marketing and Finances: Recent Advances on Development and Financial Engineering*, 80-84.
- McGee, R. W., & Preobragenskaya, G. G. (2003). *Problems of Implementing International Accounting Standards in a Transition Economy: A Case Study of Russia*. Paper presented at the Presented at the 8th International Conference on Global Business and Economic Development.
- Mendes, E. L. (2006). *Uma metodologia para avaliação da satisfação do consumidor com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica*. (Doutor), Pontificia Universidade Católica, Rio de Janeiro.
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, 33(2), 340-363.
- Miller, P. (1994). Accountig as social and insttucional practice: an introduction. In A. G. Hopwood & P. Miller (Eds.), *Accountig as social and institutional practice*. Australia: Cambrigde University Press.
- Miller, R. S. (2010, 7 de setembro de 2015). Is IFRS for SMEs For Your Company? *Financial executive*.
- Morais, A. I., & Curto, J. D. (2009). Mandatory Adoption of IASB Standards: Value Relevance and Country-Specific Factors. *Australian Accounting Review*, 19(2), 128-143.
- Nurunnabi, M. (2015). The impact of cultural factors on the implementation of global accounting standards (IFRS) in a developing country. *Advances in Accounting*, 31(1), 136-149.
- Oliver, C. (1991). STRATEGIC RESPONSES TO INSTITUTIONAL PROCESSES. *Academy o/Managemenf Review*, 16(1), 145-179.

- Panagiotidou, E. (2015). Development and implementation of IAS in small and medium sized enterprises. Case study for Kavala. *Economies of Balkan and Eastern Europe Countries in the Changed World (Ebeec 2014)*, 19, 193-207.
- Parlamento Europeu. (2002). Regulamento (CE) N.o 1606/2002 - Relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Bruxelas: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2002:243:0001:000:pt:PDF>.
- Parsons, T. (1974). *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira.
- Peng, S. L., & Bewley, K. (2010). Adaptability to fair value accounting in an emerging economy A case study of China's IFRS convergence. *Accounting Auditing & Accountability Journal*, 23(8), 982-1011.
- Perera, D., & Chand, P. (2015). Issues in the adoption of international financial reporting standards (IFRS) for small and medium-sized enterprises (SMES). *Advances in Accounting*, 31(1), 165-178.
- Pope, P. F. (2003). Discussion of Disclosure Practices, Enforcement of Accounting Standards, and Analysts' Forecast Accuracy: An International Study. *Journal of Accounting Research*, 41(2), 273-283.
- Pope, P. F., & McLeay, S. J. (2011). The European IFRS experiment: objectives, research challenges and some early evidence. *Accounting and Business Research*, 41(3), 233-266.
- Porte, M. D. S., & Sampaio, E. S. (2015). Pesquisa bibliométrica e cienciométrica em auditoria (2002-2013). *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 9(2).
- Pownall, G., Vulcheva, M., & Wang, X. (2014). The Ability of Global Stock Exchange Mechanisms to Mitigate Home Bias: Evidence from Euronext. *Management Science*, 60(7), 1655-1676.
- Psaros, J. (2007). Do principles-based accounting standards lead to biased financial reporting? An Australian experiment. *Accounting & Finance*, 47(3), 527-550.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2013). *Manual de investigação em ciências sociais* (6ª. ed. ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ringle, C. M., Silva, D. d., & Bido, D. (2014). MODELAGEM DE EQUAÇÕES ESTRUTURAIS COM UTILIZAÇÃO DO SMARTPLS. *REMark – Revista Brasileira de Marketing, Edição Especial Vol 13* (n. 2. Maio/ 2014), 54-71.
- Salter, S. B., & Douppnik, T. S. (1992). The relationship between legal systems and accounting practices: A classification exercise. *Advances in International Accountintg*(5), 3-22.
- Saudagaran, S. M., & Diga, J. G. (2000). The institutional environment of financial reporting regulation in ASEAN. *The international journal of accounting*, 35(1), 1-26.
- Saur-Amaral, I. (2010). *Revisão sistemática da literatura*. Lisboa: Bubok.
- Saur-Amaral, I. (2011). *Revisão sistemática da literatura com EndNote X4*. Lisboa: Bubok.
- Scott, W. R. (2008). *Institutions and organizations: Ideas and interests*. California: Sage
- Seo, M.-g., & Creed, W. E. D. (2002). Institutional contradictions, praxis, and institutional change: a dialectical perspective. *Academy of Management Review*, 27(2), 222-247.
- Soderstrom, N. S., & Sun, K. J. (2007). IFRS adoption and accounting quality: A review. *European Accounting Review*, 16(4), 675-702.
- Street, D. L. (2012). IFRS in the United States: If, When and How. *Australian Accounting Review*, 22(3), 257-274.
- Sucher, P., & Jindrichovska, I. (2004). Implementing IFRS: A Case Study of the Czech Republic. *Accounting in Europe*, 1.

- Sun, J., Cahan, S. F., & Emanuel, D. (2011). How Would the Mandatory Adoption of IFRS Affect the Earnings Quality of U. S. Firms? Evidence from Cross-Listed Firms in the US. *Accounting Horizons*, 25(4), 837-860.
- Tan, A., Chatterjee, B., Wise, V., & Hossain, M. (2016). An Investigation into the Potential Adoption of International Financial Reporting Standards in the United States: Implications and Implementation. *Australian Accounting Review*, 26(1), 45-65.
- Tenenhaus, M., Vinzi, V. E., Chatelin, Y.-M., & Lauro, C. (2005). PLS path modeling. *Computational statistics & data analysis*, 48(1), 159-205.
- Tokar, M. (2005). Convergence and the Implementation of a Single Set of Global Standards: The Real-Life Challenge. *Nw. J. Int'l L. & Bus.*, 25(3 spring), 687-710.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Uyar, A., & Güngörmüş, A. H. (2013). Perceptions and knowledge of accounting professionals on IFRS for SMEs: Evidence from Turkey. *Research in Accounting Regulation*, 25(1), 77-87.
- Weber, M. (2012). *Economia e sociedade* (Vol. 1 4ª ed. 3ª reimpressão). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Weffort, E. F. J. (2005). *O Brasil e a harmonização contábil internacional*. São Paulo: Atlas.
- Wetzels, M., Odekerken-Schröder, G., & Van Oppen, C. (2009). Using PLS path modeling for assessing hierarchical construct models: Guidelines and empirical illustration. *MIS quarterly*, 177-195.
- Whittington, G. (2005). The adoption of International Accounting Standards in the European Union. *European Accounting Review*, 14(1), 127-153.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (Vol. 3. ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Yip, R. W. Y., & Young, D. Q. (2012). Does Mandatory IFRS Adoption Improve Information Comparability? *Accounting Review*, 87(5), 1767-1789.
- Zaman Mir, M., & Shiraz Rahaman, A. (2005). The adoption of international accounting standards in Bangladesh. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 18(6), 816-841.
- Zhang, Y. Y., Uchida, K., & Bu, H. (2013). How do accounting standards and insiders' incentives affect earnings management? Evidence from China. *Emerging Markets Review*, 16, 78-99.

ⁱ IAS 39 – Normas Internacionais de Contabilidade para os Instrumentos Financeiros. No Brasil, a IAS 39 foi regulamentada pelas Resoluções 1.196 e 1.197, ambas do ano de 2009.

ⁱⁱ De acordo com Alexandro Broedel Lopes (2009), no direito consuetudinário ou *common law* a origem da regulamentação está mais ligada aos costumes e tradições, enquanto no direito romano ou *code law* as normas emanam do texto legal. Isto é, para que algo tenha valor é necessário que haja uma menção clara e específica na lei.

ⁱⁱⁱ Essas empresas têm o seu modelo contábil próprio regulamentado pela Resolução n.º 1.418, emitida pelo CFC, em 21 de janeiro de 2012.